



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTROMUNDO É PRECISO
OUTRO BRASIL É NECESSÁRIO



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho

Jéssica Italoema

Artur Henrique

Alberto Cantalice

Carlos Henrique Árabe

Lindbergh Farias

Márcio Jardim

Valter Pomar

Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Revisão: Edilson Moura e Angélica Ramacciotti

Capa, projeto gráfico e editoração: Caco Bisol

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br
f: 11 5571 4299

PLANO DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

OUTRO MUNDO É PRECISO
OUTRO BRASIL É NECESSÁRIO

SÃO PAULO, SETEMBRO DE 2020



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CENTRO DE ALTOS ESTUDOS FPA
COORDENADORES DOS NÚCLEOS DE ACOMPANHAMENTO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS (NAPPS)

Comissão de redação:

Aloizio Mercadante, Guilherme Mello, Jorge Messias, José Sérgio Gabrielli, Marcelo Zero,
Miriam Belchior, Tereza Campelo, William Nozaki

- NAPP Agrícola e agrário - Gerson Teixeira e João Daniel
NAPP Cidades - Nabil Bonduki
NAPP Ciência, tecnologia e inovação - Luiz Antonio Elias
NAPP Comunicação - Maria Alice Vieira, Orlando Guilhon, Taís Ladeira
NAPP Cultura - Juca Ferreira
NAPP Desenvolvimento regional - Maria Lucia Falcon, Esther Bermeguy, Helena Lastres, Cristina Lemos
NAPP Desenvolvimento social - Tereza Campelo, Lais Abramo e Marcia Lopes
NAPP Economia - Aloizio Mercadante e Guilherme Mello
NAPP Educação - Teresa Leitão e Carlos Abicalil
NAPP Estado, democracia e institucional - Jorge Messias e Carlos Henrique Árabe
NAPP Igualdade racial - Nilma Lino Gomes
NAPP Indústria, energia e petróleo - José Sérgio Gabrielli e Mauro Borges Lemos
NAPP Infraestrutura, transporte e logística - Maurício Muniz e Miriam Belchior
NAPP Juventude - Gabriel Medeiros de Miranda
NAPP Meio ambiente - Nilto Tatto e Vicente Andreu
NAPP Mulheres - Eleonora Menicucci e Anne Karolyne Moura
NAPP Política externa - Marcelo Zero e Celso Amorim
NAPP Saúde - Arthur Chioro
NAPP Segurança pública - Paulo Teixeira e Alberto Cantalice
NAPP Tecnologias de informação e comunicação - Cezar Alvarez
NAPP Trabalho - Artur Henrique e Clemente Ganz Lucio
Tema Direitos Humanos - Rogério Sottili, Érika Pisaneschi e Juliana Bueno
Tema Esportes - Edinho Silva
- Observatório da Coronacrise - Artur Araújo
Assessoria das bancadas parlamentares do PT - Giles Azevedo e Jean Keiji Uema

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT 2020/2024

GLEISI HELENA HOFFMANN
PRESIDENTE

ENIO JOSÉ VERRI
LÍDER DO PT NA CÂMARA

ROGERIO CARVALHO SANTOS
LÍDER DO PT NO SENADO

CAMILA MARIA MORENO DA SILVA
Vogal

CRICIELLE AGUIAR MUNIZ
Vogal

GLEIDE ANDRADE DE OLIVEIRA
Secretária de Finanças e Planejamento

JILMAR AUGUSTINHO TATTO
Secretário de Comunicação

JOAQUIM CALHEIROS SORIANO
Secretário de Assuntos Institucionais

JOSÉ GERALDO TORRES DA SILVA
Vice Presidente

JOSÉ NOBRE GUIMARÃES
Vice Presidente

LAIS FERNANDES ALMEIDA
Vogal

LOURIVAL CASULA FILHO
Secretário de Desenvolvimento Econômico

LUIZ CARLOS CAETANO
Secretário de Coordenação Regional

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA
Secretário Geral

LUIZ SOARES DULCI
Vice Presidente

MARCIO COSTA MACEDO
Vice Presidente

MARIA DO ROSARIO NUNES
Secretária de Formação

MARIA REGINA SOUSA
Vogal

MARIANA CERGOLI JANEIRO
Secretária de Mobilização

MARKUS SOKOL
Vogal

MISIARA CRISTINA OLIVEIRA
Vogal

MONICA VALENTE
Vogal

ROMÊNIO PEREIRA
Secretário de Relações Internacionais

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO
Vogal

SARA GABRIELA PRADO MERCES LAZARO
Vogal

SONIA SOUZA DO NASCIMENTO BRAGA
Secretária de Organização

VERA LUCIA DA CRUZ BARBOSA
Secretária de Movimentos Populares

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA
Vice Presidente

SECRETARIAS SETORIAIS NACIONAIS DO PT - 2020

ANNE KAROLYNE MOURA SOUZA
Secretária Nacional de Mulheres

ELISANGELA DOS SANTOS ARAÚJO
Secretária Agrária Nacional

JANAINA BARBOSA DE OLIVEIRA
Secretária Nacional LGBT

MARCIO TAVARES DOS SANTOS
Secretária Nacional de Cultura

MARTVS DAS CHAGAS
Secretaria de Combate ao Racismo

NILTO IGNACIO TATTO
Secretaria de Meio Ambiente

PAULO CAYRES
Secretaria Sindical Nacional

RONALD LUIZ DOS SANTOS
Secretário de Juventude

VAMOS JUNTOS RECONSTRUIR O BRASIL



★ O BRASIL FOI, ATÉ RECENTEMENTE, UM PAÍS EM QUE A CONFIANÇA ERA TÃO GRANDE quanto os desafios; uma nação admirada e respeitada porque estava vencendo a pobreza e começando a superar desigualdades históricas por um caminho de paz e democracia. Um país em que todos os dias uma nova escola se abria, um novo emprego era criado, uma nova semente era plantada e um fruto colhido. Um lugar neste mundo em que todos os dias alguém do povo realizava ou podia renovar um sonho.

Este mesmo país está hoje devastado pelo desemprego e pelo agravamento da pobreza e da iniquidade. Ao invés de celebrar a esperança, todos os dias contamos os mortos e as novas vítimas de uma pandemia que, se era inevitável, poderia ao menos ter sido enfrentada com a responsabilidade e o cuidado com vida humana que o atual governo jamais demonstrou. A admiração do mundo deu lugar à repulsa e ao horror com o que se passa no Brasil. E a cada dia, uma porta para o futuro é fechada diante das brasileiras e brasileiros.

O processo de destruição do Brasil, iniciado com o golpe que interrompeu o governo constitucional da presidenta Dilma Rousseff, alcançou primeiramente os direitos dos trabalhadores e atingiu os aposentados; avançou sobre a educação e saúde do povo, com a emenda

do teto de gastos; minou as bases de qualquer política de desenvolvimento, com o austericídio fiscal e o ataque aos bancos e mecanismos públicos de fomento; entregou as riquezas naturais e o patrimônio do povo, abandonou a população à selvageria das leis do mercado.

Um governo de índole fascista e obscurantista acrescentou a este cenário o discurso do ódio e a incitação à violência, agravando o racismo estrutural da sociedade brasileira, o machismo, a misoginia, a homofobia e o preconceito. Persegue os indígenas, os sem-terra e todos que dele divergem. Ataca a ciência, a cultura e a liberdade de expressão. Destrói a Amazônia e o Pantanal ante os olhos alarmados do mundo. Mantém o país sob tutela militar e ajoelhado perante os Estados Unidos.

O que aconteceu no Brasil nesse período não foi uma simples troca de governo, como é natural nas democracias. Para reverter o projeto de desenvolvimento com inclusão social que estava em curso, em que pela primeira vez a maioria pobre, negra e trabalhadora deste país estava no centro e na direção das políticas públicas, foi necessário atacar o cerne do processo democrático. Atacar o voto popular que originou as mudanças, ainda tímidas diante do passivo de desigualdade do país, mas intoleráveis pelos herdeiros históricos da casa grande.

Foi necessário corromper o processo eleitoral de 2018, por meio de uma farsa judicial consentida e estimulada por poderosos agentes do sistema político e da mídia, rasgar os princípios constitucionais do juízo natural, do direito de defesa, da presunção de inocência e até desacatar uma decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) para impedir que o voto do povo elegeisse Lula presidente outra vez. Foi necessário envenenar a sociedade com o ódio destilado nas fábricas de mentiras das milícias digitais, para fazer a História andar para trás.

Mas a História de um país não se interrompe. Por mais duras que sejam as condições do presente, por mais devastadora que tenha

sido a destruição, o povo brasileiro continua sonhando com uma vida melhor e um Brasil mais justo. Esta é a verdadeira energia que move as mudanças. Provamos que é possível tirar milhões da pobreza, criar empregos para todos, levar os jovens para a universidade, viver na certeza de que o amanhã será melhor. Se tivermos clareza de onde queremos chegar, podemos construir um novo caminho. É para o povo brasileiro que o Partido dos Trabalhadores (PT) apresenta este Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil.

É preciso apontar as medidas para enfrentar os efeitos imediatos da pandemia sobre a saúde e a economia, desde a realização dos testes que foram sonogados pelo governo Bolsonaro até o socorro às milhões de famílias que perderam o sustento nesse período. São efeitos que vão se prolongar dolorosamente sobre as empresas, especialmente as pequenas, a renda e o salário das pessoas, a vida escolar e a capacidade financeira dos estados e municípios, gravíssimos problemas que Jair Bolsonaro recusou-se a enfrentar, em sua aposta macabra para tirar proveito político de uma crise que, até este momento, já custou mais de 135 mil vidas.

É urgente retomar obras e investimentos públicos para enfrentar o maior e mais prolongado período de desemprego das últimas décadas; ampliar o alcance e aumentar o valor do Bolsa Família e do seguro-desemprego, para enfrentar a pobreza crescente e a fome que voltou a assolar o país. É urgente reorganizar a cadeia produtiva da cesta básica, apoiando a agricultura familiar que põe comida na mesa do brasileiro, regulando estoques e combatendo a especulação com o preço dos alimentos. É inadiável cuidar de quem está sofrendo.

Ao mesmo tempo, é preciso dizer como pretendemos reconstruir as bases do desenvolvimento inclusivo, social e ambientalmente sustentável. Promover a transição ecológica da economia, a reforma urbana e retomar a reforma agrária. Aprovar uma reforma tributária

justa e solidária, para que os ricos paguem mais e a maioria seja aliviada, e a reforma bancária para democratizar o acesso ao crédito e reduzir os juros e taxas extorsivas.

Além de reverter o processo desmonte do estado brasileiro, será necessário torná-lo mais forte e presente, capaz de responder democraticamente e de maneira eficaz às necessidades do país e aos justos anseios da maioria pobre e excluída de nosso povo.

A reconstrução do Brasil exige fortalecer a democracia, traumatizada pelos processos do golpe de 2016 e da cassação da candidatura Lula em 2018, para torná-la cada vez mais representativa e também suas instituições.

O conjunto de ideias que apresentamos, para fortalecer a democracia e o estado a serviço do país e do povo, para a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional apontam os primeiros passos de um novo caminho para reconstruir e transformar o Brasil.

Este documento é fruto dos debates e reflexões de centenas de companheiros e companheiras não apenas do PT, mas de amplos setores democráticos da sociedade, movimentos sociais, centrais sindicais, dirigentes e militantes de diversos partidos que fazem oposição ao atual governo e têm como referência as aspirações populares por justiça social. É um caminho que já começamos a trilhar juntos, por exemplo, com a indicação de que “urge avançar na construção da mais ampla frente em defesa da Vida, da Democracia e do Emprego”, conforme recente manifesto das fundações partidárias do PSOL, PSB, PDT, PCdoB, PT e PROS.

Apesar de sua amplitude, o Plano que apresentamos não está pronto e acabado. Além de continuar aberto ao debate e à natural evolução da conjuntura social, econômica e política nacional e global,

o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil terá de incorporar propostas mais elaboradas para temas novos ou que foram recolocados para o país, como por exemplo o papel constitucional das Forças Armadas no estado democrático e o impacto das novas tecnologias sobre as relações de trabalho.

Qualquer que seja a evolução dos debates e desta proposta, estamos seguros de que o Brasil não pode mais conviver com um governo declaradamente inimigo da democracia, da liberdade, do direito e da paz. A superação da profunda crise nacional passa necessariamente pelo fim do governo Bolsonaro e pela instalação de um governo que seja fruto do voto popular, em eleições livres e limpas, com a participação de todas as forças políticas sem exceção, o que exige o restabelecimento pleno dos direitos do ex-presidente Lula, com a anulação da sentença ilegal de Sergio Moro no julgamento de sua suspeição pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Também estamos seguros de que não cabem, para enfrentar a crise nacional, as velhas saídas negociadas por cima, entre os sócios da iniquidade, como ocorreu em tantos momentos históricos, sempre relegando ao povo o papel de expectador. Ou o povo estará no centro da reconstrução e da transformação do Brasil, ou vamos continuar reproduzindo os mecanismos da desigualdade secular em nosso país, uma desigualdade que não pode ser mais tolerada em qualquer lugar do mundo. Nas palavras do papa Francisco, que exerce enorme liderança moral num mundo contaminado pelo individualismo e pela ganância: "Não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça na desigualdade".

No discurso que fez ao Brasil no Sete de Setembro, o presidente Lula expressou com absoluta clareza as raízes profundas da crise brasileira, que não se resume aos efeitos da pandemia, do modelo neoliberal e do governo de destruição que estão sendo impostos aos Brasil.

“Jamais haverá crescimento e paz social em nosso país enquanto a riqueza produzida por todos for parar nas contas bancárias de meia dúzia de privilegiados”, disse Lula, ao propor a reconstrução de “uma Nação comprometida com a libertação do nosso povo, dos trabalhadores e dos excluídos”.

É para o povo brasileiro, portanto, que o PT apresenta este plano. Vamos, juntos, reconstruir o Brasil.

GLEISI HOFFMANN, presidenta do Partido dos Trabalhadores

ALOIZIO MERCADANTE, presidente da Fundação Perseu Abramo



SUMÁRIO

17 APRESENTAÇÃO

PARTE I

29 OUTRO MUNDO É PRECISO, OUTRO BRASIL É NECESSÁRIO

29 FUNDAMENTO: A VIDA COM DIREITOS E SUSTENTABILIDADE

32 A CRISE ALÉM DA PANDEMIA

34 O PT E OS VALORES DE UM NOVO PAÍS

36 OS NOVOS ALICERCES DO PAÍS NECESSÁRIO

36 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E NOVO PERÍODO DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

39 TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A NOVA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

42 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NOVO PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO
DAS ESTRUTURAS SOCIAL, PRODUTIVA E AMBIENTAL

47 SOBERANIA NACIONAL E NOVA INSERÇÃO DO BRASIL NO MUNDO

52 RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E REFUNDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

54 SOMOS DO TAMANHO DO QUE VEMOS, SOMOS DO TAMANHO DO QUE SONHAMOS

PARTE II

59 PLANO EMERGENCIAL DE PROTEÇÃO À VIDA E RECONSTRUÇÃO DO BRASIL: MUDANÇAS PARA O PRESENTE

59 MEDIDAS PARA A PROTEÇÃO DA VIDA E DO BEM VIVER

59 POLÍTICA NACIONAL CONTRA A COVID-19 E FORTALECIMENTO DO SUS

61 PROTEÇÃO À VIDA DAS MULHERES E COMBATE AO MACHISMO E AO SEXISMO

62 PROTEÇÃO À VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA E COMBATE AO RACISMO

63 PROTEÇÃO À VIDA DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

64 MEDIDAS EM DEFESA DO TRABALHO E DA RENDA COM BEM-ESTAR SOCIAL

64 EXTENSÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL ENQUANTO DURAR A PANDEMIA

64 EMPREGO JÁ

65 POLÍTICA DE REVALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

65 MAIS BOLSA FAMÍLIA PARA MAIS PROTEÇÃO SOCIAL

67 POLÍTICA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS PARA CONSUMIDORES E EMPRESAS

67 RECOMPOSIÇÃO DAS CAPACIDADES DAS EMPRESAS ESTATAIS

68 MEDIDAS PARA GARANTIA DE ACESSO A BENS COMUNS

- 68 GARANTIA DE ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA EM MEIO À PANDEMIA
- 68 GARANTIA DE ACESSO A GÁS EM MEIO À PANDEMIA
- 68 GARANTIA DE ACESSO À ÁGUA E SANEAMENTO EM MEIO À PANDEMIA
- 69 INCLUSÃO DIGITAL E GARANTIA DE ACESSO À BANDA LARGA EM MEIO À PANDEMIA
- 70 AMAZÔNIA E DESMATAMENTO ZERO

71 MEDIDAS PARA AMPLIAÇÃO DE ACESSO A BENS PÚBLICOS

- 71 EDUCAÇÃO E VOLTA SEGURA À ESCOLA NO PÓS-PANDEMIA
- 73 GARANTIA DE ALIMENTAÇÃO PARA ALUNOS E ALUNAS DE ESCOLAS PÚBLICAS
- 73 CULTURA E PROTEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA ARTE NA PANDEMIA
- 74 HABITAÇÃO PARA POPULAÇÕES VULNERÁVEIS E EM SITUAÇÃO DE RUA
- 75 CIDADES E RESILIÊNCIA URBANA CONTRA RISCOS DURANTE A PANDEMIA
- 75 MOBILIDADE URBANA E GESTÃO DOS ESPAÇOS URBANOS DURANTE A PANDEMIA

76 MEDIDAS PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- 76 INVESTIMENTOS E RETOMADA DE OBRAS PÚBLICAS DO PAC E DO MINHA CASA, MINHA VIDA
- 77 ANTECIPAÇÃO DE INVESTIMENTOS DAS CONCESSÕES EXISTENTES
- 77 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO EMERGENCIAL PARA EMPRESAS MANTEREM OS EMPREGOS
- 78 GARANTIA DE REPASSE DE RECURSOS FEDERAIS A ESTADOS E MUNICÍPIOS E NOVO PACTO FEDERATIVO
- 79 REVOGAÇÃO DO TETO DE GASTOS
- 79 MEDIDAS TRIBUTÁRIAS EMERGENCIAIS E FUNDO SOLIDÁRIO DE COMBATE À PANDEMIA E RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

80 MEDIDA EM DEFESA DO ESTADO E DA DEMOCRACIA

- 80 LEI DE DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

PARTE III

85 PLANO ESTRUTURAL DE TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL: MUDANÇAS PARA O FUTURO

85 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E NOVO PERÍODO DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

- 85 SAÚDE
- 89 EDUCAÇÃO
- 92 MAIS PROTEÇÃO SOCIAL
- 94 POLÍTICA PARA O NOVO MERCADO DE TRABALHO
- 97 SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ PARA A PROTEÇÃO DA VIDA
- 108 PROTEÇÃO À VIDA DAS MULHERES E COMBATE AO MACHISMO E AO SEXISMO
- 110 COMBATE AO RACISMO, GARANTIA DE DIREITOS E PROTEÇÃO À VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA
- 112 JUVENTUDE, PROTEÇÃO À VIDA E COMBATE AO EXTERMÍNIO DE JOVENS NEGROS E NEGRAS
- 115 PROTEÇÃO À VIDA DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS
- 116 PROMOVER A CIDADANIA LGBTQI+
- 117 DIREITOS E AUTONOMIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- 117 CULTURA
- 120 COMUNICAÇÃO

125 ESPORTES PARA UMA VIDA SAUDÁVEL
126 AS NOVAS CIDADES DO SÉCULO XXI

130 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA
A NOVA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

132 CAMPO MAIS SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL
132 POLÍTICA E REFORMA AGRÁRIA
134 AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA
136 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
137 AGRONEGÓCIO
141 A DEFESA DOS TERRITÓRIOS E BENS COMUNS
142 POLÍTICAS PARA A ÁGUA
144 POLÍTICAS PARA O SANEAMENTO
145 AMAZÔNIA, BEM COMUM BRASILEIRO
148 PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS

149 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NOVO PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO
ESTRUTURAS SOCIAL, PRODUTIVA E AMBIENTAL

151 TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E ENERGÉTICA
155 UMA NOVA INDÚSTRIA PARA UMA NOVA SOCIEDADE
159 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A NOVA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO
161 TRANSIÇÃO DIGITAL E TELECOMUNICAÇÕES
163 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA
166 PEQUENOS NEGÓCIOS NO NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO
169 ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA
170 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL
172 REFORMA TRIBUTÁRIA JUSTA, SOLIDÁRIA E ECOLÓGICA
174 REFORMA BANCÁRIA
175 REVISÃO DAS REGRAS FISCAIS E NOVAS FONTES DE FINANCIAMENTO
176 POLÍTICA MACROECONÔMICA E FINANCIAMENTO

178 SOBERANIA NACIONAL E NOVA INSERÇÃO DO BRASIL NO MUNDO

178 POLÍTICA EXTERNA
181 POLÍTICA DE DEFESA

181 RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E REFUNDAÇÃO DO ESTADO

183 SOBERANIA POPULAR E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
184 SOBERANIA POPULAR E SISTEMA ECONÔMICO
184 REFORMA POLÍTICA
185 DEMOCRACIA E REFORMA DO ESTADO
187 COMBATE À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA
191 DEMOCRACIA, SOBERANIA POPULAR E SISTEMA DE JUSTIÇA

ANEXO

197 13 ANOS MUDANDO O BRASIL: O PT E CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO INCLUSIVA E SOBERANA

APRESENTAÇÃO

★ A CRISE QUE VIVEMOS NÃO TEM PARALELO NA HISTÓRIA. É uma crise que rompeu com a normalidade que julgávamos sólida e inquestionável. A crise entrou em nossas casas, em nossos hábitos, em nossos corações e mentes. O mundo entrou em choque.

Mas essa crise não começou com um novo vírus. Na realidade, o mundo não conseguiu se recuperar totalmente da estagnação que começou em 2008, e o Brasil está em crise profunda desde os acontecimentos que levaram ao golpe de Estado de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, à condenação e prisão injustas do ex-presidente Lula, sua interdição política e à fraude nas eleições de 2018.

O novo vírus apenas aprofundou e acelerou a crise estrutural de um velho modelo falido: o capitalismo neoliberal, associado à financeirização da economia. A pandemia tornou claro que esse modelo é insustentável social, ambiental e economicamente. Sobretudo, revelou que é um modelo incompatível com a vida e com uma democracia plena e substantiva.

Perante a crise, no mundo inteiro há uma disputa de rumos. Em muitos países, com destaque para o Brasil, governos neoliberais e de direita não conseguem combater nem a pandemia nem a crise econômica e social. Noutros países, mesmo governos neoliberais e conservadores são obrigados a rever dogmas, ainda que temporariamente.

Finalmente, em todo o mundo, dentro e fora dos governos, as forças políticas e sociais comprometidas com as maiorias vêm elaborando e propondo medidas para combater a pandemia e superar a grave crise, as quais preveem a reorientação das atividades econômicas em bases social e ambientalmente sustentáveis.

Estas são as propostas que o PT oferece ao Brasil. Porém, elas não se constituem em mais um desses planos burocráticos que nunca funcionaram ou que colocaram os custos do combate à crise nas costas do povo.

Em primeiro lugar, não nasceram das cabeças de meia dúzia de supostos iluminados, foram concebidas com base em contribuições de centenas de pessoas de origem diversa – trabalhadores, mulheres, negros, indígenas, representantes do setor público, LGBTQI+, artistas, intelectuais etc. – profundamente comprometidas com uma luta incansável em prol de melhor qualidade de vida para todas e todos. Assim, elas têm a marca da pluralidade democrática e o selo das grandes causas populares.

Em segundo lugar, elas são ousadas, foram pensadas fora dos estreitos limites da ortodoxia neoliberal. Na realidade, estas propostas foram elaboradas – como não poderiam deixar de ser – em oposição às propostas do ideário e das políticas neoliberais dominantes no mundo.

Para isso, a ordem econômica e social, a estrutura política, o papel do Estado e a sua forma de financiamento têm de ser repensadas.

Assim, no campo econômico, temos de nos desfazer das medidas pró-capital financeiro, do entulho ortodoxo e das políticas austericidas que condenam o Brasil à estagnação permanente. O Estado tem de ter papel essencial na reconstrução e transformação econômica.

O gasto público é essencial para dinamizar a economia e proteger o povo. Investimentos de monta são vitais para atender às necessidades da maioria por bens e serviços de qualidade. Além de suprirem as grandes carências sociais e de infraestrutura, tais investimentos são geradores de empregos e renda para o nosso povo.

Precisamos expandir e qualificar os serviços públicos gratuitos e de proteção social. Fortalecer o SUS, o SUAS, o sistema educacional, através do novo Fundeb e do Plano de Desenvolvimento da Educação, e estruturar o Sistema Único de Segurança Pública.

No campo social, precisamos implantar ousadas e inovadoras políticas públicas protetivas e inclusivas, de combate ao racismo estrutural, à opressão sobre as mulheres promovida pela sociedade patriarcal, à homofobia, à agressão constante contra os povos originários e os quilombolas.

Urge implantar ambiciosos programas destinados a eliminar a pobreza e nossas históricas desigualdades. Também é crucial assegurar plenos direitos aos trabalhadores, hoje explorados pelas plataformas digitais de serviços e ameaçados por reformas trabalhistas que extinguem empregos decentes.

Consideramos inadiável a construção de um Estado de Bem-Estar robusto, com aposentadorias dignas e assistência efetiva a todos que dela precisem, inclusive através do Mais Bolsa Família, programa de renda básica consideravelmente ampliado.

As desigualdades regionais também precisam ser enfrentadas com políticas públicas e investimentos que promovam a vocação econômica de cada localidade.

Dessa forma, a distribuição da renda e do patrimônio e a erradicação da pobreza constituirão eixo fundamental do novo modelo que almejamos construir. O país que propomos terá de se fundamentar na sustentabilidade social. Nesse país, todas e todos caberão no orçamento. Todas e todos terão cidadania plena.

Assim, queremos assegurar a todos os brasileiros e brasileiras as mesmas oportunidades e promover a inclusão de amplos setores sociais vítimas de histórica exclusão e desigualdade. Hoje, vivemos um “estado de mal-estar social”. A maioria dos nossos compatriotas trabalha a vida inteira, mas vive e morre em condições muitas vezes inumanas. O

povo brasileiro não aceita e não pode aceitar mais esse destino cruelmente imposto, que nos embrutece a alma e tortura o corpo.

É preciso revolucionar os campos e as cidades.

Temos de investir em novas cidades inteligentes e sustentáveis, que assegurem a mobilidade urbana e o acesso ao saneamento, à água, à energia e à habitação, combatendo a especulação imobiliária com reformas urbanas destinadas a assegurar o acesso à moradia. Ao mesmo tempo, julgamos fundamental implantar segurança pública cidadã, que concilie o necessário combate ao crime com o respeito estrito aos direitos humanos e às liberdades democráticas. É inadiável combater o genocídio dos jovens negros e revisar o modelo militar da segurança pública atual. Precisamos também investir na seleção e formação dos quadros policiais, assegurando condições de trabalho dignas aos profissionais da segurança pública.

Na agricultura, é vital conciliar a preservação ambiental com a produção agrícola, promover a Reforma Agrária e o apoio à agricultura familiar, de modo a criar empregos e renda no campo, assegurar a segurança alimentar, hoje seriamente ameaçada pela carestia e o desabastecimento de produtos básicos, e o acesso à alimentação saudável, assim como conquistar e manter mercados para nossos produtos no exterior. Com estes objetivos, propomos ampliar o apoio tecnológico e financeiro ao setor, principalmente aos médios e pequenos produtores.

No campo ambiental, é imprescindível, além de combater a devastação ambiental provocada pelo atual governo, promover um *Green New Deal*, um novo “pacto verde”, que promova a transição ecológica para uma economia de baixo carbono. Queremos gerar empregos de qualidade e atividades sustentáveis com base em tecnologias limpas. É preciso promover o uso de fontes de energia limpas e renováveis, como a eólica e a solar, sem descuidar, porém, da gestão soberana dos fantásticos recursos hídricos e do pré-sal.

Assim, o Brasil que desejamos e propomos fundamenta-se em eixos estruturantes e combinados: a sustentabilidade social e a sustentabilidade ambiental, a democracia, a soberania e a integração regional. É preciso gerar empregos decentes e renda suficiente para todas e todos. Com este objetivo, propomos investir em atividades portadoras de futuro, com inclusão digital e desenvolvimento de nova indústria baseada em tecnologias inovadoras, sem renunciar à gestão soberana das informações e da proteção de dados pessoais. Assim, a construção da sociedade do conhecimento, com amplos investimentos em ciência, tecnologia e inovação, associados à educação gratuita de qualidade, terá papel central no desenvolvimento do Brasil.

Na atual divisão internacional de trabalho, a maioria dos países constitui-se em fonte fornecedora de matérias-primas vegetais, animais e minerais. O povo brasileiro não deseja e não pode aceitar este destino, que implica submeter mais de 210 milhões de pessoas ao subemprego e à miséria. Por isso, é urgente uma nova indústria com base no conhecimento e na tecnologia mais avançada.

Para atingir esses grandes objetivos, necessitaremos mudar radicalmente a forma de conduzir a economia e a política fiscal. O modelo neoliberal de concentração de renda, de Estado mínimo, de cortes orçamentários, de preferência para os serviços da dívida, caminha no sentido oposto ao do país que queremos, aquele necessário para o desenvolvimento soberano e o bem-estar de nosso povo.

Precisamos nos livrar desse modelo de privilégios, que atende aos mais ricos, deixando a imensa maioria da população na pobreza e com dificuldades. Além de distribuir renda, precisamos distribuir as riquezas e o patrimônio.

Para isso, propomos uma Reforma Tributária Justa, Solidária e Sustentável marcadamente progressiva, com taxação de grandes fortunas e dos rendimentos financeiros, de lucros e dividendos, de forma a aliviar a carga tributária sobre os mais pobres e as pequenas

empresas, reduzindo consideravelmente os tributos sobre o consumo e os serviços. Esta proposta já tramita na Câmara dos Deputados e foi apresentada de forma conjunta com os partidos progressistas, do campo da oposição.

Propomos também uma reforma bancária capaz de aumentar a competição e a oferta de crédito, eliminando os spreads e juros extorsivos que sufocam a economia real, garantindo crédito barato e acessível às pessoas e aos setores produtivos da sociedade.

Além disso, precisamos lançar mão de uma nova forma de gestão orçamentária e financeira do Estado brasileiro. As regras fiscais austericidas constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal, no Teto dos Gastos e na Regra de Ouro devem ser revistas e revogadas.

As situações críticas e trágicas para o povo brasileiro, como as que estamos vivendo nesta crise, exigem medidas contracíclicas audaciosas. O Estado precisa gastar, e gastar bem. O aumento da dívida pública, com a emissão de moeda, não é impeditivo para um país como o Brasil, que tem reservas internacionais, amealhadas nos governos do PT, que hoje estão na casa dos 340 bilhões de dólares.

A dívida pública brasileira, líquida ou bruta, foi reduzida consideravelmente pelos governos do PT. E, ainda hoje, apesar da gestão desastrosa dos governos sucessores, está em patamares sustentáveis, bem inferiores aos de muitos países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil tem capacidade de endividamento para retomar o crescimento de sua economia.

A execução deste Plano garantirá desenvolvimento com inclusão, crescimento do nosso PIB e, ao mesmo tempo, grande retorno tributário para o Estado brasileiro, pelo aumento da arrecadação.

Em suma, faz parte do nosso Plano a implantação de uma política de desenvolvimento que tenha por objetivo a busca incessante pela igualdade, com os mais altos patamares de riqueza, integração ao meio ambiente e defesa da humanidade. Hoje, nossa economia está organi-

zada em torno do lucro, do lucro de poucos, de um lucro especulativo, destruidor da natureza, social e culturalmente degradante. A imensa maioria do povo brasileiro é tratada como material descartável: “e daí” se morre, “e daí” se vive no sofrimento. O povo brasileiro não aceita e não pode aceitar este destino, que implica manter o país num estado de caos permanente. Por isso, devemos colocar o Estado no comando do desenvolvimento nacional; acabar com a hegemonia do capital financeiro; garantir soberania alimentar com o papel estratégico da pequena e média propriedade; integrar nosso país com energia elétrica, cabeamento ótico, ferrovias e hidrovias; e deflagrar um plano de reurbanização de nossas cidades, com a meta de atender as necessidades de saneamento, moradia, transporte e equipamentos públicos (educação, saúde, cultura, esportes e lazer). A produção destes bens públicos, combinada com a ampliação do consumo de bens privados, será o carro-chefe da reindustrialização e da nova indústria nacional. A coordenação dos investimentos, principalmente em infraestrutura, está na raiz de um projeto de desenvolvimento sustentável e transformador.

Na esfera da democracia, além do combate imediato ao autoritarismo do atual governo e à disseminação de suas práticas fascistas, propomos profundas reformas para enfrentar as causas destes retrocessos políticos e civilizatórios que expuseram fragilidades estruturais da nossa democracia. As sucessivas agressões aos direitos e liberdades fundamentais no período histórico recente comprovam a necessidade de uma Lei de Proteção do Estado Democrático, a ser debatida dentro de um conjunto de reformas políticas, eleitorais, do aparelho de Estado e seus organismos de controle, de forma a assegurar maior representatividade na representação popular e a mais ampla participação da sociedade nos processos decisórios, mais eficácia e transparência na administração pública, o controle permanente da aplicação da lei sem abusos de autoridade, e o combate à corrupção como princípio e dever, sem desvios ou seletividade de qualquer natureza. O imprescindível debate sobre a

democratização do acesso à informação correta e aos meios de comunicação, interdito desde a promulgação do capítulo da Comunicação Social na Constituição de 1988, deve ser destravado e atualizado para incluir as novas tecnologias que não existiam há 32 anos, por meio das quais se disseminam as chamadas *fake news* e os discursos de ódio, que distorcem os processos eleitorais e funcionam como caldo de cultura do autoritarismo. Precisamos de mais política e mais democracia. Precisamos radicalizar a democracia.

Em síntese, queremos construir um Estado verdadeiramente democrático, a serviço dos interesses do país e da população, especialmente as grandes parcelas excluídas ao longo de nosso processo histórico. As reformas que propomos visam a superar um regime de democracia seletiva, baixa representatividade legislativa, uma justiça desacreditada e partidarizada, verdadeira ditadura comunicacional e a tutela militar sobre um governo arbitrário. O Brasil não aceita mais que as instituições sirvam à minoria de ricos e privilegiados, deixando migalhas aos pobres.

No plano da soberania, é primordial recuperar a dignidade e o respeito pelo país, perdidos com a política externa bolsonarista de submissão servil aos interesses da extrema-direita dos Estados Unidos, que tornou o Brasil pária mundial. No atual contexto internacional, há um acirramento da competição econômica, política e militar entre potências, com destaque para a disputa geopolítica entre Estados Unidos e República Popular da China. Eclodem conflitos militares, que vêm reacendendo a corrida armamentista, e sucedem-se provocações localizadas típicas da “guerra fria”, que podem escalar devido aos interesses dos Estados Unidos e do governo Trump. Propomos uma nova política externa, orientada para o estímulo ao desenvolvimento nacional e para a construção de um mundo mais simétrico, assentado no multilateralismo e na multipolaridade. Precisamos atuar para que o país seja um dos principais pilares da integração latino-americana, viabilizando

a formação de um vigoroso polo produtivo e tecnológico. Será vital voltarmos a investir no Mercosul, na Unasul e seu Conselho de Defesa e na Celac, assim como nas relações Sul-Sul, em particular com a África. Da mesma forma, queremos uma política de defesa sólida, livre de ingerências externas, e com Forças Armadas bem equipadas, profissionais e centradas exclusivamente em suas missões constitucionais e democráticas.

Na cultura, estratégica para a identidade nacional e para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, é crucial assegurar à população o acesso aos bens culturais e eliminar a guerra contra a cultura desencadeada pelo governo atual, garantindo aos artistas e intelectuais, ameaçados pelo abandono do setor, pelo discurso de ódio e pelas tentativas de censura, a livre expressão e o necessário apoio do Estado.

A reconstrução democrática do Brasil, com o fim do atual governo, só pode ser fruto de um processo eleitoral realmente livre com a participação de todas as forças políticas, sem exceção de qualquer natureza. A legitimidade necessária a tal processo exige, por sua vez, a devolução dos direitos plenos do maior líder político e popular do país, o ex-presidente Lula, por meio do reconhecimento, na mais alta corte, da suspeição e parcialidade do ex-juiz que conduziu sua condenação ilegal e injusta.

As reformas necessárias à construção do desenvolvimento soberano – reforma agrária, política, tributária, bancária, do acesso à informação e às comunicações – exigem profundas mudanças das instituições. O PT entende que o processo democrático de promovê-las, sob um governo legitimado pelo voto em eleições livres, é a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana.

Uma nova Constituinte não pode ser concebida como ponto de partida, mas como um ponto central no próprio processo político de ascensão da luta democrática e de (re)constitucionalização do país. Concebida nesta perspectiva, a defesa de um processo histórico de (re)consti-

tuição deve ser formulada como momento de convergência, de reunião, de pactuação em regime pluralista de soberania popular e de afirmação da soberania nacional. Não pode ser apenas o ponto de vista de um partido, mas de uma maioria democrática e popular. Nem mesmo pode ser compreendido como um mero instituto criado de cima, mas forjado nas lutas dos movimentos sociais por seus direitos fundamentais.

A ascensão das forças de extrema-direita se deu em um quadro de desestabilização da democracia, de regime de exceção e se alimentou de um forte sentimento de deslegitimação do sistema político e, através dele, de todo o sistema público do país. A derrota destas forças exigirá conquistas democráticas e o reencontro de legitimação da maioria da população em relação ao sistema político e às instituições públicas. A defesa programática de um novo processo constituinte, que tenha como cláusulas pétreas os direitos humanos fundamentais, e que seja capaz de reconstruir e aprofundar o fundamento democrático do Estado, vai nesta direção.

Com este plano propomos, em suma, a construção de um Brasil desenvolvido, igualitário, solidário, soberano, ambientalmente sustentável e profundamente democrático. Além de possível, é o país necessário para assegurar vida plena a todas as pessoas.

O momento histórico exige ousadia, criatividade e compromisso com o país e o seu povo. Neste plano, há tudo isso. Neste plano, há Brasil.



PARTE I

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO

★ OUTRO MUNDO É PRECISO OUTRO BRASIL É NECESSÁRIO

FUNDAMENTO: A VIDA COM DIREITOS E SUSTENTABILIDADE

A humanidade vive uma crise sem precedentes, e o Brasil experimenta o pior momento de sua história recente, ao qual nada pode ser comparado: um mundo de espelhos quebrados, com identidades e hábitos profundamente modificados.

Nada mais é certo, nada mais é seguro. Muitos estão amedrontados e confusos, sem saber o que esperar do futuro. Sem sequer saber se haverá futuro.

No Brasil, o cenário é de guerra. À medida que milhares de mortes se somam sem controle, com o país se transformando no centro mundial da pandemia, avolumam-se também os números de desempregados, de relações de trabalho precarizadas, de negócios falidos, de pessoas desassistidas de direitos e serviços públicos, de pobres e de miseráveis.

Aumenta a desigualdade e o fosso profundo que separa aqueles que podem praticar o isolamento, que poderá salvar suas vidas, e aqueles que são obrigados a arriscar suas vidas e as de suas famílias para conseguir sobreviver. Em muitos lugares, o medo da fome se sobrepõe

até mesmo ao medo da morte.

A extinção de estoques de alimentos e a falta de apoio à agricultura familiar criaram cenário gravíssimo de carestia e desabastecimento. Ante o cenário terrível, um governo sociopata e genocida diz “e daí?” e “todo o mundo vai morrer mesmo”. Um governo que diz que não se importa e que, de fato, não se importa. Não se importa com as pessoas, com suas famílias e com o Brasil. Não se importa com o fundamental: a vida.

Mas a vida humana é o fundamento último de todos os direitos que conformam o processo civilizatório e a constituição das democracias. Sem a vida, não há direitos humanos a serem afirmados e protegidos. Sem ela, não há democracia ou desenvolvimento. Sem ela, não há futuro para ninguém.

Os impactos recessivos de uma pandemia global realçaram os traços mais cruéis de um modo de produção que já estava em crise, que é incapaz de eliminar a fome e a pobreza e é responsável por perpetuar a desigualdade social, o racismo estrutural, o patriarcado, a violência contra a identidade de gênero e de orientação sexual, muito além de sua natureza espoliadora dos trabalhadores e dos recursos naturais.

Enganam-se, por conseguinte, aqueles que consideram que a crise atual foi originada somente por um novo vírus. A causa última dessa gravíssima crise está no neoliberalismo e na financeirização.

O Partido dos Trabalhadores, ao contrário desse governo ultraliberal e neoconservador, afirma que a vida das brasileiras e dos brasileiros é o que importa. É tudo o que importa.

Defender a vida, principalmente a vida dos mais vulneráveis e excluídos, como negros, mulheres, povos indígenas e pobres em geral, é a grande prioridade.

Contudo, não se trata de defender a vida apenas contra o coronavírus, que é a tarefa emergencial. Trata-se também de defender a vida de to-

das as outras ameaças, de tudo aquilo que a limita e reduz sua qualidade.

Assim, a vida tem de ser protegida contra a crescente desigualdade de renda e de patrimônio, que condena a maioria da população à exclusão econômica, social e política.

A vida tem de ser protegida da fome, do desemprego e da crescente precarização e *uberização* do mercado de trabalho.

A vida tem de ser defendida do racismo, um sistema de opressão estrutural, que mata milhares de jovens negros todos os anos e que vem condenando gerações de afrodescendentes a uma cidadania de segunda classe e à morte. Comprometer-se com o fim do racismo é realizar políticas e práticas que transformem o lema “vidas negras importam” em uma realidade no nosso país.

A vida tem de ser defendida contra o machismo e o sexismo, que assassinam mulheres todos os dias, que ameaçam seus direitos sexuais e reprodutivos e sua liberdade de controlarem seus corpos e as condenam a ganhar menos que os homens, a praticar a dupla jornada e ter posições secundárias numa sociedade patriarcal.

A vida tem de ser defendida contra os preconceitos e a lgbtbfobia que matam e violentam a população LGBTQI+.

A vida tem de ser protegida do consumismo voraz, dos desmatamentos e dos desequilíbrios ambientais que ameaçam matar o planeta e extinguir todas as formas de vida. A vida tem de ser protegida na Amazônia e em todos os demais biomas.

A vida precisa ser defendida nas suas diversidades regionais que expressam riquezas e necessidades diferentes. A vida precisa ser defendida nas áreas indígenas e de quilombolas, populações tradicionais seriamente ameaçadas de extinção cultural e física.

A vida tem de ser protegida das políticas de austeridade e de um Estado mínimo nos direitos e na política pública e máximo na violência e no arbítrio, que condena milhões a não ter acesso à edu-

cação, saúde, aposentadoria digna, proteção social, alimentação, segurança, moradia, ao saneamento básico, à água potável, ao trabalho decente. A vida tem de ser protegida contra o concentrador modelo neoliberal e as tendências destrutivas da acumulação capitalista altamente financeirizada.

A vida tem de ser protegida do autoritarismo daqueles que adoeceram nossa democracia e desejam seu falecimento, extinguindo todo direito, toda esperança, todo futuro. A vida tem de ser defendida contra a terrível ameaça do fascismo.

A vida tem de ser defendida do ódio e da mentira. A vida só sobrevive em meio à tolerância, à solidariedade e à igualdade.

Desse modo, a defesa da vida, a proteção da vida de todas e todos, em suas múltiplas dimensões, terá de ser sempre nosso principal objetivo.

A CRISE ALÉM DA PANDEMIA

A proteção à vida vai, portanto, muito além do combate à atual pandemia. O inimigo não é apenas o vírus, embora ele seja um adversário terrível e imediato.

O mundo atravessa a maior crise econômica e social da história do capitalismo, apenas comparável à devastação causada pela crise de 1929. Trata-se de uma crise estrutural do modelo neoliberal, agravada pela pandemia, que criou um cenário de recessão profunda e prolongada. Esse cenário está diretamente associado ao prolongamento da crise sanitária, com probabilidade de uma segunda onda ou de uma presença crônica até o final de 2020. Mesmo a previsão de recuperação do crescimento em 2021 aponta para dificuldades na retomada, com o Brasil levando alguns anos para recuperar o nível de produção pré-Covid.

O capitalismo, especialmente nesta variante neoliberal que já leva 40 anos, e as políticas de austeridade que adota com regularidade se

esgotaram e estão levando o Brasil e toda humanidade a um beco. Esse modelo não tem futuro. Ele é insustentável. Insustentável no que tange à estabilidade do crescimento, pois gera crises recorrentes e graves. Insustentável no que se refere à promoção do bem-estar social, uma vez que aumenta a desigualdade e a exclusão, além de ocasionar o desmonte progressivo da seguridade social e a precarização do mercado de trabalho. Insustentável no que tange ao meio ambiente, já que cria a necessidade de um crescimento predatório e de um consumismo voraz. Insustentável com respeito à soberania, uma vez que promove dependência econômica, tecnológica e geopolítica. E, mais grave ainda, insustentável no que se relaciona à democracia, pois fragiliza os sistemas de representação, ao cristalizar “consensos técnicos” fechados ao controle do voto popular.

Assim sendo, o principal adversário de longo prazo não é o vírus, que eventualmente será contido. O principal adversário estrutural é esse capitalismo neoliberal, hegemônico há cerca de quatro décadas, que desequilibra o planeta e desarmoniza as sociedades.

Quando a pandemia terminar, será possível, enfim, tirar as máscaras e abraçar vizinhos, amigos e parentes. Mas para continuar a defender a vida, é necessário também tirar as máscaras do egoísmo, do individualismo, do ódio, dos preconceitos de classe, gênero, raça e contra toda a diversidade, da indiferença, da ignorância, do negacionismo obscurantista e das velhas fórmulas fracassadas, e abraçar fraternalmente a causa e o sonho de um mundo melhor para todas as pessoas. De um Brasil para todas e todos de novo, renovado.

Antes, face à ditadura do pensamento único, do neoliberalismo sem oposição, dizia-se que “outro mundo é possível”. Agora, frente a mais uma crise de um modelo insustentável, é urgente afirmar que “outro mundo é necessário; outro Brasil é preciso”.

Sem isso, não há futuro decente para a imensa maioria da população do mundo. Sem isso não há nada.

O PT E OS VALORES DE UM NOVO PAÍS

O futuro, entretanto, não está dado. Não é destino. Ele precisa ser construído. Essa construção está em disputa.

Embora distinta, esta é uma crise tão devastadora quanto aquela que assolou mundo após 1929. Se naquela época o “dia seguinte” foi um mundo com mais bem-estar, com ampla descolonização e relativa democratização, isso só ocorreu porque ao final de muita luta – e de uma guerra mundial que custou dezenas de milhões de vidas e uma destruição sem precedentes – prevaleceram políticas defendidas por setores progressistas, socialistas e democráticos. Já o desfecho imediato das crises dos anos 1970 e de 2008 foi outro. Daí ser um equívoco imaginar que no pós-pandemia “nada será como antes”, ou que na esteira da crise atual surgirá, sem muita luta e mobilização, necessariamente um mundo melhor.

Os defensores do falido capitalismo neoliberal querem se aproveitar da crise para aprofundar as mesmas políticas que levaram o mundo ao beco trágico e o Brasil ao abismo sombrio em que se encontram.

Em contraste, o PT propõe um novo modelo de desenvolvimento, uma nova forma de gerir a economia, o Estado e a sociedade, fundamentada na valorização da vida e na solidariedade. Este projeto vai avançar assentado nos mesmos objetivos básicos e nos mesmos valores que orientaram os governos petistas: distribuição da renda e da riqueza, redução das desigualdades e eliminação de suas causas estruturais, superação da pobreza e da fome, ampliação das oportunidades educacionais e do direito ao trabalho, expansão e melhoria da qualidade dos serviços públicos gratuitos e do Estado de Bem-Estar, afirmação da soberania, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, ampliação dos espaços democráticos e de participação popular, promoção de ações efetivas em prol da ampliação de direitos.

Tais governos conseguiram combinar, de forma inédita no Brasil, crescimento sustentado com distribuição significativa da renda, redução da desigualdade, diminuição substancial da pobreza, eliminação da pobreza extrema, superação da fome, redução da mortalidade infantil e desnutrição, combate ao racismo e à violência contra as mulheres, ampliação extraordinária da inclusão escolar e das oportunidades educacionais, expansão e melhoria da qualidade do sistema de saúde pública, do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, enorme crescimento do atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda, criação de programas voltados à diversidade e cidadania cultural, afirmação da soberania, ampliação do protagonismo internacional do país, redução substancial do desmatamento, principalmente na Amazônia, ampliação dos espaços democráticos e de participação popular, promoção de ações efetivas em prol de direitos.

Foram governos exitosos, mesmo com erros e insuficiências. Substituíram o fracasso das políticas neoliberais da década de 1990 e foram substituídos, após o golpe de 2016 contra a ex-presidenta Dilma e o *lawfare* contra o ex-presidente Lula, pelo mesmo modelo e pelas mesmas políticas que já haviam falhado.

O que o Brasil vive hoje é, pois, a repetição potencializada de um antigo modelo, o modelo histórico das oligarquias, que sempre excluiu a possibilidade de se construir um país justo, inclusivo e solidário, agravado agora por uma crise sanitária e econômica internacional. A economia brasileira já estava em frangalhos, com desemprego elevado, grande aumento da informalidade e da desigualdade, antes do surgimento da pandemia.

Com o embasamento da experiência desses governos e motivação dos eternos valores da igualdade, da solidariedade e de tudo aquilo que conforma uma democracia plena e substantiva, o PT propõe hoje a construção de um novo país e um programa democrático e popular

O nosso Programa Democrático e Popular se articula do ponto de vista estratégico com o projeto histórico do Socialismo Democrático, o “Socialismo Petista”, reafirmado ao longo de toda a trajetória do PT. Para nós, é irrenunciável o objetivo de construir, com o apoio das maiorias populares, uma nova sociedade, livre, plural e solidária, uma sociedade em que o direito à vida não seja objeto de compra e venda, em que o direito à felicidade não seja uma mercadoria, em que milhões de seres humanos não sejam condenados à miséria, à fome, à morte para satisfazer a ganância pelo lucro. Uma sociedade que não seja, pela sua própria lógica, como é a sociedade capitalista neoliberal, injusta, excludente, discriminatória. Uma sociedade que seja de fato sustentável, fruto de uma nova relação com a natureza. Uma sociedade, enfim, que seja não só materialmente mais justa, mas também ética e culturalmente superior.

Entretanto, as circunstâncias internacionais e nacionais são atualmente bastante diferentes das do início deste século, de forma que a construção desse novo país exigirá medidas e políticas mais profundas, inovadoras e radicais.

O que foi feito antes, por mais importante que tenha sido, não será suficiente. O país necessário e desejado terá de ser erguido em novos alicerces.

OS NOVOS ALICERCES DO PAÍS NECESSÁRIO

DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E NOVO PERÍODO DE
AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

O crescente e intenso aumento da desigualdade de renda e de patrimônio causado pelo capitalismo, especialmente nas décadas neoliberais e de financeirização do capital, que intensificam a concentração

da propriedade, renda e poder, vem se constituindo num gravíssimo problema em quase todo o mundo.

É um problema social, pois desarmoniza e gera tensões na sociedade. É um problema político, uma vez que fragiliza as democracias e os sistemas de representação. E é um crucial problema econômico, já que a desigualdade e a pobreza limitam a demanda da qual a economia real depende.

A crise atual do capitalismo é, fundamentalmente, uma crise causada por um modelo que produz desigualdade e pobreza, limitando o crescimento da economia real e propiciando o surgimento de bolhas especulativas assentadas na financeirização excessiva das atividades econômicas.

Esta é uma crise de desigualdades em todas as suas dimensões.

No Brasil, essa tendência global soma-se às características estruturais e históricas da nossa sociedade.

De fato, a desigualdade é uma característica histórica e estrutural da sociedade brasileira. Ela está baseada em um modelo econômico e produtivo altamente concentrador e excludente e em uma cultura do privilégio, uma herança do passado colonial e escravocrata que continua a ser reproduzida até os dias de hoje através de atores, instituições, regras e práticas. A sociedade brasileira é das mais desiguais do mundo.

Após o golpe de Estado, contra a ordem democrática, durante a qual os governos do PT vinham promovendo a redução das desigualdades históricas, voltaram a aumentar, de forma alarmante, a precariedade laboral, a informalidade, o desemprego, a pobreza e a desigualdade. Houve uma volta ao passado com governos que promovem a injustiça e exclusão.

Não há mais otimismo e sonho, há desencanto e pesadelo.

A aposta, hoje, de forma inteiramente equivocada, é direcionada para a desigualdade e para a redução dos direitos trabalhistas e sociais, a histórica exclusão herdada da escravidão, como supostos vetores para

estimular os investimentos e o crescimento econômico.

Essa aposta está fadada, novamente, ao fracasso. Nunca funcionou e não vai funcionar. Exceto, é claro, para uma minoria oligárquica brasileira e para seus sócios estrangeiros.

O PT propõe o inverso.

Que a redução das desigualdades, a eliminação da pobreza, a ampliação dos direitos, o fortalecimento do Estado de Bem-Estar, a promoção do emprego decente e a distribuição da renda e do patrimônio sejam o eixo estruturador de um novo processo de desenvolvimento, um novo modelo econômico e social, que possibilite o crescimento sustentado e sustentável e transforme o Brasil num país próspero, forte, justo, solidário e igualitário.

Mas propõe bem mais que isso. Busca atacar todas as múltiplas causas que tornam o Brasil tão injusto, excludente e desigual.

Assim, propõe políticas ativas para que as mulheres não sejam mais violentadas em seus direitos por uma sociedade patriarcal que as oprime e as condena a uma posição de subalternidade econômica, social e política.

Propõe o combate incansável e multidimensional ao racismo, grande chaga histórica da nossa sociedade, origem dos processos de exclusão que ainda marcam profundamente o Brasil.

Propõe resgate da dignidade dos povos indígenas, os quais continuam a ser objeto de um genocídio demográfico e cultural que se arrasta desde os tempos do passado colonial.

Propõe o respeito e o reconhecimento das identidades de gênero e suas expressões além da livre orientação sexual, pois as pessoas LGBTQI+ estão entre as que sofrem cotidianamente os efeitos e as restrições impostas pelo preconceito.

Pretende ampliar a proteção social, com o Mais Bolsa Família, que assegure renda para além dos mais pobres, e alcance também os trabalhadores vulneráveis, além da instituição de outros programas so-

ciais inovadores, destinados a assegurar renda, empregos e dignidade para todas e todos.

Pretende expandir e melhorar a qualidade dos serviços públicos gratuitos e consolidar um Estado de Bem-Estar robusto. Propõe um orçamento no qual caibam todos os direitos previstos na Constituição de 1988.

E, assim, propõe a construção de cidades seguras, justas, equitativas, resilientes, sustentáveis, plurais e agradáveis para se viver.

Propõe uma segurança cidadã, capaz de proteger os cidadãos com isonomia de tratamento, em especial nas periferias. Uma segurança comprometida com a legalidade e capaz de coibir a expressiva quantidade de mortes violentas no país e os níveis elevados de encarceramento. Propõe acabar com genocídio dos jovens negros.

Propõe, enfim, a eliminação definitiva da histórica divisão entre casa grande e senzala e que todas as brasileiras e todos os brasileiros possam ser tudo aquilo que sonharem ser.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A NOVA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

Outro eixo estruturante do novo modelo passa pela luta por um meio ambiente equilibrado, a instituição de novas formas de produzir e consumir e a busca do desenvolvimento sustentável. A pandemia alertou o mundo para a correlação entre desequilíbrios ecológicos e pandemias, reforçando a essencialidade da questão ecológica.

Assim deve ser a nova forma de fundamentar a economia, com dupla e combinada sustentabilidade do desenvolvimento: sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental. Por isso propomos, agora, medidas indutoras de um novo padrão tecnológico compatível com a urgência dos desafios ambientais e, ao mesmo tempo, promotoras de

alternativas econômicas associadas à diversidade sociocultural e ambiental do país, seja no campo ou na cidade.

Com efeito, a luta contra as mudanças climáticas, que ameaça a vida do planeta, embora seja uma necessidade em si, também se constitui em oportunidade ímpar para promover o desenvolvimento e instaurar uma economia criativa.

Isso é especialmente verdadeiro para o Brasil, país que tem tudo para se converter em uma grande potência ambiental.

Os limites estão dados não apenas pelo aquecimento global, mas também pelo desaparecimento acelerado das espécies, pela contaminação dos aquíferos e cursos d'água, pela poluição urbana e suas consequências para a saúde humana.

Portanto, a superação dessa crise passa por um processo de transição ecológica do atual modelo de desenvolvimento, tendo como perspectiva histórica a construção de uma sociedade solidária, democrática e sustentável.

Infelizmente, o Brasil passou de exemplo de busca de sustentabilidade para o mundo em desenvolvimento, nos governos do PT, a grande vilão ambiental do planeta no governo Bolsonaro.

Assim, é preciso se empenhar na defesa das instituições ambientais que estão sendo desconstruídas pelo governo Bolsonaro. Ao mesmo tempo, é necessário inovar e aprofundar nossos compromissos ambientais em todas as frentes de luta da sociedade, notadamente em relação à Amazônia e aos demais biomas, defendendo a manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais, o reconhecimento e demarcação das terras indígenas, dos territórios quilombolas, das populações tradicionais e da agricultura familiar.

Desse modo, propomos empenho no desmatamento zero, e na proteção da sociobiodiversidade. A transição ecológica requer um forte compromisso do governo federal com a proteção das florestas e da socio-

biodiversidade. O fim da expansão predatória da fronteira agropecuária é fundamental para a preservação da biodiversidade e para a prosperidade socioeconômica do país, com manutenção dos meios de vida dos povos do campo, das florestas e das águas, tais como a provisão de água, regulação do clima, fertilização, formação de solos, dentre outros.

Mas o PT não quer apenas conservar, quer desenvolver o país em bases sustentáveis, com investimentos produtivos e inovadores. A travessia para uma sociedade ecologicamente equilibrada depende desse resgate e inovação institucional, tanto quanto do protagonismo e da ousadia dos sujeitos sociais em criar o novo. Por isso, propomos um pacto ecológico que assente o desenvolvimento do Brasil em novas formas de produzir e consumir, que gere trabalho e bem-estar coletivo, com base numa reconversão econômica alicerçada em tecnologias ambientalmente adequadas.

O pacto ecológico que defendemos pressupõe o compromisso ético e político em enfrentar a crise climática e ambiental, descarbonizando o sistema de produção, promovendo novas formas de economia justa e solidária e gerando um novo senso de cuidado e pertencimento à natureza. Nesse contexto, o PT planeja uma nova política energética, com ampliação substantiva do uso de fontes limpas de energia, como a solar e a eólica, cuidando para que o pré-sal e a renda petroleira sejam utilizados para interesses nacionais.

Propõe também uma agricultura de baixo carbono, totalmente comprometida com a conservação ambiental e a oferta de alimentos saudáveis, contribuindo para um novo modelo de desenvolvimento sustentável e uma nova política de comércio exterior. No campo, a reforma agrária e o apoio à agricultura familiar são imprescindíveis e estratégicos, não apenas para assegurar a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar, mas também para garantir a geração de empregos e renda no campo.

Almeja lutar por uma nova concepção de cidades, para ampliar a matriz energética na mobilidade urbana e nas edificações, para assegurar

a segurança hídrica e os “4Rs” nos resíduos sólidos (repensar, reduzir, reutilizar, reciclar), para priorizar o transporte coletivo e a mobilidade ativa, racionalizando o uso do automóvel, assim como proteger as áreas de proteção permanente (APPs) urbanas, cuja ocupação gera enchentes e desastres naturais que afetam sobretudo os mais pobres.

Propõe, desse modo e em síntese, um pacto pelo desenvolvimento e pela vida das pessoas e do planeta, conciliando crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e justiça social.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E NOVO PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO
DAS ESTRUTURAS SOCIAL,
PRODUTIVA E AMBIENTAL

Esse modelo de desenvolvimento não poderá ser alcançado sem uma profunda reorganização das relações entre Estado, mercado e sociedade.

Assim, o Estado reformado terá de ter papel de protagonista na construção do novo Brasil, induzindo seu desenvolvimento e garantindo a proteção de seu povo.

A verdadeira reforma do Estado que o Brasil precisa não é aquela que o privatiza, que reduz sua capacidade de atuação e joga nas mãos dos interesses privados a exploração dos direitos de cidadania e do futuro da nação. Ao contrário, o Brasil precisa de um Estado democrático, forte, eficiente, transparente e capaz de lidar com os inúmeros desafios que o desenvolvimento impõe. Um Estado diferente do atual, organizado para servir apenas aos interesses minoritários de classes dominantes.

No cenário pós-pandemia, caberá ao Estado planejar, projetar, gastar, induzir e estimular a retomada do crescimento e a geração de empregos. Para isso, será necessário promover profundas mudanças nas estruturas fiscal, tributária e bancária para habilitar o Estado brasileiro a cumprir suas funções.

Os falsos limites dados pela ortodoxia fiscal permanente e pelo absurdo e insustentável teto de gastos declinante por 20 anos da Emenda

Constitucional nº 95 precisam ser eliminados com urgência. Assim como também têm de ser revistas as autoimposições de limites de gastos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela chamada Regra de Ouro, que inibem gastos públicos.

Nas atuais circunstâncias de pandemia, combinada com crise mundial severa e depressão no plano interno, o Estado não pode ter constrangimentos para dispender o que for necessário para salvar a população e recuperar a economia.

Será absolutamente necessário termos um programa de investimentos públicos muito robusto e de longa duração para reerguer a economia, gerar empregos e renda para a população, socorrer as pequenas e médias empresas já muito fragilizadas, estimular a agricultura familiar e potencializar o investimento produtivo privado.

Como o resto do mundo, o Brasil necessitará de planos emergenciais de curto prazo, bem como de planos estratégicos de longo prazo, para poder colocar a economia no rumo correto do desenvolvimento sustentado.

Em vez de continuar a cortar e conter gastos de forma obtusa e suicida, aprofundando ainda mais a crise, a desigualdade social e a recessão, é preciso estimular uma economia exangue, de forma a buscar o equilíbrio pelo aumento sustentável e socialmente justo da arrecadação.

Realizando gastos que estimulem a atividade econômica e a geração de empregos, que promovam a distribuição de renda e fortaleçam a estrutura produtiva, o país terá recursos não apenas para enfrentar a crise atual, como também para financiar a retomada do desenvolvimento econômico.

Uma verdadeira estratégia de desenvolvimento não pode depender apenas de pontos fortes. É preciso transformar nossas carências sociais e econômicas em desafios e oportunidades.

O enfrentamento das inúmeras demandas socioambientais deve se tornar um dos eixos centrais do desenvolvimento brasileiro, apro-

ximando o setor público e privado na missão de superar as enormes carências. É necessário investir em bens e serviços. O investimento socioambiental cria empregos, distribui renda, gera inovações, melhora a qualidade de vida da população e reduz os custos de produção.

O Brasil que queremos terá de assentar-se na expansão e na melhoria de qualidade dos serviços públicos, em especial os de educação e saúde. Com efeito, investimentos nesses serviços e os gastos com seu custeio poderão não apenas melhorar a qualidade de vida do povo que deles depende, mas também gerar renda e empregos em grande escala. Ademais, tais investimentos são fundamentais para a soberania nacional, a segurança sanitária e a autonomia científica e tecnológica.

Assim, o PT se opõe frontalmente à pretendida privatização dos serviços públicos, como medida para conter gastos e implantar um Estado mínimo que não funcionou em lugar nenhum.

Também defende uma reforma administrativa do Estado, de cunho não contracionista, com forte ênfase na digitalização e transparência, para assegurar uma gestão eficaz e eficiente dos serviços públicos.

Com tal foco, propõe uma Reforma Tributária com grande progressividade, com ênfase nos impostos diretos sobre a renda e o patrimônio, como a taxaço de grandes fortunas, grandes heranças e dos rendimentos financeiros, de forma a ampliar a arrecadação sobre quem pode pagar e aliviar a carga tributária sobre o consumo, que atinge duramente a classe média e, sobretudo, os mais pobres. Essa proposta já tramita na Câmara dos Deputados e foi apresentada de forma conjunta com os partidos progressistas de oposição.

Propõe, também, uma profunda reforma bancária, com o objetivo de impulsionar a concorrência, fortalecer os bancos públicos, fomentar novas tecnologias e cooperativas de crédito e, assim, democratizar o acesso ao financiamento e reduzir o peso dos juros extorsivos sobre a economia real.

Para essa estratégia racional e anticíclica, os gastos e investimentos em infraestrutura econômica, social e urbana serão essenciais.

Nesse sentido, é preciso lançar mão de uma nova forma de gestão orçamentária e financeira do Estado brasileiro, com a eliminação das regras fiscais autoimpostas que impedem a execução do orçamento federal. Deve-se considerar também a emissão de moeda como forma de financiar o investimento, numa perspectiva de administração responsável do endividamento público, e ter em consideração que o Brasil atualmente acumula reservas internacionais da ordem de 340 bilhões de dólares, reservas constituídas pelos governos petistas.

A dívida pública brasileira, líquida ou bruta, foi reduzida consideravelmente pelos governos do PT. O Brasil tem capacidade de endividamento para retomar sua economia.

O Estado, por meio das empresas estatais, de políticas de compras públicas de conteúdo local, de crédito direcionado e de investimento em ciência e tecnologia tem o papel de promover e coordenar a reconstrução industrial do país, visando a uma estrutura produtiva que atenda demandas sociais, enfrente as desigualdades regionais e desbrave novas fronteiras de inovação.

Para tanto, temos de ter políticas econômicas transformadoras, que estimulem setores portadores de futuro.

Neste sentido, priorizamos a transformação digital da nossa economia.

A chave dessa transformação é o acesso universal à internet. Seja fixa ou móvel, ela já está permitindo que pessoas tenham conta bancária, façam negócios, se eduquem e se informem. Na pandemia, muitas pessoas puderam continuar a trabalhar graças a tal acesso.

A transformação digital enseja redução de custos, maior produtividade e maior qualidade e rapidez na produção de bens e serviços. Permite também a gestão inteligente das cidades e dos negócios. A preparação dos trabalhadores, dos empresários e dos jovens para os empregos do futuro passa pela transformação digital da própria educação e da sua continuidade ao longo da vida.

Entretanto, no Brasil a maioria das pessoas está excluída da internet de qualidade, de banda larga. Assim, combater a exclusão digital, especialmente nas escolas públicas, onde o acesso à internet de qualidade pode estimular salto qualitativo no aprendizado, é de vital importância para que a população se prepare para o futuro.

A inclusão econômica e social não poderá prescindir da inclusão digital.

As empresas também precisam estar preparadas para o uso ainda maior das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

A chegada da banda 5G e da “internet das coisas”, bem como o grande aumento do fluxo de dados e o uso da inteligência artificial nos negócios, nos serviços públicos, na educação, na saúde e na vida cotidiana da população, geram aumento exponencial da produtividade em todas as áreas.

Intrinsecamente associada à transformação digital da economia está a opção pelo desenvolvimento de uma nova indústria no Brasil.

Com efeito, a indústria que está sendo projetada em todo o mundo para a superação da crise e a promoção do desenvolvimento é muito diferente da que existia no passado. Ela tem mais complexidade, automação inteligente, relações em redes, digitalização abrangente, perfil de baixo carbono e novos processos, com menos trabalho repetitivo e menos poluição. Trata-se, portanto, de uma reindustrialização de novo tipo.

Apenas reindustrialização remete a uma industrialização perdida pela desindustrialização. Nesse novo cenário, não faz sentido voltar ao padrão industrial dos anos 1980 ou 1990. Assim sendo, propomos que a retomada do desenvolvimento mire o aumento da densidade tecnológica e da complexidade da matriz industrial existente, simultaneamente ao seu avanço em direção ao novo paradigma digital. Neste amplo processo de implantar atividades econômicas portadoras de futuro, o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação também serão estratégicos.

De fato, construir um projeto de país que aponte para a superação das desigualdades e com uma economia eficiente e competitiva, implica, necessariamente, preparar-se para a sociedade do conhecimento. Essa é a condição básica para promover o crescimento econômico, a redução da pobreza e a diminuição das desigualdades regionais, rumo à transição para uma economia social e ambientalmente sustentável.

O PT pretende também que as pequenas empresas se transformem em instrumentos importantes para o desenvolvimento sustentado. De fato, uma das alternativas para o país conseguir gerar um número expressivo de empregos é por meio do apoio à pequena empresa, incentivando empreendedores.

Em suma, o projeto aqui delineado não é apenas uma repetição do passado, apesar de ser fruto do aprendizado de nossos sucessos e limitações.

É um projeto de transformação da sociedade, não apenas de reconstrução econômica. É um projeto portador de futuro, pensado para as necessidades, possibilidades e potencialidades do Brasil, com o objetivo de retomar o país sonhado e que se perdeu de vista nos últimos anos.

SOBERANIA NACIONAL E NOVA INSERÇÃO DO BRASIL NO MUNDO

Tudo depende da soberania. A soberania nada mais é que a liberdade de que o país precisa para tomar suas próprias decisões tendo por base seus autênticos interesses nacionais.

Um país que não defende sua soberania acaba guiado por interesses alheios e se torna incapaz de desenvolver políticas internas para promover seu desenvolvimento. Uma política externa e uma política de defesa subalternas impedem o país de decidir seu próprio destino e de tomar um lugar de destaque no concerto das nações.

Sem soberania, não há políticas de desenvolvimento, de industrialização, de ciência e tecnologia. Sem soberania, só há dependência econômica, geopolítica e tecnológica.

Lamentavelmente, com o golpe em 2016 contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e, sobretudo, com a eleição de Bolsonaro, o Brasil tomou o rumo oposto ao da promoção da soberania.

O rumo atual é do alinhamento automático e subserviente aos interesses estratégicos dos EUA, de uma forma nunca vista na história do Brasil. Hoje, o país não tem voz própria e tornou-se, por suas ações contra o meio ambiente, as mudanças climáticas, os direitos humanos e a saúde pública, um verdadeiro pária internacional.

Agrava essa aliança subalterna aos Estados Unidos e, mais especificamente, à extrema-direita estadunidense, o fato, já devidamente comprovado, de que aquele país vem intervindo decisivamente na política interna do Brasil. As revelações concernentes à Operação Lava Jato, em particular, demonstram claramente que os EUA utilizaram a cooperação judiciária sem base legal com o Brasil para estimular o golpe de 2016, prender, sem provas, o ex-presidente Lula e apoiar a ascensão de Bolsonaro ao poder.

No plano econômico, esse processo resultou em considerável fragilização de grandes empresas brasileiras, como a Petrobras e as mais destacadas firmas de engenharia do Brasil, em proveito único da projeção dos interesses estadunidenses em nosso país e em nosso entorno regional.

As grandes prioridades atual da política externa estadunidense estão na luta contra a ascensão econômica, geopolítica e geoestratégica da China no cenário mundial, contra a ampliação da capacidade militar da Rússia e na busca de uma nova hegemonia imperial baseada no protecionismo econômico, no unilateralismo extremado e na fragilização das instituições multilaterais que limitam o seu exercício de poder no cenário mundial.

Bolsonaro submeteu o Brasil a esses interesses geoestratégicos e abandonou os interesses nacionais na condução da política externa. É preciso reverter essa vergonhosa submissão.

Além disso, o cenário mundial pós-pandemia, com a ascensão da China como grande potência, a queda relativa do poder dos EUA, a quebra das cadeias produtivas globais e as ameaças crescentes ao multilateralismo, demandará uma profunda reorientação das nossas políticas externas e de defesa. Até porque a presente crise mundial teve e segue tendo impactos profundos sobre a classe trabalhadora mundial que, com raras exceções, acumula perdas há décadas. Estas decorrem de mudanças no capitalismo mundial tais como a mundialização da produção; a concentração do capital; a precarização e terceirização; o desemprego em massa. As perdas sofridas pelas classes trabalhadoras vêm sendo acompanhadas de uma ofensiva ideológica reacionária e da restrição das liberdades democráticas, com destaque para a desorganização e enfraquecimento relativo do sindicalismo.

Será necessário reconduzir essas políticas aos seus leitos históricos e constitucionais e reafirmar os autênticos interesses nacionais no cenário mundial, enfrentando os desafios e aproveitando as oportunidades geradas pela crise.

Contudo, não se trata somente de recuperar algo já feito no passado. Trata-se de aprofundar a projeção do país num cenário mundial em rápida transformação.

Em tal cenário, o Brasil terá de aprofundar seus investimentos na integração latino-americana e caribenha, no Mercosul, na Unasul e Celac, na parceria estratégica com a China, na articulação do Brics, na cooperação Sul-Sul, na reaproximação com a África e Oriente Médio, no compromisso internacional com o meio ambiente equilibrado e com o combate às mudanças climáticas, em uma política de saúde global que atenda aos imperativos da equidade e em todas as vertentes que podem elevar o papel do nosso país no mundo.

Com seu *soft power* (poder brando), o Brasil terá de contribuir para a refundação da ordem internacional, hoje profundamente ameaçada pelas atitudes hostis dos Estados Unidos, com base na solidariedade, no diálogo, na cooperação e na busca da paz. Soberania não significa, como querem alguns, isolamento e aposta em conflitos ou negação de valores civilizatórios.

Nesse sentido, o Brasil deverá se empenhar ativamente na construção de um mundo menos assimétrico e de uma ordem mundial assentada no multilateralismo e na multipolaridade. Afinal, multilateralismo nada mais é que democracia no plano internacional.

No plano econômico e comercial, o país deverá propugnar por regras na Organização Mundial do Comércio (OMC) que estimulem o desenvolvimento de países emergentes. Em particular, serão necessárias regras mais flexíveis sobre propriedade intelectual, que não coloquem obstáculos à implantação de políticas de industrialização, de saúde e de ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento.

Ademais, será preciso um forte empenho na eliminação de paraísos fiscais, a grande fonte de sonegação, evasão fiscal e corrupção em nível mundial, bem como no controle dos fluxos financeiros globais, a partir de um pacto tributário global.

O Brasil terá de investir grandes energias e recursos na integração sul-americana e latino-americana. A relativa fragmentação das cadeias produtivas internacionais poderá criar um espaço para que o Brasil lidere esforços para a construção de novas cadeias produtivas regionais, que deem sustentáculo a políticas de industrialização, de desenvolvimento e de ciência e tecnologia, rumo a uma nova indústria orientada para a construção de tecnologias avançadas, para a sociedade do conhecimento e para as necessidades do país. Desse modo, a política externa poderá se converter, novamente, em poderoso vetor de estímulo ao nosso desenvolvimento nacional e também ao desenvolvimento compartilhado de toda a região.

A América Latina terá de ser uma região de paz, de desenvolvimento e alinhada apenas aos seus próprios interesses, e não a interesses de quaisquer potências.

De especial relevo será o empenho no cumprimento dos compromissos ambientais internacionais, estratégicos para a inserção no cenário mundial e para o bom desempenho de exportações. Do mesmo modo, há que voltar a investir na defesa dos direitos humanos no plano mundial, com ênfase nos direitos reprodutivos das mulheres.

No que tange à política de defesa, cabe destacar a relevância da Estratégia Nacional de Defesa para a soberania econômica, política e militar do país.

A plena projeção dos interesses estratégicos do Brasil no cenário internacional, embora dependa de uma política externa consistente, não pode prescindir de uma política de defesa sólida.

Além disso, a imprescindível construção da Base Industrial e Tecnológica de Defesa (BITD), capaz de aparelhar adequadamente as Forças Armadas, com vistas à sua tarefa precípua, a defesa da Pátria, poderá ser poderoso elemento de estímulo ao desenvolvimento econômico e tecnológico do país.

De outro lado, é imperativo rever, à luz dos interesses nacionais, os recentes movimentos que colocaram a nossa política de defesa em situação de subalternidade estratégica aos interesses dos EUA. Nesse contexto, é necessário reconstituir a confiança com nossos vizinhos, reativando a Unasul e seu Conselho de Defesa. A força da dissuasão no campo militar está cada vez mais associada à integração e cooperação regional.

É imprescindível coibir que interesses externos, bem como oligárquicos internos, utilizem indevidamente as Forças Armadas para implantar suas agendas antinacionais.

A função precípua das Forças Armadas está prevista na Constituição e consiste em proteger o país contra eventuais ameaças externas. Não é função delas intervir na vida política do país, atuando contra

supostos inimigos internos. Tal visão obsoleta e antidemocrática não apenas causa grave dano ao interesse nacional, como tende a partidari-
zar as Forças, prejudicando sua imagem e fragilizando substancialmente
o cumprimento de sua missão democrática e estritamente profissional.
A força da dissuasão no campo militar está cada vez mais associada à
integração e cooperação regional.

Em suma, o novo Brasil a ser construído será, sobretudo, soberano e
respeitado no mundo e terá políticas externa e defesa voltadas para o de-
senvolvimento nacional, da América do Sul e de toda a América Latina.

RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E REFUNDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

Esta é também uma crise das democracias e dos sistemas de re-
presentação.

Em todo o mundo, as democracias estão sendo fragilizadas pelo
aumento da desigualdade, pelo incremento da pobreza e da precari-
riedade laboral e pela redução dos direitos sociais e do Estado do
Bem-Estar.

Democracias substantivas só podem existir em sociedades com-
prometidas com a igualdade e a solidariedade, com classes trabalha-
doras plenas de direitos. Democracias reais, não apenas formais, não
podem prescindir de um Estado de Bem-Estar robusto e de serviços
públicos universais e gratuitos. Exclusão econômica e social conduz
inevitavelmente à exclusão política e ao enfraquecimento dos siste-
mas de representação.

No caso do Brasil, esse quadro geral de enfraquecimento das
democracias e dos sistemas de representação foi muito agravado pelo
golpe de 2016 contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, pelo *lawfare*
contra o ex-presidente Lula e pelo governo Bolsonaro, que tem índole
claramente autoritária e antidemocrática.

O atual cenário de instabilidade é agravado por uma óbvia tutela militar do poder civil e pelo bolsonarismo fascistoide e saudosista da ditadura, da repressão e da tortura. Todos os dias, vive-se no país o medo do golpe definitivo contra a já abalada democracia.

Por conseguinte, a grande prioridade atual é a defesa das liberdades democráticas e do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, entre outras medidas, o PT propõe uma ampla Lei de Defesa do Estado de Direito, de modo a coibir as graves ameaças que pesam sobre a frágil democracia brasileira.

Porém, não basta ficar apenas nessa defesa. É necessário radicalizar a democracia brasileira, estruturalmente frágil e incapaz de gerar cidadania plena para todas e todos.

A contaminação político-partidária de setores do Ministério Público e do Judiciário, e sua resistência em submeter-se a controles democráticos e legais, evidenciados pela Operação Lava Jato, demonstram que a reafirmação da democracia brasileira implicará, necessariamente, a realização de uma ampla reforma que assegure que esses órgãos se pautem estritamente pelos princípios constitucionais da impessoalidade e da neutralidade e pela defesa dos interesses nacionais.

Outro ponto decisivo para a defesa do Estado Democrático de Direito e para radicalizar a experiência democrática é a democratização da produção e da disseminação de informações. Com efeito, as informações, notadamente as informações fidedignas e verificáveis, são o oxigênio da cidadania e da democracia. Quaisquer obstáculos a um fluxo livre e diversificado das informações, que espelhe distintas visões de mundo e uma sociedade plural, constituem limitações inaceitáveis ao exercício da cidadania e ao processo democrático.

Nesse sentido, é importante combater e superar o forte oligopólio dos meios de comunicação, com uma reforma que democratize e diversifique a produção e a disseminação das informações, quebran-

do a atual e antidemocrática concentração, de forma a permitir a livre expressão de todos os setores da sociedade.

No mesmo sentido, o livre e diversificado fluxo de informações fidedignas tem de ser protegido, também, contra a disseminação das chamadas *fake news*, que fraudam eleições e fomentam o discurso de ódio, base cultural do autoritarismo e do fascismo.

As redes sociais, embora muito úteis e com potencial para ampliar os mecanismos de participação democrática direta, precisam dos filtros e dos controles das instituições, para poderem funcionar verdadeiramente em prol da democracia e da soberania popular. O exemplo recente do Brasil é muito eloquente.

Dessa maneira, nossa proposta é radicalizar a experiência democrática, com reformas política, eleitoral e do aparelho de Estado, que prevejam mecanismos mais robustos de participação direta nos processos decisórios, que limitem a ingerência do poder econômico nos pleitos, que coíbam abusos dos estamentos burocráticos e que abram o sistema de representação e o Estado aos interesses populares.

Mais do que nunca, o Brasil precisa da democracia e da política, assentadas na soberania popular, para conseguir sobreviver. Mais do que nunca, precisamos defender a democracia e resguardar instituições que a sustentam.

Afinal, a democracia será sempre o lado certo da História.

SOMOS DO TAMANHO DO QUE VEMOS,
SOMOS DO TAMANHO
DO QUE SONHAMOS

Como se vê, o que se propõe para o Brasil é ambicioso. Não se trata apenas de reconstruir, mas de transformar. A proposta tem a enormidade dos sonhos.

Pode ser chamada de utópica, mas, como dizia Thomas Morus, quem não deseja o paraíso não é humano e não tem alma.

Nesse sentido, as propostas têm o tamanho do Brasil e cabem perfeitamente na generosa alma do seu povo.

Mais que factíveis, são necessárias.

Necessárias para salvar vidas das necropolíticas atuais, que matam pela indiferença, pela desigualdade, pela pobreza, pela fome, pelo racismo, pelo sexismo, pela lgbtfobia, pelo desequilíbrio ambiental, pela supressão de direitos, pelo fascismo, pelo ódio, pela desesperança.

Imprescindíveis para salvar as pessoas do pesadelo atual de um modelo fracassado que mata todos os seus sonhos.

Necessárias para devolver soberania e grandeza ao Brasil. Necessárias para colocar comida na mesa e esperança nos corações. Necessárias para o presente e o futuro.

Como já se concretizou uma vez, agora a proposta é fazer mais e melhor. Muito mais e muito melhor.

Esta proposta não pertence apenas ao Partido dos Trabalhadores. Pertence às cidadãs e cidadãos, pois os sonhos que contam, os sonhos que transformam, são os sonhos coletivos. Todos estão convidados a sonhar e a fazer.



PARTE II

MUDANÇAS PARA
O PRESENTE

★ PLANO EMERGENCIAL DE PROTEÇÃO À VIDA E RECONSTRUÇÃO DO BRASIL: MUDANÇAS PARA O PRESENTE

★ MEDIDAS PARA A PROTEÇÃO DA VIDA E DO BEM VIVER

POLÍTICA NACIONAL
CONTRA A COVID-19
E FORTALECIMENTO DO SUS

O enfrentamento da pandemia exige a adoção de medidas não medicamentosas. E tanto o isolamento social como sua flexibilização precisam ser orientados por critérios epidemiológicos e assistenciais, sendo adotados de forma regional.

A pandemia não é democrática, expondo a brutal desigualdade social e as fragilidades de nossa democracia, pois afeta e mata significativamente mais os mais pobres.

Esta proposta inclui medidas para fortalecimento do SUS e para garantia de: testagem em massa para diagnósticos de novos casos e controle de contactentes e estudos de soroprevalência que permitam com-

preender o quadro epidemiológico em cada região de saúde; garantia de EPI para os trabalhadores da saúde; oferta suficiente de leitos de internação e de cuidados críticos (UTI) para casos de Covid-19, inclusive com o estabelecimento de fila única, sempre que necessário, sob regulação dos gestores do SUS; produção e distribuição de fármacos e vacina para prevenção da Covid-19, quando estiverem disponíveis, inclusive por meio de licenciamento compulsório, assegurando acesso universal e gratuito para a população brasileira.

Outro aspecto importante é a retomada de uma regulação e de uma articulação forte com o setor privado e produtivo da saúde, com o objetivo de garantir a adequada atenção à saúde de todos os brasileiros de forma equânime durante e após a pandemia. Uma política nacional de controle da pandemia de Covid-19 deve considerar as demandas, prioridades e pactuações definidas pelos entes federativos.

Para monitoramento da situação sanitária urge a constituição de comitês de crise em todas as esferas de governo, estabelecendo fluxos para o sistema das vigilâncias em saúde (sanitária, epidemiológica, ambiental e da saúde do trabalhador) e linhas de cuidado para as diferentes fases de gravidade, da internação à reabilitação, com orientações para o manejo domiciliar em isolamento.

As instituições prisionais, de internação de adolescentes e de acolhimento da assistência social se destacam pela exigência de protocolos emergenciais de funcionamento na pandemia, com definição de rotinas de higienização e distanciamento para garantia da segurança e saúde nestes ambientes.

A população tem o direito a informações sobre a situação de saúde do país, devendo ser obrigatória a notificação de casos de Covid-19, bem como a disponibilização de um sistema público de informação em saúde com credibilidade e de caráter nacional, garantindo o sigilo dos pacientes.

A flexibilização das medidas de isolamento físico e restrição de mobilidade deverão ocorrer somente quando forem estabelecidos os crité-

rios de reabertura da OMS, ou seja, não é indicado quando há taxas de incidência e mortalidade em ascensão; número reprodutivo efetivo da transmissão acima de 1; disseminação geográfica dos casos; persistência de velocidades de crescimento em diferentes áreas; insuficiência da capacidade instalada de testar, rastrear e isolar os casos; e taxas de ocupação de internação em leitos de UTI superior a 70%. Após o cumprimento destes critérios, um plano específico de abertura municipal será fundamental, exigindo-se protocolos rígidos de segurança e saúde para o funcionamento dos ambientes de trabalho, da educação, de transporte etc.

A proteção da vida, o direito ao isolamento social na pandemia, à proteção social e ao trabalho digno são direitos humanos fundamentais para enfrentamento desta crise.

PROTEÇÃO À VIDA DAS MULHERES
E COMBATE AO MACHISMO
E AO SEXISMO

Durante a pandemia, os números da violência contra a mulher têm aumentado vertiginosamente.

Por essa razão, é fundamental apoiar e divulgar as ações do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, como o “X Vermelho” na mão das mulheres em risco. As drogarias parceiras desta iniciativa deverão encaminhar as informações aos equipamentos de saúde e assistência social mais próximos (UBS, Cras, Creas).

A Lei Maria da Penha determina que as políticas públicas que visam coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres devem ser executadas por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, prevê também proteção policial às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, bem como a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal e do Corpo de Bombeiros quanto às questões de gênero e de raça ou etnia.

Nesse sentido, nossa proposta é aprovar na Câmara dos Deputados o PL 7371/2014, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, do Senado Federal, que cria o “Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”.

As “Rondas Maria da Penha” devem ser reforçadas, por meio de um projeto de lei que obrigue a União a repassar verbas ao Fundo de Recursos para o Enfrentamento à Violência de Gênero, construindo equipes multidisciplinares capacitadas para o acolhimento, a orientação e o encaminhamento das mulheres aos serviços especializados de saúde, assistência ou segurança, além do acompanhamento das mulheres que estão em medidas protetivas.

PROTEÇÃO À VIDA
DA POPULAÇÃO NEGRA
E COMBATE AO RACISMO

É fundamental que o Ministério da Saúde compile e dê publicidade aos dados sobre a pandemia e demais informações sanitárias considerando os marcadores sociais de raça. Essa ação deve ser realizada de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), como determina o Estatuto da Igualdade Racial. Tal medida é uma política de ação afirmativa no Sistema Único de Saúde (SUS) com o objetivo de promover a saúde integral da população negra, por meio da redução das desigualdades e da discriminação raciais nas instituições e serviços do SUS e do SUAS.

Os dados sobre a pandemia do coronavírus apontam a maior letalidade entre negros, quilombolas e indígenas, por isso essa população também deverá ser uma das maiores beneficiárias da ampliação do Bolsa Família.

Propomos também a criação do Fundo Nacional de Combate ao Racismo.

PROTEÇÃO À VIDA
DOS POVOS INDÍGENAS
E POPULAÇÕES
TRADICIONAIS

A Covid-19 vitimou milhares de indígenas. Essas comunidades são extremamente vulneráveis, com baixa imunidade e precisam de uma decisiva proteção do sistema de saúde.

A Covid-19 já matou mais de 135 quilombolas e contaminou 3.647. Ao atingir os quilombolas, a Covid-19 não lhes retira somente a vida, mas também uma parte importante da história, da memória e dos saberes de um segmento importante dos povos e comunidades tradicionais.

Assim como os quilombolas e população indígena, o conjunto de povos e comunidades tradicionais, tais como: povos de terreiro, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidade de fundo de pasto, catadoras de mangaba, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhas, varzanteiros, pantaneiros, ciganos, pomeranos, jangadeiros, caiçaras, entre outros, também sofrem os impactos da Covid-19 e necessitam de políticas públicas e de saúde que lhes garantam o direito à vida.

É preciso exigir a implementação das medidas emergenciais previstas na Lei 14.021/2020, fundamentais para proteger a vida dos povos indígenas e populações tradicionais.

A reconstrução e fortalecimento da Funai, comprometida com a defesa dos direitos indígenas, e do Serviço de Saúde Indígena deve estar entre as prioridades de uma nova atuação do Estado brasileiro.

A regulamentação definitiva da Convenção 169 da OIT é fundamental para viabilizar a participação democrática dos povos tradicionais nas decisões que afetem seus modos de vida e territórios.



MEDIDAS EM DEFESA DO TRABALHO E DA RENDA COM BEM-ESTAR SOCIAL

EXTENSÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL ENQUANTO DURAR A PANDEMIA

Sem redução do valor de R\$ 600 e com garantia de pagamento regular a todos os potenciais beneficiários, ao mesmo tempo que se reativam plenamente as atividades de concessão e pagamento de aposentadorias, benefícios previdenciários (auxílio-maternidade, auxílio-doença etc.), benefícios assistenciais como BPC e novas inscrições no Bolsa Família.

EMPREGO JÁ

O Estado deve agir para controlar a deterioração da estrutura do mercado de trabalho, agravada com a crise recente. Essa crise, além das múltiplas dimensões das desigualdades, também deixou evidentes as falácias das propostas de flexibilização dos direitos sociais como forma de ampliação do emprego.

O programa proposto pelo PT em 2019 para enfrentar o crescente desemprego teve suas metas revisadas devido aos impactos da pandemia. O objetivo é criar até cinco milhões de postos de trabalho, com contratação por seis meses, para desempregados/desempregadas que não estejam recebendo seguro-desemprego, priorizando aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade econômica e social.

Tais vagas seriam criadas em atividades de interesse público na área urbana, rural e de característica ambiental de curto prazo, tais como atividades ligadas ao enfrentamento da pandemia; de manutenção urbana e de espaços públicos; de reforma de instalações, especial-

mente escolas e postos de saúde; de manufaturas e serviços destinados ao mercado; de atividades auxiliares em equipamentos públicos (Saúde, INSS, Cras etc.).

Propomos a expansão do seguro desemprego e do sistema de proteção ao trabalho, que atue em qualificação profissional e melhorem a oferta e a qualidade dos serviços. Além disso, um programa de combate ao trabalho precarizado e em situação análoga à escravidão. É necessário reabrir o debate sobre a revogação dos pontos da reforma trabalhista que têm estimulado a informalidade.

POLÍTICA DE REVALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo foi o maior instrumento de melhoria da distribuição da renda nos governos do PT. O atual governo não renovou a regra e o salário mínimo está sendo reajustado apenas pela reposição da inflação. Por isso é necessário retomar a política de valorização do salário mínimo com reajuste pelo INPC do ano anterior mais a variação do PIB de dois anos anteriores, garantindo ganho real mínimo de 1% em caso de recessões.

MAIS BOLSA FAMÍLIA PARA MAIS PROTEÇÃO SOCIAL

Considerando sua escala, o Brasil tem hoje o maior, melhor e mais eficiente programa de “renda básica” do mundo. Seu nome é Bolsa Família. Deve-se aproveitar o consenso que começa a se formar em torno da necessidade de expandir os gastos sociais e apostar no que é um patrimônio reconhecido em todo o mundo, tornando o Bolsa Família ainda mais forte, eficiente e ampliando seu alcance.

Com a ampliação da linha de ingresso ao programa e do valor dos benefícios, o Bolsa Família pode cumprir de forma eficiente o papel

de uma “Renda Básica Permanente”, ampliando seus efeitos e tornando-se um colchão de proteção para além da população em situação de pobreza e extrema pobreza. Para isso, o CadÚnico ampliado seria utilizado como base de dados para o conjunto dos brasileiros, incorporando imediatamente a base do “Auxílio Emergencial” e integrando-o com os demais sistemas.

Todas as famílias brasileiras com renda por pessoa até seiscentos reais passariam a ser atendidas pelo Bolsa Família, ampliando o seu alcance para que sejam incluídas as famílias altamente vulneráveis à pobreza e não apenas as pobres ou extremamente pobres.

A imensa maioria dos trabalhadores e das famílias beneficiadas com o Renda Básica Emergencial (auxílio emergencial) são contemplados por esta proposta. Avalia-se que no primeiro período de funcionamento, o Mais Bolsa Família poderá beneficiar até 30 milhões de famílias.

Fortalecer o Bolsa Família e ampliar sua cobertura rapidamente permitirá que, finalmente, se assegure que nenhum brasileiro ou brasileira viva abaixo de um patamar de dignidade.

Estreitar parcerias com Institutos Federais de Educação, Sistema S e a educação profissional dos Estados para um amplo processo de formação dos atendidos por esse programa, tanto com cursos de capacitação quanto com propostas de Educação Profissional de Jovens e Adultos (PROEJA), e estímulo aos empreendimentos solidários, cooperativas e empresas criados pelo público alvo do programa.

Esta proposta visa a mais proteção orientada por princípios de cobertura crescente e garantia de dignidade através de patamares adequados de renda. É dessa forma que se possibilita transitar por etapas que incluam mais pessoas em direção a um sistema que possa se tornar universal e orientado a uma Renda Básica de Cidadania, tal como previsto na Lei Federal 10.935/2004, aprovada e sancionada já no primeiro governo do presidente Lula.

POLÍTICA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS PARA CONSUMIDORES E EMPRESAS

Dentre os problemas graves que afetam a economia brasileira estão a inadimplência e o seu aumento acelerado durante o período da pandemia. Parte dessa inadimplência se resolverá com o crescimento da renda. Mas outra parcela precisará ser renegociada com o apoio do setor público, em particular do Banco Central. Visando aumentar a renda disponível das famílias de baixa renda e das micro e pequenas empresas, propomos um projeto de renegociação de dívidas junto ao sistema bancário, seja pelo alongamento de prazo, seja por redução de encargos. No crédito habitacional, os financiamentos do MCMV, inclusive aqueles da faixa 1, devem ter seus prazos alongados. Nas linhas bancárias realizadas com exigibilidades, como no crédito agrícola e no microcrédito para os MEIs, a inadimplência deve ser renegociada, compensando-se os bancos com a liberação dos compulsórios não remunerados, cujo valor alcançam, no presente, 36 bilhões de reais.

RECOMPOSIÇÃO DAS CAPACIDADES DAS EMPRESAS ESTATAIS

O sistema produtivo estatal e o sistema de bancos públicos compõem instrumentos imprescindíveis para a promoção do investimento e do financiamento de longo prazo. É fundamental que se interrompa a atual política de desestatizações, desinvestimentos e privatizações e que se retomem políticas de compras públicas, de exigência de conteúdo local e de crédito direcionado. Em alguns casos importantes, como o da Embraer, é preciso que se reveja a privatização.



MEDIDAS PARA GARANTIA DE ACESSO A BENS COMUNS

GARANTIA DE ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA EM MEIO À PANDEMIA

Propõe-se alterar para 100% os percentuais de descontos aplicados aos beneficiários da tarifa social de energia elétrica no período de pandemia.

GARANTIA DE ACESSO A GÁS EM MEIO À PANDEMIA

O gás liquefeito de petróleo (GLP) é consumido em 96% dos domicílios do país, conforme dados da ANP, que também aponta o botijão de treze quilos como o recipiente mais utilizado no abastecimento dos lares brasileiros. Dada sua importância, principalmente para as famílias de baixa renda, historicamente os governos promoveram políticas específicas ou subsídios para viabilizar a compra do GLP a preços mais acessíveis.

Nesse contexto, duas medidas são fundamentais: (i) fornecer o botijão de gás liquefeito de petróleo de treze quilos às famílias de baixa renda a preço de custo; (ii) implementar uma política de subvenção do GLP, nos moldes da subvenção de óleo diesel para caminhões de carga, para as demais faixa de renda.

GARANTIA DE ACESSO À ÁGUA E SANEAMENTO EM MEIO À PANDEMIA

Propõe-se a suspensão do corte de ligações de água por inadimplimento até 31 de dezembro de 2020. A crise econômica não pode

impor às pessoas a restrição de acesso a um serviço essencial e imprescindível, ainda mais na conjuntura atual, que exige a constante higienização das mãos.

Os operadores de saneamento adotam critérios diferenciados para o acesso às tarifas sociais. Os inscritos no CadÚnico e os beneficiários do BPC devem ser o critério mínimo a ser considerado pelas empresas de saneamento.

Propomos, também, que os prestadores de saneamento garantam a isenção do pagamento das contas de água para as famílias com direito à tarifa social, sem o limite mensal de consumo. Alguns prestadores têm garantido a isenção apenas para a faixa até dez metros cúbicos por mês, volume insuficiente para atender – segundo as recomendações da ONU – as necessidades mínimas da grande maioria das famílias que se incluem na condição de beneficiário da tarifa social.

É necessário também desenvolver, durante a pandemia de Covid-19, Planos Emergenciais de Garantia de Fornecimento de Água, em especial para populações vulneráveis, incluindo pessoas em situação de rua. Somos contrários ao processo de privatização das empresas de água e saneamento que decorre, especialmente, do veto do governo Bolsonaro contra as renovações de contrato, o que na prática privatiza as empresas estaduais.

INCLUSÃO DIGITAL E GARANTIA DE ACESSO À BANDA LARGA EM MEIO À PANDEMIA

Diante da essencialidade dos serviços prestados por meio da internet, o acesso em banda larga, fixa ou móvel, ganha *status* de direito fundamental na atualidade. Tal situação ficou ainda mais evidente em função do isolamento social adotado para combate à pandemia.

Devido ao isolamento físico obrigatório, a internet em banda larga passou a ser ainda mais demandada, tanto pelo aumento exponencial

do trabalho em casa, o *home office*, quanto pela substituição das aulas presenciais pelas plataformas *online* nas redes públicas e particulares de ensino em todos os níveis.

Não basta fortalecermos as políticas de implantação de infraestrutura nas regiões economicamente não competitivas. É essencial criar subsídio à conectividade de famílias de baixa renda, especialmente as assistidas no âmbito do CadÚnico e outros programas sociais, uma vez que o acesso à internet, como direito humano fundamental, deve ser assegurado a todos.

Nesse sentido, passa a ser inadiável habilitar o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que ainda permanece direcionado à telefonia fixa, assim como o do Fistel, para que possam ser utilizados como garantia de acesso à internet em banda larga, que é a essencialidade do momento.

O primeiro alvo desta estratégia de universalização da banda larga deve ser a rede de escolas públicas, acompanhada da criação de “Bibliotecas Digitais do Século 21”, nas áreas periféricas e pobres, que assegurem apoio técnico, acesso a conteúdo digital amplo e dedicado, monitoria e segurança, para que os estudantes membros de famílias de baixa renda possam participar de programas educação a distância.

AMAZÔNIA E DESMATAMENTO ZERO

É necessário encampar a defesa do desmatamento zero na Amazônia, condição fundamental e necessária para o processo de transição ecológica, ainda mais considerando que cerca de 90% do desmatamento da região é ilegal. Frente ao projeto atrasado e predatório do governo para a região, só há uma maneira de impedir que a situação se aprofunde ainda mais: ampliando a mobilização da sociedade, inclusive com a participação de setores empresariais comprometidos com a meta do desmatamento zero, e pressionando o Congresso Nacional

para que adote medidas contrárias às investidas do Executivo. O PT, em conjunto com partidos políticos e organizações da sociedade civil, formulará um projeto de lei instituindo o desmatamento zero e o fim das queimadas na Amazônia como medida urgente e necessária.

O futuro da Amazônia passa por e depende do papel dos territórios indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e das Unidades de Conservação. Essas áreas representam mais de 50% do Bioma Amazônia, fato por si só revelador da centralidade que devem ter em qualquer projeto para a região. Nesse momento, no entanto, esses territórios e seus sujeitos estão em risco e a principal tarefa é a defesa dos direitos conquistados e da possibilidade de realizarem seus projetos de vida. Além das medidas propostas, o PT deverá ampliar a denúncia de todas as formas de violação desses direitos, notadamente aquelas praticadas pelo governo Bolsonaro.

A população da Amazônia precisa de um conjunto articulado de políticas públicas, que fomenta os polos de indústrias limpas, impulse os serviços, o comércio, as micro e pequenas empresas e a agregação de valor aos produtos da floresta. A população da Amazônia tem todo o direito de desenvolver suas atividades econômicas, melhorar sua qualidade de vida, de forma compatível com a proteção desta reserva ambiental estratégica.



MEDIDAS PARA AMPLIAÇÃO DE ACESSO A BENS PÚBLICOS

EDUCAÇÃO E VOLTA SEGURA
À ESCOLA NO PÓS-PANDEMIA

O processo da pandemia torna necessário que a retomada das aulas no país ocorra com plena segurança sanitária, de maneira a defender e

proteger a vida de crianças, adolescente, adultos e profissionais da educação. Tal premissa deve orientar a articulação e o estabelecimento de políticas coordenadas entre União, Estados e municípios; os sistemas estaduais e municipais para que reorganizem os calendários escolares, podendo considerar atividades curriculares remotas e estendendo o ano letivo, de modo a configurar um ciclo único (2020-2021) com aplicação das avaliações nacionais censitárias apenas em 2022; o desenvolvimento de dinâmicas escolares e pedagógicas que levem em conta as situações experimentadas pelos alunos, bem como as condições desiguais de acesso a equipamentos e conteúdos curriculares; a reorganização de prédios e equipamentos para que seja assegurada segurança sanitária.

A pandemia explicitou o quanto é urgente o desafio de elevar a conectividade das escolas públicas, tornando-as Território de Inclusão Digital do Século 21, onde nossos estudantes e a comunidade escolar possam dispor de conexão de internet de alta qualidade, com *wi-fi* livre e tráfego de dados gratuitos; amplo acesso a equipamentos e conteúdos digitais (as novas “Bibliotecas do Século 21”); e possibilidade de interação em plataformas digitais entre profissionais, estudantes e familiares, em um ambiente seguro para o estudo e a vida comunitária *offline* e *online*.

É fundamental recuperar os recursos dos *royalties* do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal para o financiamento da educação e garantia da implementação do Custo Aluno Qualidade como referência do financiamento da educação pública básica e assegurar o mesmo investimento *per capita* em educação em todos os estados e municípios do Brasil.

Dada sua utilização para acesso ao ensino superior em instituições públicas e concessão de bolsas públicas em instituições privadas de ensino superior, as datas de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) serão definidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em conjunto com o

Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e as representações das mantenedoras de ensino superior públicas e privadas que o utilizam em processos seletivos.

É fundamental que se considerem as experiências pedagógicas vivenciadas pelos profissionais da educação, estudantes e familiares no improvviso das atividades remotas e como elas podem impactar nas próximas relações com os estudantes pós-pandemia. O primeiro movimento deve ser de acolhimento, conhecimento e valorização dessas experiências para religar estudantes, professores, familiares entre si, com a escola.

GARANTIA DE ALIMENTAÇÃO PARA ALUNOS E ALUNAS DE ESCOLAS PÚBLICAS

Defendemos, preferencialmente, a distribuição de cestas básicas para famílias com alunos de escolas públicas, enquanto estas estiverem fechadas devido à pandemia ou, quando isso não for possível, repasses monetários em valor que assegure alimentação equivalente à fornecida na escola, visando, também, alcançar o mínimo de 30% de alimentos fornecido pela agricultura familiar à alimentação escolar, conforme determina a legislação.

CULTURA E PROTEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA ARTE NA PANDEMIA

A suspensão das atividades culturais afetou profundamente os trabalhadores do campo cultural, colocando muitos deles em situação muito vulnerável. A mobilização para aprovação da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural foi emblemática da rearticulação do campo cul-

tural para o enfrentamento do coronavírus e em defesa de seus direitos como setor essencial ao país. É fundamental a fiscalização da correção dos repasses e da gestão pelo governo federal e o acompanhamento da execução dos recursos previstos na lei nos Estados e municípios, através da participação social. Esses elementos são fundamentais para que essa política de fomento se torne instrumento perene para a proteção do setor de cultura nos anos vindouros.

HABITAÇÃO PARA POPULAÇÕES VULNERÁVEIS E EM SITUAÇÃO DE RUA

A pandemia exige medidas urgentes nas áreas urbanas muito adensadas que dificultam o isolamento físico e os cuidados preventivos, ampliando o risco de contaminação de seus moradores.

Por isso, é necessário, promover, em caráter emergencial, a ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água, coleta de esgotos, drenagem urbana, energia elétrica e internet em assentamentos precários.

Devem ser suspensas, durante o período da pandemia, as ações de reintegração de posse em assentamentos precários e as ações de despejos por falta de pagamento de aluguel.

Propomos a criação de programas de financiamento de material de construção, com assistência técnica gratuita, visando à melhoria habitacional e sanitária nos assentamentos precários.

Defendemos, também, a aplicação de soluções imediatas, tais como a Bolsa Aluguel e o alojamento em hotéis ou edificações vazias para abrigar moradores em situação de rua, moradores de cortiços insalubres e em assentamentos precários superadensados, assim como para a população de risco para a Covid-19, como os idosos e a população LGBTQI+, visando reduzir a vulnerabilidade e o adensamento excessivo.

CIDADES E RESILIÊNCIA URBANA CONTRA RISCOS DURANTE A PANDEMIA

Propomos instituir programa de gestão de risco que compreenda a atualização dos mapeamentos das áreas de risco, vistorias sistemáticas de campo, rede de pluviômetros e sistemas de alerta à população.

Defendemos o desenvolvimento de planos municipais de contingência para situações de desastres, que contemplem a organização e capacitação dos núcleos comunitários de defesa civil, cadastro de famílias inseridas em áreas de risco, sistemas de abrigos provisórios para a população, sistema de comunicação e alerta que funcione como referência de Defesa Civil para a população.

Exigimos a execução de obras necessárias à mitigação ou eliminação das situações de risco identificadas e o desenvolvimento de políticas de ampliação de sistemas de drenagem urbana e de permeabilidade do solo em áreas públicas e privadas.

MOBILIDADE URBANA E GESTÃO DOS ESPAÇOS URBANOS DURANTE A PANDEMIA

É imperioso o estabelecimento de normas rigorosas de limpeza da frota de ônibus, trens, metrô, táxis e veículos compartilhados por aplicativo.

É urgente a criação de um subsídio emergencial à operação do sistema de transporte coletivo, para garantir seu funcionamento desvinculado da quantidade de passageiros transportados, evitando a redução da frota e a superlotação dos veículos, preservando empregos dos trabalhadores do setor e garantindo gratuidade à população de baixa renda.

Urge implantar faixas exclusivas de ônibus, garantindo prioridade ao transporte coletivo, reduzindo o custo do sistema e aumentando sua eficiência.

Deve ser garantido o distanciamento físico no espaço público (ruas, praças, parques etc.) de acordo com as recomendações sanitárias, considerando o contexto urbano específico e a heterogeneidade espacial da cidade, com especial atenção aos assentamentos precários e os mais impactados pela pandemia.

Propomos incentivar a mobilidade ativa, através da implantação de infraestruturas simples ou temporárias para ampliar a rede cicloviária, através do compartilhamento das faixas de circulação de veículos e da supressão das vagas de estacionamento junto ao meio-fio, compensadas pela utilização das vagas ociosas em edifícios comerciais.

Deve ser ampliado o espaço destinado à circulação dos pedestres, para garantir o distanciamento físico nas calçadas.

Defendemos a expansão das atividades urbanas para o ambiente externo, onde o risco de contaminação é menor, prevendo-se usos tais como as filas de ingresso aos estabelecimentos comerciais; mesas para o funcionamento de bares e restaurantes; aulas, palestras e eventos culturais ao ar livre; espaços de estar e lazer; instalação de *parklets*.



MEDIDAS PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INVESTIMENTOS E RETOMADA DE OBRAS PÚBLICAS DO PAC E DO MINHA CASA, MINHA VIDA

Em relação à infraestrutura nacional, é urgente a retomada de obras públicas do PAC, paradas ou em lenta execução, e do programa MCMV.

Propomos a retomada das obras paralisadas ou contratadas e não iniciadas do MCMV e a contratação de novas unidades habitacionais e de equipamentos de saúde e educação, vinculados a projetos de urbanização ou de infraestrutura com recursos do OGU ou dos municípios.

Defendemos a retomada das obras do PAC paralisadas e a aceleração das que estão em ritmo lento, principalmente as de urbanização de assentamentos precários, saneamento, mobilidade urbana, drenagem e contenção de encostas.

Propomos aumentar o subsídio nos financiamentos do MCMV destinados às famílias da faixa 1,5 (renda até 2,6 mil reais), cuja redução em 2018 afetou as contratações nesta faixa.

É também importante retomar obras de infraestrutura econômica, tais como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias e recursos hídricos.

ANTECIPAÇÃO DE INVESTIMENTOS DAS CONCESSÕES EXISTENTES

É certo que os concessionários estão sofrendo fortes efeitos da paralisação de atividades provocada pela pandemia. No entanto, parte deles atende setores que têm sido menos atingidos, principalmente os relacionados às exportações de grãos e ao setor mineral. Assim, é imprescindível o governo negociar, junto a eles, a antecipação dos investimentos previstos.

Com esse fim, é possível também dar maior agilidade a mecanismos como as autorizações de TUPs e a renovação ou reequilíbrio de contratos de arrendamento nos portos, que hoje têm demorado quase três anos para aprovação, vedado que tais negociações impliquem aumento de tarifas.

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO EMERGENCIAL PARA EMPRESAS MANTEREM OS EMPREGOS

Propomos instituição de linhas de crédito, em volume compatível com a cobertura plena de folhas de salário e capital de giro básico (locações, serviços públicos, cobertura de contas a pagar etc.), voltadas a

MEIs e MPMEs, com exigência de manutenção de 100% dos empregos, com prazo longo de carência e amortização e a juros zero durante o período da pandemia.

GARANTIA DE REPASSE
DE RECURSOS FEDERAIS
A ESTADOS E MUNICÍPIOS
E NOVO PACTO FEDERATIVO

A crise econômica já afetava fortemente as receitas municipais e estaduais antes da pandemia. Com ela, as condições fiscais dos Estados e municípios se agravaram ainda mais em função da necessidade de paralisação das atividades econômicas. Enquanto isso, esses entes tiveram de fazer frente à ampliação do atendimento de saúde, de segurança alimentar, iniciar a adaptação das escolas e outros equipamentos para a retomada das atividades e muitas outras ações exigidas para combater os efeitos da pandemia.

Nesse cenário, o governo federal deve garantir a Estados e municípios os recursos necessários para continuarem atuando contra os efeitos gigantescos da pandemia, que serão estendidos ainda por um bom tempo. Assim, os recursos já aprovados precisam ser repassados com maior rapidez do que está ocorrendo e, assim como ocorreu com o auxílio emergencial, será necessário aprovar um aporte adicional de recursos. Além disso, será necessário que o Congresso Nacional derrube o veto de Bolsonaro à moratória do pagamento dos financiamentos tomados pelos entes federados, concedidos ou avalizados pelo Tesouro Nacional.

Ao lado disso, o país precisa enfrentar a questão do desequilíbrio do atual pacto federativo. Os sucessivos remendos na legislação relativa à repartição de receitas fizeram crescer as desigualdades sociais e regionais. Assim, a atual divisão de atribuições e receitas entre os entes da federação não é justa e requer ajustes importantes que precisam ser discutidos pela

sociedade brasileira. No entanto, não se deve entrar na lógica do governo federal de distorcer a importante discussão sobre um novo pacto federativo. De um lado com paliativos fisiológicos para tentar compor uma bancada parlamentar de apoio, mas sobretudo o que está por trás de sua proposta é apenas mais uma medida de ajuste fiscal ultraneoliberal e de aprofundamento da ortodoxia fiscal permanente.

REVOGAÇÃO DO TETO DE GASTOS

Para viabilizar a adoção destas propostas emergenciais é fundamental revogar a EC/95, o chamado teto de gastos, que, se mantido, exigirá um corte expressivo dos gastos públicos já em 2021, quando ainda estaremos em uma situação de enfrentamento dos efeitos da pandemia. A emenda do teto, que já era inadequada em tempos normais, forçando a redução do investimento público e do gasto social ao longo do tempo, deve ser abandonada completamente no cenário pós-pandemia. Sendo assim, propomos a revogação da EC/95, abrindo o espaço imprescindível para uma política econômica anticíclica, até que novas regras fiscais, mais adequadas para o novo momento econômico que viveremos, sejam aprovadas.

MEDIDAS TRIBUTÁRIAS EMERGENCIAIS E FUNDO SOLIDÁRIO DE COMBATE À PANDEMIA E RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

O enfrentamento da pandemia exige um aumento expressivo dos gastos públicos em todo o mundo, inclusive no Brasil. A saída da pandemia, que dependerá da coordenação do Estado e da retomada do investimento, ao mesmo tempo em que se fortalecem os mecanismos de distribuição de renda e investimento social, deve seguir exigindo um volume expressivo de recursos a serem gastos pelo Estado brasi-

leiro. Diante dessa realidade, é fundamental pensar em medidas que permitam angariar recursos para que estes gastos não sejam financiados exclusivamente por meio de endividamento público.

Neste sentido, propomos a adoção de medidas tributárias, como o estabelecimento de contribuição sobre altas rendas, grandes patrimônios e grandes heranças, assim como aumento da tributação sobre os lucros e dividendos, sobre juros de capital próprio, sobre o setor financeiro e extrativista, visando compor um Fundo Solidário de Combate à Pandemia e Reconstrução do Brasil. Parte dessas medidas abre caminho para a realização de uma reforma tributária justa, solidária e sustentável.

É preciso também recuperar a função do Fundo Social criado para gerir os recursos estatais do pré-sal no financiamento da educação e na transformação tecnológica da nossa economia.



MEDIDA EM DEFESA DO ESTADO E DA DEMOCRACIA

LEI DE DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A luta em defesa da democracia passa pela mobilização e auto-organização da sociedade civil em defesa dos direitos humanos, sociais, da igualdade e da liberdade políticas. A ameaça à democracia cresce à medida que o Estado – especialmente seus aparatos de força e de repressão – se coloca acima da sociedade e da lei e evolui para se colocar contra a própria sociedade civil. Defendemos a revogação da Lei de Segurança Nacional e a criação de uma lei que fiscalize e puna as apologias contra a democracia e em favor da intolerância e da tortura, incluindo revisionismos históricos de natureza ditatorial.

Como proteção à vida, é fundamental, nesse contexto, o combate às milícias, ao crime organizado e à violência policial, fomentada de forma irresponsável pelo presidente da República e por governadores de Estado associados à extrema direita, e a defesa do desarmamento em geral.



PARTE III

MUDANÇAS PARA
O FUTURO

★ PLANO ESTRUTURAL DE TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL: MUDANÇAS PARA O FUTURO

★ DESENVOLVIMENTO SOCIAL E NOVO PERÍODO DE AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

As políticas inclusivas previstas pela Constituição de 1988, que ganharam novos contornos durante os governos do PT com a materialização e democratização do acesso a direitos, vêm sendo desconstruídas desde o golpe de 2016.

Os retrocessos do período recente, em todas as políticas sociais, precisam ser revertidos e o Brasil precisa dar novo salto na direção de um Estado do Bem-Estar social renovado, capaz de voltar a superar a pobreza, reduzir de forma ainda mais forte a vergonhosa desigualdade do país, garantindo direitos plenos a todos os brasileiros e brasileiras.

Só assim, poderemos transformar o Brasil num país próspero, forte, justo, solidário e igualitário.

| SAÚDE

A saúde como direito foi uma conquista da sociedade brasileira e está diretamente associada à luta pela construção do Estado de-

mocrático de direito. Apesar dos incontáveis resultados positivos do SUS, os últimos anos foram marcados por retrocessos, entre eles a EC 95/2016, que retirou 22,5 bilhões de reais do SUS entre 2018 e 2020. Ao subfinanciamento crônico da saúde se soma o desfinanciamento recente, resultante do golpe de 2016, da EC95 e do desmonte do financiamento da atenção básica.

A pandemia de Covid-19 mostrou a importância dos sistemas públicos de saúde na preservação da vida. A reconstrução, econômica, social e sanitária do país requer a retomada do SUS por meio de um novo pacto social. O primeiro passo é restituir ao SUS os 22,5 bilhões de reais que foram retirados a partir de 2018 e adotar regras de gasto diferentes das estabelecidas pela EC-95, para que se viabilize o financiamento adequado do sistema público de saúde universal e integral.

A pós-pandemia exigirá o enfrentamento das determinações sociais do processo saúde-doença, com a adoção de políticas sociais e econômicas que reduzam as desigualdades regionais e promovam a equidade, além da renovação de hábitos e de formas de vida. A saúde terá um papel relevante nessa trajetória. Será fundamental traçar estratégias de redução das desigualdades e reduzir vulnerabilidades e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes, como modos de viver, condições de trabalho, alimentação segura, habitação, ambiente, segurança pública, mobilidade urbana, educação, lazer, cultura, entre outros.

A atenção básica terá um efetivo papel na implementação do novo modelo de atenção à saúde, tendo o território como estratégia para sua reorganização, as linhas de cuidado como ferramenta de integração das redes de atenção à saúde e a promoção da saúde como responsabilidade de todo o SUS. Para garantir a centralidade da atenção básica será fundamental a expansão das unidades de saúde da família e o fortalecimento do Programa Mais Médicos, para ampliar o acesso de populações em situações de maior vulnerabilidade.

É fundamental reafirmar o compromisso de defender o SUS e continuar a luta pela sua implantação total, como direito social de todo o povo brasileiro e dever do Estado, a partir das seguintes diretrizes:

Financiamento público estável do SUS, em patamar compatível com sistemas universais.

Acesso com qualidade às ações e serviços de saúde em todos os níveis do sistema – atenção básica, especializada, hospitalar, de urgência e emergência –, inclusive à assistência farmacêutica.

Fortalecimento do pacto interfederativo e da regionalização da saúde, para o compartilhamento de responsabilidades entre União, Estados e municípios que garanta o cuidado integral e a saúde da coletividade, inclusive as respostas às emergências sanitárias.

Qualificação e modernização da gestão pública da saúde em todas as esferas de governo e a regulamentação e regulação pública das ações do Terceiro Setor de saúde.

Construir democraticamente processos de transição de modalidades de gestão privatistas, como as Organizações Sociais (OSs), em direção ao fortalecimento da gestão pública do SUS.

Investimento na promoção da saúde, por meio do acesso a programas que incentivem a atividade física e acesso à alimentação adequada, saudável, livre de venenos e segura; e com políticas regulatórias e tributárias referentes ao tabaco, álcool, sal, gorduras, açúcares e agrotóxicos.

Fortalecimento do sistema nacional de vigilância em saúde, para garantir o controle de epidemias e doenças endêmicas, a saúde do trabalhador e a vigilância ambiental.

Implementação de programas de valorização do parto normal, humanizado e seguro, de cuidado integral à saúde das mulheres e de superação da violência obstétrica e da discriminação racial no SUS.

Retomada da tramitação e aprovação da Lei de Responsabilidade Sanitária, que dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos gestores e agentes públicos e a aplicação de penalidades administrativas pelo

descumprimento das políticas de saúde expressas em planos de saúde, observando os princípios do SUS, inscritos em leis específicas.

Reafirmação do compromisso com a agenda da Reforma Psiquiátrica, com ampliação da rede substitutiva aos manicômios e comunidades terapêuticas e do cuidado em liberdade

Implementação de políticas intersetoriais que possam reduzir os acidentes de trânsito e todas as formas de violência.

Enfrentamento da iniquidade em saúde e garantir atenção especial e integrada às populações vulneráveis, com ações voltadas para a saúde das mulheres, pessoas negras, LGBTQI+, idosos, crianças, juventudes, pessoas com deficiência, população em situação de rua, população privada de liberdade, imigrantes, refugiados e povos do campo, das águas e das florestas.

Valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde combatendo a precarização do trabalho.

Democratização da gestão do SUS, valorizando espaços deliberativos instituídos de participação social, com o fortalecimento dos Conselhos e Conferências de Saúde, além de outras formas de participação cidadã para diálogo e escuta permanente da sociedade civil.

O Brasil deve encerrar 2020 com mais de 20 milhões de desempregados. Neste cenário, investir no SUS é oferecer também saídas para a recuperação econômica do país. A saúde tem enorme potencial para contribuir com o desenvolvimento do país. Em 2017, a saúde representava quase 10% das remunerações no mercado de trabalho, com catorze milhões de empregos diretos e indiretos, 9% do PIB e respondendo por 30% da capacidade nacional de pesquisa.

A pandemia escancarou a relevância do SUS, mas deixou claras suas fragilidades. Mesmo desfinanciado, o SUS deu uma resposta magnífica, com Estados e municípios promovendo, mesmo sem apoio do governo federal, a ampliação de 10 mil leitos. Por outro lado, o aumento da demanda salientou nossa dependência externa na impor-

tação de insumos, gerando situações de desabastecimento, expondo ainda mais o déficit comercial no setor, que passou de quatro para 20 bilhões de dólares.

O fortalecimento do SUS e da economia requer uma política de geração local e de transferência de tecnologia, mediante investimentos públicos no complexo produtivo da saúde, de modo a efetivar o direito à saúde, induzir a substituição de importações, o desenvolvimento econômico e tecnológico e garantir a soberania nacional.

EDUCAÇÃO

A afirmação da educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, tem um papel central na inversão das tendências negacionistas e obscurantistas que colocam em risco o destino da humanidade.

A educação é um bem público e cabe ao Estado assegurar acesso universal, permanência e qualidade em sua oferta, em todos os níveis. A política educacional deve ser concebida como um todo sistêmico, das creches à pós-graduação.

Sob a inspiração do Manifesto dos Pioneiros e o princípio freiriano da esperança, do respeito e da consideração dos saberes e experiências culturais de crianças, jovens e adultos, urge considerar as medidas indicadas abaixo.

Recuperar os planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação e o papel da União.

Incrementar a manutenção dos programas complementares de alimentação, residência, transporte e saúde e a ampliação de vigência de bolsas de extensão e pesquisa das instituições de ensino superior, profissional e tecnológica.

Revisar as condicionalidades das bolsas e financiamentos concedidos a estudantes de instituições privadas.

Fortalecer os vínculos entre ciência, tecnologia e inovação produtiva, patrimônio da universidade pública brasileira.

Debater a criação do Serviço Civil Obrigatório para os alunos das Universidades e Escolas Técnicas Federais, por dois anos, à semelhança do serviço militar, remunerado e prestando serviço aos municípios, Estados e entes públicos, nas suas áreas de formação.

Retomar e aprofundar políticas estratégicas para a redução de desigualdades educacionais, contemplando as mais diversas populações e suas necessidades específicas.

Promover a educação especial (pessoas com deficiência) na perspectiva inclusiva, além da educação no campo, educação indígena, educação de jovens e adultos.

Regulamentar em Lei Complementar a Cooperação Federativa e o Sistema Nacional de Educação, considerando o papel estratégico do Plano Nacional de Educação.

Criar o Sistema Nacional de Avaliação e rever a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) à luz das Diretrizes Nacionais Curriculares.

Aprofundar a intersetorialidade entre educação, esportes, cultura, ciência, tecnologia e inovação, novas relações de trabalho e produção, mobilidade e transição ecológica.

Consolidar a implementação das políticas de ações afirmativas na Educação Básica e no Ensino Superior e valorizar as tecnologias sociais.

Apropriar-se das capacidades geradas pelos *big data* e inteligência virtual.

Expandir a oferta de internet pública, o acesso às TICs, e a qualificação dos profissionais da educação para seu uso integrado aos projetos pedagógicos e ao desenvolvimento curricular, refletindo criticamente sobre elas. A universalização da banda larga deve ter como prioridade as escolas públicas, incluindo as Bibliotecas Digitais do Século 21, como espaços adequados para atividades escolares complementares nas regiões e bairros pobres, para que todos os estudantes possam usufruir, no contraturno

escolar, destas novas possibilidades de aprendizado. E, também e nesse sentido, reconstruir a TV Escola destruída pelo governo Bolsonaro.

Será preciso estabelecer novas bases para a implementação de políticas públicas transversais e intersetoriais que favoreçam os processos de identificação e eliminação de barreiras que impedem a inclusão escolar, enfrentar os preconceitos, as discriminações, e as desigualdades educacionais e, por fim, valorizar a diversidade, valor fundamental para construção de uma educação de qualidade, transformadora e humana.

Fortalecer as estruturas de gestão democrática dos sistemas de ensino.

Assegurar que a autonomia universitária e a liberdade de cátedra, dispositivos constitucionais no Brasil e conquistas históricas no mundo inteiro, sejam respeitadas. A universidade pública tem o dever de promover espaços de reflexão e debate plural e democrático que só são possíveis por meio da garantia da livre e pacífica manifestação das ideias e do exercício da autonomia em relação a governos e aos interesses do capital.

O Sistema S exige uma nova governança, com total transparência, assegurando o acesso democrático às informações e orçamento, com participação efetiva na gestão do poder público e dos trabalhadores. Todo o orçamento do sistema S deve ser destinado exclusivamente às atividades fins de formação profissional e tecnológica, com gratuidade nos serviços ofertados e com a vedação rigorosa de transferências de recursos para as entidades patronais ou outras ações totalmente desassociadas dos objetivos finalísticos, que devem ser a formação profissional e a capacitação tecnológica, com um diálogo permanente com a rede de Institutos Federais e as Universidades Públicas. A reindustrialização e a agricultura de baixo carbono se baseiam em um novo padrão tecnológico, com uma formação profissional muito mais exigente e orientada para a inovação científica e tecnológica. O sistema S deve estar totalmente voltado para este desafio estratégico na retomada do desenvolvimento do país.

O Plano Nacional de Educação foi construído com ampla participação democrática e aprovado praticamente por unanimidade no Congresso Nacional. Ele estabelece uma política de Estado para a educação brasileira. Suas 20 macrometas e centenas de estratégias orientam o poder público em todos os níveis, para assegurar acesso, permanência e qualidade, desde à educação infantil até à pós-graduação no ensino superior. De forma complementar, os Planos Estaduais e Municipais de Educação avançam na constituição de um sistema nacional de educação e um novo pacto federativo para valorização da escola pública e seus profissionais. Porém, o governo Bolsonaro e sua política obscurantista não apenas abandonaram completamente o PNE, como as poucas iniciativas apresentadas afrontam abertamente os fundamentos da Lei de Diretrizes e Base da Educação e o próprio PNE. O mais grave é que a emenda constitucional 95 eliminou o piso constitucional da União para o financiamento da educação e agora, com o fim dos Fundo Social do Pré-Sal e a desvinculação dos *royalties* do petróleo para a educação, a meta 20 do PNE, que previa atingirmos 10% do PIB de investimentos em educação em uma década, está totalmente comprometida. Estamos diante da ameaça de desmonte de todos os avanços na educação implementados pelos governos do PT, que aumentaram em 207% os recursos orçamentários para a educação acima da inflação. A aprovação do Fundeb foi uma vitória estratégica para a educação básica, mas a luta em defesa da educação e contra o desmonte vai exigir muito mais empenho e mobilização. O compromisso com o PNE é fundamental para o futuro do país e da educação pública brasileira.

MAIS PROTEÇÃO SOCIAL

Nossa proposta é avançar na reconstrução e aperfeiçoamento do sistema de proteção social brasileiro que persistiu com lacunas de cobertura, não obstante os avanços da Constituição de 1988 e a criação

do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que inclui programas de renda como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

Nosso ainda insuficiente Estado de Bem-Estar social precisa ser repensado para um mundo onde haverá menos empregos e menos renda que o necessário e ter como objetivo a redução das desigualdades sociais estruturais, agravadas na atual conjuntura.

Queremos Mais Proteção Social para integrar serviços e benefícios que garantam seguranças (renda, acolhida, convivência, autonomia, auxílio emergencial), em resposta às necessidades sociais, com impacto nas desigualdades sociais.

Mais Proteção Social para universalizar a cobertura de serviços socioassistenciais nos territórios brasileiros, considerando as suas diversidades, e programas integrados especialmente, para os jovens, mulheres, população LGBTQI+, população em situação de rua, entre outros grupos, com efetiva redução de desigualdades e promoção de direitos.

Propomos, assim, instituir uma Nova Proteção Social a partir do enfrentamento dos desafios a seguir:

Ampliar a rede de proteção para a população vulnerável, aprimorando o Bolsa Família por meio da elevação da linha de acesso para inclusão no programa e do aumento dos benefícios vigentes.

Ampliar a cobertura e a integração do CadÚnico, assegurando que todas as famílias beneficiárias do sistema de seguridade social estejam nele inscritas para garantir uma inclusão eficiente.

Universalizar a cobertura de serviços socioassistenciais nos territórios brasileiros.

Assegurar, em situações de calamidade e emergência, renda emergencial a todos os cidadãos e as famílias atingidas que se enquadrem em determinado perfil de renda.

Ampliar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada, com alteração do critério de renda para meio salário mínimo, visando a inserção de todas as pessoas idosas e pessoas com deficiência que a esta política tem direito.

Implementar ações estratégicas que acelerem as potencialidades locais e projetos comunitários e populares, com ênfase na geração de renda e nos compromissos em direitos humanos, a exemplo da erradicação da fome e do trabalho infantil.

Compor arranjos de cuidado e proteção social que possibilitem acesso ao fundo público, defesa de direitos, e fomento de redes locais de proteção.

Integrar ecossistemas empreendedores, empresas (públicas e privadas) e universidades para acesso do público prioritário ao mundo do trabalho, com incentivos e apoios financeiros e técnicos, visando redução das desigualdades e melhoria da capacidade de renda das famílias.

POLÍTICA PARA O NOVO MERCADO DE TRABALHO

O trabalho, em todas as suas dimensões, tem papel essencial na construção de uma sociedade. Por isso, o novo modelo de desenvolvimento, necessário para a reparação das injustiças históricas sofridas pelo povo brasileiro, deve ter o trabalho decente como eixo central e a radicalização democrática da regulação das relações de trabalho como elemento essencial do fortalecimento da democracia em nosso país.

As crises sanitária, econômica e social associadas à disseminação da Covid-19 desnudaram as exclusões e as abissais desigualdades que costuram o tecido social do Brasil. Elas incidiram sobre um mercado de trabalho precariamente estruturado, assimétrico, com altos índices de informalidade, rotatividade e desemprego e cujas contratações “atípicas” – MEI’s, PJ’s, autônomos, plataformas digitais – escondem, em regra, relações de emprego burladas, quadro que a dita “reforma” instituída pela Lei 13.467/17 só fez acirrar. Ficaram evidentes as falácias das propostas de flexibilização dos direitos sociais como forma de ampliação do emprego que alimentaram os discursos, sobretudo a partir do golpe de 2016.

Para constituir uma sociedade democrática, comprometida com a superação das desigualdades e na qual o trabalho com dignidade ocupa papel de centralidade, é essencial que os direitos sociais sejam respeitados e que todas as formas de discriminação sejam eliminadas. Em especial é preciso estar atentos às novas formas de discriminação e de eliminação de direitos, relativas à *uberização* crescente das atividades produtivas. É decisiva, também, a estruturação de uma base econômica em que os setores essenciais estejam conectados em cadeias produtivas nacionais, para que, além de fornecedor de matérias primas para o mundo, o Brasil seja capaz de produzir tecnologias transformadoras que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, gerem emprego de qualidade e difundam cultura, tecnologia e conhecimento para outras nações.

Para isto, o Estado deve atuar como planejador e coordenador do processo de reconstrução nacional e, em diálogo constante e democrático com a sociedade, ser ator central na implementação de medidas diretamente associadas ao mundo do trabalho, tais como:

Estabelecer um sistema de regulação pública isonômica, que busque incorporar todas as “novas” formas de alocação da força de trabalho e assegure a renda e o direito ao trabalho, garantindo proteção social a todos e todas, superando a natureza desequilibrada das relações de trabalho.

Implantar um sistema de negociação coletiva que amplie direitos, independentemente da natureza do vínculo e da atividade econômica.

Assegurar que o modelo de organização sindical construído pelos próprios trabalhadores tenha garantias para poder representar e proteger com eficácia todos eles.

Adotar medidas e aprimorar regulações públicas para eliminar todas as formas de discriminação, respeitar os direitos humanos e sociais e amplificar a igualdade no mundo do trabalho.

O governo Bolsonaro continua insistindo que a solução do problema do emprego é retirar e rebaixar direitos, é a flexibilização das

relações de trabalho, tais como a proposta de “carteira verde amarela”, o pagamento de salário por hora, a aproximação da regulação com a informalidade. São propostas que não apresentaram efetividade na realidade histórica brasileira. Por isso, temos que revogar a reforma trabalhista e a liberalização da terceirização e todas as medidas que significaram a retirada de direitos. Precisamos caminhar para uma situação de assegurar direitos trabalhistas e previdenciários a todos e todas que trabalham.

Garantir a liberdade sindical é fundamental, tendo como base a Convenção 87 da OIT, assegurando a liberdade e autonomia sindical, com os próprios trabalhadores decidindo sobre as formas de organização e de financiamento das organizações sindicais.

Instituir programas governamentais que assegurem trabalho e renda de forma direta e por meio de investimentos públicos em áreas estratégicas.

Fortalecer o Sistema Nacional de Economia Solidária como uma alternativa de geração de trabalho e renda.

Adotar um novo modelo de seguro desemprego, que aperfeiçoe o módulo contributivo atual, para assegurar maior duração da proteção e elevação do valor do benefício; que contenha um regime especial contributivo para trabalhadores não subordinados, por meio de incentivo à formalização do negócio; e que institua um módulo não contributivo, para proteger trabalhadores em situações de desemprego de longa duração.

Reduzir a jornada de trabalho com discussão sobre o nível de emprego e a redistribuição dos trabalhos.

Adotar modelo educacional que priorize a capacidade de transformação do trabalho em jornada reduzida, que preserve o planeta e instaure as condições de escolha das pessoas sobre os seus modos de vida.

Promover a reorganização do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPTER), para garantir coordenação nacional e orientar

as políticas de formação profissional, intermediação de mão de obra, seguro desemprego e microcrédito.

Assegurar aos pequenos negócios e às micro e pequenas empresas o acesso a crédito em condições adequadas a seu perfil e oferta de assistência técnica para maior sustentabilidade e competitividade de sua atuação.

Fomentar, com aporte público, a ampliação e o aperfeiçoamento da atuação dos bancos populares e iniciativas de microcrédito e crédito solidário na cidade e no campo.

Implementar o debate sobre um novo Estatuto do Trabalho, a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Dar eficácia e legitimidade à garantia de emprego do artigo 7, inciso I, da Constituição.

Repensar o sistema de justiça para que as instituições públicas recuperem seu papel, garantindo o amplo direito constitucional de acesso à justiça.

Recriar o Ministério do Trabalho, instância necessária à coordenação das políticas em nível nacional e de implementação da legislação protetiva e de combate às formas degradantes de trabalho.

SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ PARA A PROTEÇÃO DA VIDA

O modelo de segurança pública do Brasil é incapaz de responder à legítima e crescente demanda pela redução das violências, das criminalidades convencional e organizada, dos riscos de vitimização aos quais todos os brasileiros se veem expostos. Apesar dos esforços realizados por governos comprometidos com o acesso aos direitos, a qualidade de vida e a segurança da população, o Brasil atravessou os últimos 40 anos com ondas cíclicas de generalização dos sentimentos de medo e insegurança, agravadas pelos patamares elevados dos crimes contra a vida e da criminalidade violenta – parte deles cometida pelo próprio Estado.

É possível sair do círculo vicioso das violações e das violências que torna a sociedade refém do medo, o Estado objeto de pressões corporativistas e midiáticas e o mercado voltado para ganho imediato e especulativo. Para tanto, é preciso uma política pública democrática de segurança, de fato e de direito, corajosa e realista, previsível e transparente, inclusiva e participativa. Uma política pública pactuada que escute os diversos segmentos da sociedade brasileira e articule suas demandas. É fundamental superar as fórmulas eleitoreiras dos mercados da insegurança que exploram o real sentimento de medo da população como um negócio político bastante lucrativo.

Infelizmente, a transição democrática conservou muitos elementos dos períodos autoritários, cuja marca é a repressão sistemática aos pobres e negros. Ela não foi capaz de construir um sistema federativo de segurança pública que definisse, de maneira efetiva, as competências exclusivas e partilhadas entre a União, os Estados e municípios. As organizações policiais seguiram suscetíveis à manipulação político-partidária e à apropriação privatista por grupos com poder econômico. Isto tem possibilitado a clientelização das polícias, a insegurança institucional dos policiais no exercício legal e legítimo de sua autoridade e o seu emprego como um meio repressivo para desigualar os desiguais. A fragilidade institucional, a desvalorização profissional e o aparelhamento corporativista têm comprometido o empenho dos trabalhadores policiais, favorecido o uso do poder de polícia para fins particulares, como as milícias, e naturalizado as práticas racistas, misóginas e homofóbicas contra os cidadãos e os próprios agentes da lei. As polícias brasileiras são organizações estatais que precisam se tornar públicas, de verdade, para atenderem ao seu lema bicentenário de “servir e proteger”. É preciso garantir a prestação de serviços públicos de policiamento de forma qualificada, igualitária e equânime entre os cidadãos e suas localidades.

Uma nova cultura de segurança pública deve colocar a vida no centro de tudo, o que implica ter os direitos humanos como princípios. Defender a democracia, a cidadania e a igualdade de tratamento,

requer enfrentar o racismo estrutural e a violência que permeia as instituições policiais e atinge preferencialmente os pobres e a juventude negra das periferias. É preciso enfatizar que uma política de segurança cidadã precisa de participação social e políticas integradas de prevenção da violência, visando proteger os cidadãos das violências que decorrem de desigualdades estruturais. Construir a polícia democrática e cidadã é fundamental, pois a polícia não pode ser um fim em si mesma nem a única resposta para a violência.

Propomos as seguintes reformas para uma segurança pública cidadã e democrática:

É preciso promover reformas constitucionais para um novo arranjo institucional, que delimite as competências exclusivas e partilhadas entre os entes, atendendo aos princípios federativo e republicano.

Como consequência, é também preciso conduzir reformas legais, como a reformulação dos regulamentos disciplinares e regimentos internos das polícias, a revisão das carreiras, a regulamentação da participação social e a garantia de transparência, o que inclui remuneração e benefícios dignos aos policiais.

A normatização da investigação externa de abusos e violências cometidas por agentes estatais, o aperfeiçoamento da investigação com a transformação do inquérito policial em relatório técnico são expedientes também indispensáveis. Faz-se necessário regulamentar as atividades do sistema de inteligência nacional, incluindo a inteligência policial, na estrita observância do direito constitucional à privacidade.

Tem-se, ainda, que possibilitar uma ampla reforma administrativa concedendo à União o papel de coordenação da Política Nacional de Segurança Pública e de apoio às políticas estaduais e municipais. É indispensável uma composição federativa do financiamento da segurança pública e a reconfiguração e implementação do Sistema Único de Segurança (Susp) como instrumento de integração, cooperação e implementação de políticas públicas.

Além disso, a desmilitarização das polícias estaduais deve implicar a completa extinção dos órgãos estaduais da Justiça Militar ainda remanescentes. Uma reforma constitucional deve ser adotada com essa finalidade, resultando na previsão unicamente da Justiça Militar Federal, cuja competência deverá alcançar apenas os efetivos das Forças Armadas.

Quanto ao papel dos municípios na segurança pública:

Cabe à municipalidade a gestão da infraestrutura social e urbana, da mobilidade, da saúde pública, das questões fundiárias e da defesa civil que têm um impacto direto na cobertura do policiamento ostensivo e no tempo de resposta das chamadas emergenciais. Há que avançar na delimitação clara do papel dos municípios na prevenção da violência e na promoção da segurança urbana. Isso corresponde ao desenvolvimento de políticas integradas, interdisciplinares e setorializadas.

A zeladoria urbana joga um papel fundamental na gestão de riscos e redução de oportunidades de crimes no espaço urbano. É evidente que guardas civis municipais, de natureza preventiva e comunitária, têm papel especializado e também complementar nas rondas policiais. Não se pode esquecer a necessidade de consórcios intermunicipais para implementação de ações regionais e metropolitanas. A experiência dos Fóruns Locais Comunitários para envolver a população na política de prevenção do poder local tem se mostrado decisiva na formulação e alcance das políticas municipais.

Políticas de prevenção da violência:

A construção de políticas de prevenção das diversas formas de violência é um valor que atravessa todas as dimensões de um programa progressista de políticas públicas de segurança.

O que pode ser feito agora? Construir programas de base territorial voltados para a reintegração dos egressos do sistema prisional

e do sistema de medidas socioeducativas, remunerado, com atenção especial para suas famílias e com acompanhamento psicossocial. A legitimidade de programas de prevenção terciária da violência só será construída se contar com a participação destes mediadores-interruptores da violência. Tais mediadores possuem legitimidade para mapear e prevenir eventuais ciclos de reprodução da violência imediatos e para reconstruir laços de convivência social integradores que possibilitem a atuação de políticas sociais redutoras de desigualdade no médio e no longo prazo.

As políticas territoriais devem estar articuladas com as políticas públicas de assistência, proteção e desenvolvimento de mulheres, LGBTQI+, juventude negra e indígenas.

Retomar a política de controle de armas e munições contida no Estatuto do Desarmamento.

Reformas das instituições policiais:

A filosofia e doutrina policiais devem estar fundadas na defesa e proteção da vida, na afirmação dos direitos humanos e das garantias individuais e coletivas. Suas atuações preventiva, dissuasória e repressiva devem ser subordinadas às exigências de legalidade, de legitimidade, imparcialidade, razoabilidade, transparência e previsibilidade, sendo orientadas por políticas de policiamento públicas e de amplo conhecimento da população.

É indispensável reformar as arquiteturas organizacionais para aprimorar sua capacidade de pronto-emprego de recursos e ampliar a pronta-resposta às demandas da população. Há que possibilitar sua integração e articulação institucionais nos níveis locais, metropolitanos, regionais e nacional, com a constituição de protocolos operacionais interagências públicos.

Não se pode mais adiar a constituição de uma doutrina policial nacional de referência de uso potencial e concreto de força que oriente

os fins de seu emprego, os modos táticos de sua aplicação e os meios logísticos de seu uso.

São necessários a delimitação, aperfeiçoamento e controle das capacidades coercitivas das polícias com a implantação de um programa de certificação e qualificação continuada no uso de EPs, armamentos letais e menos letais, visando excelência no desempenho individual e de corpos táticos nas modalidades de tiro defensivo por tipo de armamento e cenários de atuação.

Há também que implementar ferramentas gerenciais de controle individualizado do uso de armamento e do consumo de munição.

É fundamental criar-se um programa nacional de redução da letalidade e vitimização de policiais, articulado com uma política nacional de assistência, segurança e saúde ocupacionais, com ênfase na redução do estresse e na prevenção do suicídio.

Não se pode garantir o exercício legal e legítimo da autoridade policial sem sistema de responsabilização, transparência e prestação de contas da gestão policial. Isto implica o fortalecimento de instrumentos independentes de controle interno e externo que atuem articulados e que sejam justos e transparentes em seus propósitos e resultados.

É preciso resgatar a credibilidade, a confiança pública nas polícias, o que só ocorrerá se e quando o aparato repressivo mudar sua relação com a população pobre e a sociedade em geral. Para tanto é preciso constituir protocolos operacionais, públicos e sob a validação dos órgãos de controle interno e externo, acompanhados de treinamento que previnam as práticas discriminatórias raciais, étnicas, de gênero, de orientação sexual, de classe, de renda e de local nas abordagens policiais.

Como condição de constituição de polícias com superioridade de métodos, é imprescindível reestruturar o atual arranjo de inteligência policial e constituir uma doutrina profissional de inteligência policial que hoje é inexistente.

Não se pode prescindir de valorizar a polícia científica como aspecto fundamental da atividade policial – o que implica a valorização profissional dos peritos criminais – e de criar uma Rede Nacional de Ciência Forense composta por Institutos de Perícia independentes, em parceria com os centros de pesquisa universitários.

É relevante institucionalizar um Programa Nacional de Melhores Práticas Policiais, voltado para sistematização e atualização do estado da arte dos saberes e práticas de atuação na emergência, de operações especiais, de patrulhamento, de investigação e de inteligência.

Cabe constituir um Programa de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública voltado ao aprimoramento das políticas públicas de segurança e de policiamento.

A formação não poderá se completar apenas internamente às instituições e deverá abordar estratégias de policiamento comunitário, de proximidade e a promoção da segurança de públicos marcados por desigualdades estruturais como as mulheres, juventude negra, LGBTQI+ e pessoas portadoras de deficiências. Esta formação tem como base a administração de conflitos de forma equitativa.

A valorização profissional e reformulação das carreiras policiais é passo necessário, modificando-se regimentos internos e disciplinares, propiciando saúde e segurança operacional dos policiais e políticas internas de equidade, tolerância e inclusão.

Política de drogas:

Políticas de drogas progressistas devem estar articuladas com a proteção de usuárias e usuários em situação de risco de morte elevado. Garantir a saúde e a vida dos usuários de substâncias lícitas e ilícitas deve ser o objetivo central de tais estratégias. A redução de danos é o princípio orientador de tais políticas. Programas como o De Braços Abertos demonstram a necessidade de várias camadas de atuação. Usuárias e usuários mais pobres frequentemente são assassinados por

grupos de extermínio, por milícias e por agentes da lei. Acolhimento, acompanhamento, proteção, tratamento voluntário, aluguel social e garantia de emprego em outros territórios são formas inovadoras e eficientes de garantir a vida e a segurança destas pessoas em situação de alta vulnerabilidade social. Com relação à população em situação de rua, precisamos criar um Programa “De braços abertos”, especialmente nas grandes cidades, inspirado no programa da gestão de Haddad em São Paulo, com o objetivo de acolher, orientar e incluir essa população que muitas vezes não consegue acessar as políticas públicas.

Gestão do conhecimento e da informação:

Não se tem como conceber, planejar, executar, monitorar e avaliar os resultados das políticas de segurança e dos programas de policiamento sem sistemas de gestão do conhecimento e da informação que informem os próprios policiais, as cadeias organizacionais de comando e controle, os níveis decisórios das instâncias governamentais, e sirvam para a prestação pública e regular de contas do desempenho policial. Trata-se de uma ferramenta indispensável de gestão que possibilita o controle e aprimoramento das atividades de emergência, patrulha, operações especiais, investigação e inteligência e a racionalização das atividades voltadas à administração dos recursos de segurança pública. Somente com a produção de conhecimento sobre as realidades violentas e criminais será possível responder de forma substantiva e consistente aos desafios das práticas criminosas ordinárias e ao desmantelamento de organizações criminosas do tráfico de drogas e milicianas.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de bases digitais, a atualização de modelos de fluxo de dados, o estabelecimento de centros de armazenamento e a criação de aplicativos são uma oportunidade para que o Estado brasileiro atue promovendo o parque nacional de tecnologia da informação. Vale observar que a conquista da autonomia tecnológica sobre o fluxo de informações de segurança pública e

governamental, para além de uma necessidade econômica da balança comercial brasileira, é um imperativo de segurança de Estado. Abaixo estão algumas medidas consensuadas como prioritárias.

Estruturação de um sistema de inteligência de segurança pública que integre órgãos através da unificação de bases de dados e meios informacionais corporativos, possibilitando mapear e fazer circular amplamente as informações criminais hoje dispersas e estanques nas diversas organizações policiais, com o estabelecimento de metodologia e procedimentos comuns.

Implantação de sistemas de informação que suportem as atividades de investigação criminal, o policiamento e toda a gestão policial. Como exemplo, a implementação da identificação civil única, criando uma grande base nacional de impressões digitais, a ampliação da base nacional de amostras de DNA e base de dados e ocorrências criminais georreferenciadas.

Criação de centros nacionais de fusão de dados que permitam o cruzamento e análise de dados sobre segurança, possibilitando análises estratégicas aprofundadas aos gestores e contextos aprofundados aos operadores. Sempre observando os princípios constitucionais que resguardam a privacidade dos dados do cidadão.

Criação e disponibilização de indicadores diversos, como o de esclarecimento de homicídios, permitindo medir a efetividade das investigações e a divulgação desses índices, de maneira a possibilitar o acompanhamento e controle social.

Combate às organizações criminosas:

O crime organizado é um fenômeno que se apresenta variável na espécie e flexível no modo de atuação. Alcança desde o tráfico de drogas e armas até os crimes financeiros, é translocal, não reconhece fronteiras domésticas e internacionais, espalhando-se por todo o território nacional e pelo mundo. Pode-se reconhecer na expansão local das cha-

madras facções prisionais e das milícias sua expressão mais dramática e conhecida. Os desafios colocados no seu enfrentamento, qualquer que seja sua natureza, envolvem, necessariamente, uma perspectiva federativa e intersetorial que integre as ações de repressão qualificada, que mescle inteligência, investigação e articulação dos diferentes órgãos de segurança para a aplicação da lei com as demais agências de controle e regulação das atividades econômicas e financeiras. Há que reconhecer a constituição de mercados ilícitos que transacionam bens legais essenciais (luz, água, gás, transporte alternativo, internet etc.) e mercados ilegais como as drogas proibidas, cuja economia do varejo casada com tráfico de armas tem elevado os crimes violentos, intencionais e letais. A disputa territorial por estes mercados, sob a égide da guerra contra o crime, tem favorecido a disseminação de práticas corruptas nos sistemas de segurança pública e justiça criminal, sob a vista grossa de segmentos políticos beneficiados com o dinheiro do crime. Tem, sobretudo, possibilitado as mortes violentas como recurso dos acertos comerciais ilegais. Por isso a importância das seguintes medidas:

Estruturação de um sistema de inteligência de segurança pública que integre órgãos através da unificação de bases de dados e meios informacionais corporativos, possibilitando mapear e fazer circular amplamente as informações criminais hoje dispersas e estanques nas diversas organizações policiais, com o estabelecimento de metodologia e procedimentos comuns.

Criação de forças-tarefas compostas pelas policiais estaduais, Polícia Federal e órgãos fiscalizatórios como a Receita Federal, notadamente para o combate a organizações criminosas mais sofisticadas ou com maior poder ofensivo, a exemplo do PCC.

Investimento incessante em tecnologia e treinamento das policiais, de maneira a aprimorar ainda mais as técnicas e ferramentas para o enfrentamento de organizações criminosas.

Criação dos marcos legais necessários à implementação das propostas supracitadas.

Política penal e penitenciária:

A eliminação da tortura e demais formas de violência física dos estabelecimentos prisionais e socioeducativos é ponto de partida para a elaboração de uma política penal e penitenciária democrática. Isso significa construir uma nova política de drogas, mecanismos inovadores de mediação de conflitos sociais e em capacitação profissional dos agentes que lhes permita compreender como opera a seletividade racial, conformando um ciclo vicioso de violências e desigualdades. Necessariamente, essa proposta política precisa ser elaborada, colocada em prática e avaliada através de uma articulação estratégica com os atores do sistema de justiça criminal – Judiciário e Ministério Público – com os Estados e municípios e em parceria com entidades e organizações da sociedade civil.

O Brasil tem hoje quase 800 mil presos, dos quais cerca de 40% respondem por crimes relacionados ao tráfico de drogas. Um terço dos presos cumpre prisão provisória enquanto aguarda condenação. A política de encarceramento em massa vigente no país privilegia a punição de pobres e negros, praticantes de pequenos delitos, incentiva a ampliação das facções e produz um enorme número de condenações injustas ou desproporcionais. É preciso ter uma nova política de drogas no Brasil.

É fundamental construir condições políticas concretas para que as formas de responsabilização penal alternativas à privação de liberdade possam ser aplicadas aos crimes não violentos e para que haja possibilidade de construção de uma política penitenciária capaz de responder às demandas da sociedade por mais segurança e menos violência. Nesta proposta, as instituições de privação de liberdade se restringem a sujeitos acusados de crimes de natureza violenta e deverão ser dotadas de um amplo programa de diagnóstico e avaliação, propostas de intervenção individualizadas e acompanhamento multisetorial e interdisciplinar dos sujeitos presos e também das instituições. Considerando o

atendimento dessas pré-condições, as quais deverão reduzir o número de pessoas em situação de privação de liberdade, criam-se oportunidades concretas de elaborar uma política penal voltada à geração de oportunidades de educação e de profissionalização para a população carcerária, melhorando a infraestrutura institucional, com ampliação do acesso à justiça, à saúde e à criação de um contexto favorável às oportunidades de trabalho e, finalmente, de apoio e monitoramento dos egressos. Algumas medidas básicas são:

Profissionalização e capacitação continuada dos servidores do sistema prisional;

Centrais do Egresso – criação, estruturação e condições para o funcionamento, para atender às necessidades e demandas dos egressos do sistema prisional, em articulação com equipamentos públicos estaduais e municipais (CAPS, Educação, SUS etc.).

Centrais de Penas Alternativas – criação, estruturação, organização, em parceria com Estados e municípios, com atividades efetivas e monitoramento, reservando a privação de liberdade apenas aos delitos violentos.

Programas de educação dentro dos presídios em parceria com secretarias de educação estaduais ou municipais.

Programa de diagnóstico, avaliação e monitoramento das políticas penitenciárias adotadas nas diversas institucionais, com criação de indicadores concretos do impacto sobre os apenados.

PROTEÇÃO À VIDA DAS MULHERES
E COMBATE AO MACHISMO
E AO SEXISMO

Para superar as desigualdades vividas pelas mulheres é necessário afirmar o protagonismo delas no novo ciclo de desenvolvimento econômico e social brasileiro, por meio de políticas que promovam a sua autonomia econômica, a igualdade de oportunidades e de tratamento

no mundo do trabalho; o acesso aos direitos universais, especialmente a uma vida sem violências.

Formular Política para Mulheres considerando todas as áreas de gestão e as diversidades das mulheres.

Criar o Ministério de Políticas para as Mulheres.

Implementar o 3º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres aprovado na 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Mulheres de 2016.

Fortalecer a rede de proteção e combate à violência contra a mulher.

Capacitar de forma contínua os profissionais do sistema de segurança pública, do SUS, do SUAS, da Educação e as conselheiras para o fortalecimento da rede de proteção à mulher, à criança e ao adolescente.

Divulgar e fortalecer o Disque 180.

Criar e ampliar os serviços de denúncia para as mulheres indígenas, povos e comunidades tradicionais, que não possuem cobertura telefônica.

Saúde integral das mulheres:

Fortalecer as ações do Programa de Saúde Integral da Mulher, com atendimento humanizado, em todas as fases de seu ciclo de vida: no período de gestação, parto e puerpério; na saúde mental, em especial pelos altos índices de uso de medicamentos e de drogas; em relação ao HIV e a Aids, em função do aumento da epidemia entre as mulheres e a transmissão vertical, e ao câncer de mama.

Fortalecer as ações que garantam os exercícios dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Promover ações para erradicar e punir a violência obstétrica e o cumprimento efetivo da Lei 11.108/2005, com garantia do direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto.

Garantir Formação Continuada às Parteiras Tradicionais.

Fortalecer as ações que reduzam a mortalidade materna e de controle dos cânceres de colo do útero e de mama.

Garantir os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, incluindo os casos de estupro corretivo (lésbicas e bissexuais), com gravidez indesejada: realização da profilaxia de IST/Aids e abortamento legal; acesso a serviços de apoio psicológico e social, essenciais nesse momento de vulnerabilidade.

Manutenção e ampliação das equipes dos núcleos de Apoio à Saúde da Família e CAPs (Centro de Atenção Psicossocial) e os Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) com atendimento remoto em caso de necessidade e vigilância de casos de risco.

Autonomia econômica das mulheres:

Combater e enfrentar o racismo institucional e corporativo.

Garantir a criação de mecanismos de igualdade no acesso a cargos de chefia, tanto no setor público quanto no setor privado.

COMBATE AO RACISMO,
GARANTIA DE DIREITOS
E PROTEÇÃO À VIDA
DA POPULAÇÃO NEGRA

A construção de um Estado democrático antirracista no Brasil, que promova a igualdade racial e o desenvolvimento integral da população negra, é essencial para que o país seja justo e igualitário.

Propomos criar o Fundo Nacional de Combate ao Racismo como mecanismo de reparação e reconhecimento do papel histórico de negros e negras, que construíram grande parte da riqueza da sociedade brasileira e vivem cotidianamente os impactos negativos do racismo e da desigualdade. O Fundo deverá viabilizar políticas públicas efetivas para mitigar os passivos da escravidão e do racismo estrutural em nosso país e garantir o acesso a direitos plenos à comunidade negra.

Para coibir atitudes racistas é preciso que se faça a equiparação legal entre os crimes de injúria racial e os crimes de racismo.

Não é possível falar de uma proposta de transformação nacional sem garantir o cuidado com a vida da nossa juventude negra. Por isso, propomos:

Criação do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Extermínio e Encarceramento da Juventude Negra, com seções estaduais e participação paritária da sociedade civil, para monitorar, apurar e propor medidas para coibir casos de violação de direitos e do extermínio da juventude negra e outras formas correlatas de discriminação; assim como para construir uma política de desencarceramento da juventude negra.

Fortalecimento e ampliação de políticas públicas para a reinserção social e econômica de adolescentes e jovens egressos das instituições de medidas socioeducativas e/ou do sistema prisional, garantindo acesso à educação em todas as fases de cumprimento das medidas; visando, ainda, à inclusão social por meio de programas nas áreas da saúde, educação, cultura, lazer, trabalho e renda, entre outras.

Combate a qualquer projeto de redução da maioria penal e quaisquer outras propostas que propiciem a violência do Estado, assim como a militarização das escolas.

Recriação do Ministério de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

No que se refere à educação, é importante dar continuidade e aperfeiçoar as ações afirmativas na Educação Básica e no Ensino Superior.

Aprovar legislação que garanta reserva de vagas para negros, negras, indígenas e pessoas com deficiência, em programas de pós-graduação nas universidades federais.

Garantir a continuidade da Lei de Cotas para as Universidades e Escolas Técnicas Federais, que reserva 50% das matrículas a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, com o recorte favorecido para as estudantes de baixa renda, estudantes negros e indígenas;

Garantir efetivação, nas redes federal, estaduais e municipais, da legislação que introduz nos currículos escolares a história e cultura afro-brasileira e africana, a história e cultura indígena, assim como a educação escolar quilombola.

Não se pode pensar numa sociedade mais justa com a continuidade da exclusão e da desigualdade da população negra no mundo do trabalho, que apresenta uma rígida seletividade racial. Por isso, faz-se necessário:

Aprovar legislação destinada a impedir a discriminação racial no mundo do trabalho, tanto na contratação como na ascensão profissional e no acesso a cargos de direção, bem como nos salários.

Garantir a continuidade da legislação que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais.

Garantir crédito e capacitação às empresas de pequeno e médio porte de empreendedores e produtores negros.

Criar programa de formação e qualificação de jovens empreendedores negros, incluindo as especificidades das comunidades tradicionais (quilombolas e povos de terreiros) e rurais.

É imprescindível estabelecer também políticas que garantam a liberdade religiosa.

Desenvolver campanhas institucionais contra a discriminação e a violência religiosa e pela valorização da paz.

Assegurar a patrimonialização, os direitos e a extensão da isenção de taxas e impostos para os templos das religiões de matriz africana e dos povos tradicionais.

JUVENTUDE, PROTEÇÃO À VIDA
E COMBATE AO EXTERMÍNIO
DE JOVENS NEGROS E NEGRAS

No Brasil que surgirá, a juventude voltará a ser vista como agente fundamental de desenvolvimento nacional, e não como inimigo de-

clarado por um Estado policial. Ao invés da ameaça permanente, esse novo Estado concentrará seus esforços na garantia da vida e da emancipação da sua juventude, compreendendo que ela é fundamental para o futuro.

Propomos um país de direitos e oportunidades para a juventude, com políticas de educação, cultura, emprego e renda emancipatórias e transformadoras de destinos e territórios e demais eixos do Estatuto da Juventude.

Ser jovem e, especialmente, jovem negro, constitui fator de risco determinante para a sobrevivência no Brasil. O genocídio da juventude negra em curso no país, que mutila famílias inteiras e institui verdadeiras zonas de guerra nas periferias brasileiras não pode ser tolerado por aqueles comprometidos com o Estado de Direito, a democracia e a vida.

Se é verdade que a responsabilidade por esse quadro reside em grande medida no Estado policial e criminalizador da juventude negra, também é verdade que a sua reversão exige um papel ativo do Estado brasileiro.

A proteção da vida da juventude exige a garantia de direitos, em especial dos inscritos no Estatuto da Juventude, conquista da luta histórica dos movimentos de juventude no país. A consolidação de uma Política Nacional de Juventude que articule programas de concretização de direitos nos territórios, com participação popular dos movimentos de juventude na sua elaboração, execução e avaliação e com o financiamento adequado para viabilizar essa política é uma necessidade de primeira ordem.

É necessária a recuperação do Plano Juventude Viva e das políticas que mobilizem a sociedade civil e o Estado para a transformação dos territórios. Ainda, para defender a vida da juventude, é urgente a revisão da política de segurança pública nos marcos defendidos por este documento.

Destaca-se a necessidade de mudança de paradigma na relação do Estado com as drogas. A política irracional de guerra às drogas, imposta, em grande parte, por interesse dos Estados Unidos, além de ser totalmente ineficaz, funciona como ferramenta de criminalização da juventude negra e periférica e cria ciclos de violência em seus territórios. O foco das ações de combate ao tráfico ocorre no final da cadeia transnacional da droga, sem alcançar e atingir as grandes organizações narcotraficantes. Uma nova política, não discriminatória, desapegada de paradigmas estigmatizantes e não científicos, que supere os estreitos marcos da Lei de Drogas e encare o uso de substâncias psicoativas como questão de saúde pública, conecta-se diretamente com a preservação da vida de pobres, negros e jovens e com a redução da violência urbana.

A proteção da vida da juventude também passa pela garantia de uma vida digna e de empregos com direitos. Hoje, a juventude é o segmento mais afetado pelo enorme desemprego, pela crescente informalidade, no campo e na cidade, e precarização das relações de trabalho. Desde o início do governo Bolsonaro, três em cada quatro jovens que conseguiram um emprego estão na informalidade. As saídas propostas pelo governo como a “carteira verde amarela” significam uma vida de trabalho sem direitos para a juventude, fator que contribui para o desalento entre os jovens que tiveram o direito de sonhar com seu futuro nos governos do PT e que tiveram seus sonhos arrancados pelos governos da austeridade. Precisamos de uma política de empregos para a juventude com direitos e garantias.

A proteção à vida da juventude perpassa também por seu direito à saúde. Intensificar e criar programas de acompanhamento a jovens mães, a fim de auxiliar em sua gestação, no bem-estar psicossocial e de suas vidas são fundamentais. A saúde mental de nossos jovens precisa ser vista com grande atenção, materializando-se em uma política para os cuidados com sofrimentos psíquicos.

Para a juventude, o direito à vida também se relaciona diretamente com a garantia do direito à educação. É imprescindível, portanto, a retomada dos investimentos em educação conforme apontado neste documento. Aqui, destaca-se, todavia, para a juventude, a urgência da incorporação da pauta da luta estudantil pela redução substancial de mensalidades e dívidas do Fies, com a suspensão imediata das parcelas devidas durante o período da pandemia.

PROTEÇÃO À VIDA DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

A vida dos povos indígenas e das populações tradicionais nunca esteve tão ameaçada.

A proteção aos direitos e aos territórios conquistados pelos indígenas na Constituição Federal de 1988 estão sendo flexibilizados ou destruídos. Além do desmonte da Funai, das políticas públicas de meio ambiente e de proteção a essas populações, há um recrudescimento da violência e do genocídio contra essas comunidades.

A demarcação das terras indígenas está paralisada e seus marcos legais questionados pela política fundiária do governo que favorece os invasores das terras indígenas; que estão prestes a conquistar a legalização dessas práticas por meio do PL 2633/2020, em tramitação no Congresso Nacional. Além disso, os recortes de desmatamento na Amazônia têm avançado fortemente sobre as Terras Indígenas e Reservas Extrativistas.

Para conter os retrocessos e resgatar a dignidade dos nossos povos indígenas e comunidades tradicionais é necessário:

Resgatar o papel da Funai, fortalecendo-a institucionalmente, para que ela possa retomar as demarcações e a fiscalização das terras indígenas; assim como articular a provisão de políticas públicas para essas comunidades, em especial saúde e educação.

Restaurar o marco regulatório da política de meio ambiente, e reforçar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Pngati), além de exigir a revogação da Instrução Normativa 09/2020 da Funai, que possibilita a regularização de invasões dentro do território indígena.

Impedir a aprovação de legislação que viabilize a mineração em terras indígenas, o arrendamento de terras para o agronegócio e outras atividades econômicas predatórias nas terras indígenas.

Realizar o levantamento das comunidades tradicionais no Brasil, a fim de disponibilizar políticas públicas que melhorem sua qualidade de vida e gerem alternativas de renda;

Executar o recenseamento e a titulação das terras quilombolas, conforme assegura a Constituição Federal e o Decreto 4887/03.

PROMOVER A CIDADANIA LGBTQI+

Para alcançar um país mais justo e igualitário, o Brasil precisará enfrentar de forma contundente a discriminação, a violência, a criminalização e a falta de oportunidades para a comunidade LGBTQI+.

Para que o respeito e o reconhecimento das identidades de gênero e suas expressões, além da livre orientação sexual se tornem realidade, é necessária:

Criação do Sistema Nacional de Enfrentamento a LGBTQI+fo-bia, envolvendo movimentos sociais, conselhos estaduais e municipais e órgãos de segurança pública.

Garantia de espaços para acolher a população LGBTQI+ expulsa de casa pelas famílias ou vítimas de violência e discriminação.

Capacitação permanente dos profissionais de segurança sobre diversidade de gênero e sexualidade.

Induzir a produção local de material de prevenção à violência contra a população LGBTQI+.

Garantia da saúde integral da população LGBTQI+, inclusive saúde mental, com prevenção ao suicídio, sobretudo à juventude.

Promoção de campanhas específicas de prevenção às DST/Aids.

Projeto que garanta a inclusão, respeito e permanência da população LGBTQI+ nas escolas e que contenham formação continuada dos profissionais que atuem na área, desde a portaria até a sala de aula.

DIREITOS E AUTONOMIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Um novo Brasil inclusivo só é possível com políticas públicas voltadas ao pleno desenvolvimento e à autonomia das pessoas com deficiência.

Para isso, é preciso retomar o Plano Viver Sem Limites que prevê o atendimento das pessoas com deficiência desde o nascimento, a inclusão educacional, a formação de educadores, a oferta do atendimento educacional especializado e a articulação intersetorial das políticas públicas para as pessoas com deficiência, em especial o acesso às políticas de assistência social, de atenção à saúde, de habitação, de formação profissional e acesso ao emprego e promovidas ações de acessibilidade arquitetônica, urbanística, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas.

Propomos que sejam fortalecidos os investimentos em pesquisa, produção e acesso de pessoas com deficiência a tecnologias assistivas.

É preciso que se adotem medidas apropriadas para eliminar a discriminação baseada em deficiência, o capacitismo, e ampliar a fiscalização para cumprimento pelas empresas das cotas para esse grupo social, com a participação efetiva das pessoas com deficiência e observando a diversidade que as compõem.

CULTURA

A cultura é um dos elementos constitutivos da identidade nacional e da nossa própria democracia. Sem a efetivação plena da liberdade de

expressão e a valorização da dimensão simbólica com sua diversidade cultural, a coesão social e o sentimento de pertencimento à mesma nação se enfraquecem e perdem-se as condições constituintes de uma sociedade democrática.

O futuro da cultura e da arte no Brasil precisará superar o processo destrutivo que vem sendo implementado desde o golpe de 2016, com a extinção do MinC e a agonia lenta dos diversos órgãos do sistema cultural público; o abandono das políticas e programas e a tentativa de restabelecer a censura no país.

As políticas culturais devem se pautar sinteticamente por três eixos básicos de atuação e reflexão:

A responsabilidade do Estado democrático para o desenvolvimento cultural e artístico do país e para a democratização do acesso aos bens culturais e a garantia da liberdade plena de expressão e de informação.

Uma visão inovadora das relações entre política, democracia e cultura, fundamentada como um direito de todos e como uma necessidade humana.

Uma concepção atualizada das conexões entre cultura e desenvolvimento, atenta não só a sua necessária dimensão econômica, mas também aberta a outras dimensões essenciais do desenvolvimento: social, político, ambiental e a própria dimensão cultural.

A “guerra cultural” imposta pela extrema direita no poder colocou a cultura como uma questão central na agenda política nacional. A “guerra cultural” se expressa por agressões às liberdades de criação e expressão e pelo desprezo da contribuição dos povos indígenas e de origem africana para a formação da identidade cultural brasileira e pela perseguição às culturas identitárias. Em lugar da diversidade e da pluralidade, próprias da vida democrática e marca cultural mais relevante do país, a “guerra cultural” busca impor uma monocultura de valores autoritários, conservadores, fundamentalistas e moralistas.

A cultura deve ser encarada como um dos eixos centrais no processo de desenvolvimento do país. Os bens e serviços culturais têm alto

valor agregado e seu crescimento vem sendo, desde o final do século passado, maior do que a economia de bens e serviços materiais.

O programa de cultura para a transformação do Brasil deve ter o foco na retomada de políticas construídas entre 2003 e 2016, além da formulação de novos programas que possam atender às atuais demandas do setor e garantir o desenvolvimento cultural para toda a sociedade. Inscrevendo a cultura em um novo modelo de desenvolvimento que proporcione consolidação da democracia em nosso país, mais qualidade de vida para todos os brasileiros e brasileiras, mais justiça social e mais sustentabilidade para o Brasil.

Um dos desafios centrais é a consolidação do Sistema Nacional de Cultura, garantindo repasses para Estados e municípios, além da desburocratização dos mecanismos de fomento para o setor. Isso significa garantir uma fatia do orçamento público condizente com a importância do setor cultural, a fim de que o conjunto da população brasileira tenha possibilidade de garantir meios para a produção e fruição de bens culturais.

Após anos de perseguição ao setor artístico, será fundamental a articulação de um programa nacional para as artes, que garanta aos artistas, técnicos e fazedores os meios e condições de desempenharem suas atividades com liberdade e a circulação do nosso repertório artístico-cultural em todo o território e com acesso pleno de todos os brasileiros e brasileiras.

Defendemos a retomada das políticas públicas para o audiovisual, através da garantia dos recursos e dos editais do Fundo Setorial do Audiovisual e do constante aperfeiçoamento democrático de seus mecanismos.

Lutamos na defesa do patrimônio histórico e cultural, incluindo o patrimônio museal, o território e bens tombados, os povos originários e os acervos. Nossa memória está em risco, e deverá receber a atenção devida.

Reiteramos o compromisso com a Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, construindo um ciclo de políticas que respondam aos direitos culturais dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, hoje intensamente atacados.

O ambiente digital também requer políticas inovadoras de direito autoral, já que, hoje, plataformas *online* e gravadoras absorvem recursos que deveriam remunerar artistas e criadores brasileiros. É preciso fortalecer e ampliar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais *online*, através da regulamentação e atualização dos marcos legais da internet e das condições de uso da tributação e de fundos que possibilitem alguma sustentabilidade às instituições que regem estes mecanismos.

É urgente a recriação do Ministério da Cultura, instrumento essencial para a articulação de uma política cultural de grande envergadura; bem como de uma política de salvamento das instituições alvo do bolsornarismo como Iphan, Fundação Cultural Palmares, Biblioteca Nacional, Cinemateca Brasileira, Funarte e Fundação Casa de Rui Barbosa.

COMUNICAÇÃO

Sob o governo Bolsonaro, avança o cerceamento da liberdade de expressão e de imprensa. Ao menos 449 violações contra jornalistas e comunicadores foram cometidas pelo presidente, seus familiares e ministros. Neste cenário, é primordial a retomada de um quadro de respeito e garantia de segurança para o trabalho dos jornalistas. A extrema concentração, verdadeiro oligopólio, da propriedade das empresas de radiodifusão por parte de poucas famílias, a propriedade cruzada de jornais, emissoras e portais, além da fragilização dos sistemas público e estatal produzem uma profunda distorção no processo democrático brasileiro.

Este cenário é agravado pelo desmonte do sistema público de telecomunicação, especialmente a TV Brasil, que vem sendo atacada desde o golpe de 2016 e foi apropriada pelo governo autoritário de Bolsonaro. As mídias alternativas que já sobreviviam a duras penas passaram a ser alvo de estrangulamento financeiro por parte do governo e de ataques de milícias digitais a serviço do bolsonarismo, enquanto se agrava a situação já bastante precária das rádios comunitárias, diante de uma lacuna legislativa que proporciona até sua criminalização. E se os meios digitais ampliaram a diversidade disponível, elas estão sujeitas ao controle de quatro grandes plataformas digitais que dominam o setor em âmbito global, impondo sua lógica de captura de dados individuais, por meio dos quais transitam a indústria de *fake news* e o discurso de ódio.

É essencial regulamentar o acesso e a utilização dos meios eletrônicos de comunicação, conforme previsto nos artigos 220 a 224 da Constituição, que há 32 anos estão congelados no Congresso Nacional por pressão dos donos da mídia e seus aliados. Essa regulamentação não se confunde com censura, como argumentam falaciosamente seus adversários, ou restrição de liberdades. Ao contrário, é ela que abrirá caminho para a complementariedade dos sistemas privado, estatal e público, a pluralidade e diversidade de vozes, expressões regionais, culturais, regionais e sociais, estabelecendo tais princípios para a radiodifusão e incorporando os novos meios como a TV por assinatura, internet e as tecnologias digitais.

Plataformas digitais abertas (como Facebook e Twitter) falham duplamente no processo de moderação de conteúdo. De um lado, abusam da aplicação de seus termos de uso, praticando muitas vezes censura privada sobre o usuário, sem garantir sequer o devido processo. De outro lado, são negligentes com discurso de ódio e violência racial e de gênero, permitindo crimes *online* de forma recorrente. É

preciso estabelecer parâmetros públicos, transparentes e democráticos para a ação de moderação de conteúdo das plataformas e garantir o acompanhamento do cumprimento dessas obrigações.

Propomos combater a desinformação nas redes abertas e fechadas, promovendo medidas que combatam a desinformação, de forma a garantir o direito dos cidadãos e cidadãs às informações confiáveis e diversas. Essas medidas devem estar baseadas em uma concepção integral de liberdade de expressão, que inclui o acesso à informação, e equilibrar as ações com a proteção de dados pessoais, num processo que não poderá estar guiado por definição vaga de desinformação nem legitimar remoção de conteúdo ou cancelamento de contas por julgamentos privados sobre a verdade.

É necessário fortalecer a produção e distribuição de conteúdos informativos e culturais, criando linhas especiais de fomento para as mídias alternativas e populares e democratizando as regras de divisão dos recursos da publicidade oficial, com o objetivo de desconcentrar sua aplicação nos grandes conglomerados da mídia privada e fortalecer pequenas e médias empresas, além de mídias alternativas, populares e comunitárias, como forma de garantir maior pluralidade e diversidade.

Fortalecemos o debate no Congresso das proposta que visam a garantir a neutralidade das plataformas digitais e assegurar o princípio da soberania nacional sobre quaisquer atividades oferecidas no Brasil, com foco na neutralidade dessas plataformas e na privacidade dos dados. É necessário criar barreiras legais para utilização de equipamentos de infraestrutura de redes de telecomunicações que permitam monitoramento a distância pelo seu fornecedor (*backdoor*), sem prévia autorização da empresa operadora.

Propomos institucionalizar e fortalecer o Comitê Gestor da Internet no Brasil. É fundamental resgatar essa experiência de entidade multissetorial, encarregada de formular e fazer cumprir as políticas brasileiras para a internet.

Queremos defender e promover a proteção dos dados pessoais por meio da criteriosa implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), aprovada em 2018, para que entre em vigor e garanta a proteção de cidadãos e cidadãs quanto ao abuso na coleta e tratamento dos dados pessoais, tanto por entes privados como por entes estatais, atualizando permanentemente tanto a LGPD quanto no Marco Civil da Internet.

Somos pela promoção de políticas de EduComunicação, estabelecendo políticas de educação sobre a mídia, formal e informal, nos sistemas educacionais de ensino (público e privado), como forma de ampliar a capacidade dos cidadãos e cidadãs terem uma leitura crítica dos formatos e conteúdos distribuídos, e poderem combater a desinformação, a intolerância e o ódio.

Universalização da Banda Larga: extensão do serviço de banda larga de qualidade para todos. Ampliação da competição do serviço de internet fixa e de celular. Usar infraestrutura de fibras óticas e satélite da Telebrás para ofertar banda larga a pequenos provedores, principalmente em pequenos municípios e na área rural. Garantir conexão de alta velocidade nas escolas e espaços públicos.

Fortalecimento da Comunicação Pública: retomar o projeto de construção e ampliação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), corrigindo e superando as limitações e deficiências na sua criação, separando os serviços de comunicação estatal dos da comunicação pública. Recuperar seu caráter público, recriando seu Conselho Curador, o mandato fixo de seu diretor-presidente, e reforçando sua autonomia editorial. Garantir a utilização irrestrita da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. Reconstruir as Redes Nacionais Públicas de TV e de Rádio. Ampliar a oferta dos canais públicos, permitindo que este serviço alcance todo o país.

Resgate da Lei do Acesso à Informação: retomar e ampliar a implementação da Lei do Acesso à Informação, envolvendo Estados e

municípios, e desenvolvendo campanhas educativas e informativas para educar cidadãos e cidadãs sobre seus direitos no âmbito da informação pública. Criar plataformas públicas para as três esferas de governo (União, Estados e municípios), a fim de suportar uma política de total transparência destas administrações (acesso às informações da gestão pública em dados abertos). Estas plataformas devem permitir e incentivar a participação social na tomada de decisões do Poder Público de forma a atendermos ao conceito de Governo Aberto, conforme recomendação da ONU. Para que a possibilidade de participação seja democrática, nós devemos implementar uma política de inclusão digital universal.

Fortalecimento da Comunicação Alternativa e Comunitária: novo marco regulatório para as rádios comunitárias, que garanta condições equânimes aos demais sistemas de radiodifusão. Anistiar todos os comunicadores e comunicadoras comunitários que sofreram processos e criminalização indevida. Promover mídias comunitárias, de favelas, populares, de povos tradicionais, indígenas e quilombolas. Implementação do Canal da Cidadania na TV Digital.

Construção do Plano Nacional de Telecomunicações: elaborar um verdadeiro Plano Nacional de Telecomunicações, traçando metas e critérios de ampliação das redes de radiodifusão. Utilização do satélite da Telebrás, prioritariamente, para ampliação de serviços públicos. Preparar o país para o cenário do 5G e rejeitar qualquer pressão externa para acesso a essa nova tecnologia, que deve se assentar em parcerias tecnológicas que respeitem integralmente os interesses soberanos do Brasil.

Promoção da diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual nos meios de comunicação: campanhas institucionais do governo federal, em parceria com as entidades da sociedade civil, com foco no combate ao racismo, ao machismo, à LGBTQI+fobia, à intolerância religiosa e a outras formas de preconceito.

ESPORTES PARA UMA VIDA SAUDÁVEL

O esporte no Brasil pode ser uma dupla alavanca: política de Estado estruturante na perspectiva educacional, de inclusão social e desenvolvimento de talentos; e uma potente âncora econômica com capacidade de gerar riquezas e empregos.

O esporte é capaz de fomentar um potencial econômico ainda adormecido no Brasil. É fundamental inseri-lo na agenda das políticas públicas de Estado para a retomada de um projeto de desenvolvimento nacional.

Quando pensamos em uma política pública para o esporte, é necessário, por fatores históricos e de formação da identidade do nosso povo, dar destaque ao futebol. É preciso um projeto de fomento que induza a modernização da gestão e a melhoria desse produto de tão grande potencial, que hoje gera mais de 350 mil empregos no país e que poderia gerar mais de dois milhões, em uma movimentação financeira de mais de 50 bilhões de reais por ano. Para tanto, propomos:

Criação da Universidade do Esporte e do Futebol: para formação de profissionais voltados para essa cadeia produtiva e de estímulo à pesquisa para a área.

Programa de Modernização da Gestão do Futebol: investimentos em modernização da gestão dos clubes, combatendo o endividamento e adotando medidas de transparência. Tirar do papel o Profut, lançado durante o governo Dilma, fortalecendo e dando relevância para a Autoridade Pública de Governança do Futebol (Apfut).

Construção de um calendário anual e unificado para o futebol: estímulo do governo federal para a construção de um calendário nacional que contemple os campeonatos estaduais, copas nacionais e regionais, expandindo o Campeonato Brasileiro para fomentar o futebol em todo país. Isso viabilizaria o nosso produto internacionalmente para geração de novas receitas na venda para mídia internacional das

nossas competições e construiria as condições para a profissionalização da modalidade em todo o território brasileiro.

Propomos a criação do Sistema Único de Esportes no Brasil, evoluindo: novo pacto federativo, que envolva União, Estados e municípios, capaz de organizar a estrutura esportiva, otimizar recursos e definir a atribuição de cada ente na construção de uma política de Estado para o esporte no país. Nesse novo sistema integrado de gestão e financiamento, seria possível fomentar o esporte de base – inclusivo e educativo – e identificar atletas para as modalidades olímpicas e paraolímpicas.

AS NOVAS CIDADES DO SÉCULO XXI

A alteração do modelo de desenvolvimento urbano do país, em direção a cidades seguras, justas, equitativas, resilientes, sustentáveis, plurais e agradáveis de se viver requer mudança nos paradigmas que orientaram a estruturação das cidades brasileiras no século XX, baseados em um modelo de desenvolvimento que não respeitou o meio ambiente, priorizou a mobilidade motorizada individual, gerou segregação e exclusão socioterritorial, estimulou a especulação imobiliária, provocou uma expansão desmedida da zona urbana em detrimento da zona rural e priorizou os investimentos nas áreas já privilegiadas da cidade, entre outros aspectos.

A transição para um novo modelo de cidade requer inovações nas políticas urbanas que priorizem a sustentabilidade ambiental e a transição ecológica, a reforma urbana e o combate às desigualdades, sem desconsiderar os aspectos econômicos e a geração de emprego.

Por cidades mais sustentáveis:

Estimular uma estruturação urbana mais equilibrada para aproximar a moradia dos serviços e dos locais de trabalho e reduzir a neces-

sidade de deslocamentos motorizados cotidianos, especialmente nas grandes cidades.

Promover a ocupação de áreas vazias e subutilizadas, condicionando a expansão da zona urbana à efetiva necessidade de novas áreas, ao interesse social e à implantação prévia de infraestrutura, preservando as áreas rurais periurbanas para a produção agrícola.

Valorizar o uso do espaço público, combatendo sua apropriação privada e a criação de áreas segregadas e muradas em empreendimentos públicos e de mercado.

Considerar os aspectos de sustentabilidade e as tecnologias ambientais inovadoras nos projetos habitacionais, como ampliação das áreas permeáveis, o reuso de água, a eficiência energética e a energia solar, o tratamento primário de resíduos e esgoto etc.

Ampliar as áreas públicas verdes, as APP urbanas e as áreas de proteção ambiental e cultural, assim como aumentar a permeabilidade urbana.

Regulamentar o pagamento de serviços ambientais.

Garantir a segurança hídrica, a proteção e recuperação das nascentes e mananciais e a despoluição dos cursos d'água e rios.

Implementar a Lei Nacional de Resíduos Sólidos, adotando os princípios dos 4R (reusar, reduzir, reutilizar e reciclar), do “lixo zero” e do gerador/pagador.

Promover a ampliação da reciclagem e compostagem; a universalização dos aterros sanitários (lixões zero); o estímulo à criação de consórcios intermunicipais para a gestão de resíduos; acordos setoriais de logística reversa e a incorporação das cooperativas de catadores e as empresas de reciclagem do sistema de limpeza urbana.

Promover campanhas de educação ambiental voltadas para mudar hábitos, comportamentos e a cultura urbana em direção a uma visão que valoriza a vida e o meio ambiente.

Reforma Urbana para uma cidade mais justa:

Estimular os municípios a adotarem uma política fundiária que implemente os instrumentos de Reforma Urbana previstos no Estatuto da Cidade, para combater a especulação imobiliária, reservar terra bem localizada para Habitação de Interesse Social (HIS) e, se pertinente, obter contrapartidas do processo imobiliário para reduzir as desigualdades urbanas.

Mobilizar o patrimônio imobiliário público de todos os entes federativos e empresas públicas para criar um banco de terra destinado à produção de HIS e à ampliação do espaço público, combatendo a privatização generalizada das terras públicas.

Estabelecer condicionantes nos programas habitacionais que estimulem os municípios a adotarem instrumentos da Reforma Urbana.

Estimular a produção e a reabilitação de HIS em áreas consolidadas definindo limites diferenciados do valor do financiamento e de subsídio, de acordo com a localização.

Incentivar a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) e iniciativas municipais para ampliar a produção de HIS em áreas bem localizadas e/ou ociosas ou subutilizadas.

Uma cidade menos desigual e segregada no acesso à habitação, ao saneamento e à mobilidade:

Ampliar o MCMV de modo a estabelecer um leque de modalidades de produção de novas unidades, capaz de atender à diversidade de situações urbanas e regionais existentes no país, incluindo: promoção pública, privada e autogestionária; lotes urbanizados com material de construção e assessoria técnica; reforma de edifícios para HIS em áreas consolidadas e locação social.

Preparar as condições fundiárias e projetuais para atingir a meta anual de contratação de quinhentas mil soluções habitacionais novas do MCMV, considerando todas as modalidades, garantindo a destinação de, no mínimo, 50% para a população de baixa renda.

Promover projetos de HIS com diversidade de renda, espaços públicos, serviços, equipamentos sociais, acessibilidade ao emprego, uso misto e diversidade arquitetônicas.

Promover projetos e planos de regularização e urbanização de favelas e assentamentos precários, que garantam a recuperação urbana e ambiental e o desadensamento populacional, por meio de reassentamentos e intervenções de provisão de infraestrutura, reordenamento urbano, abertura e melhoria de sistema viário, implantação de equipamentos públicos, resolução das situações de risco e produção e requalificação de moradias.

Universalizar o saneamento básico (água, esgoto, drenagem e resíduos), sob controle público.

Garantir o direito à mobilidade, criando política de subsídio para a população de baixa renda não atendida pelo vale transporte e bilhete único para a utilização de diferentes modais nos deslocamentos intrametropolitanos.

Priorizar o transporte coletivo nos investimentos em mobilidade:

Rever os contratos com as concessionárias do sistema de ônibus visando combater os cartéis e readequando as margens de lucro, considerando as realidades locais e regionais.

Por uma cidade inovadora que beneficie os cidadãos, os trabalhadores e o meio ambiente:

Utilizar os novos recursos tecnológicos, como aplicativos e sensores, em todas as áreas de políticas urbanas, para melhorar os serviços, reduzir os custos e ampliar a sustentabilidade, respeitados os direitos dos trabalhadores.

Estimular o compartilhamento de veículos através de aplicativos.

Implantar lâmpadas de *led* com centrais de operação capazes de gerir o sistema.

Utilizar sensores para controlar semáforos inteligentes, otimizar o uso da água, controlar o descarte de resíduos e prever a necessidade de limpeza de lixeiras e outras inovações que melhorem os serviços públicos.

Governança cooperativa:

É necessário ampliar e fortalecer os mecanismos de articulação e cooperação interfederativas como os consórcios públicos, a exemplo do Consórcio do Nordeste, que tem se demonstrado um instrumento potente para efetivar a cooperação entre municípios, entre municípios e Estado(s) ou entre estes e a União, para a prestação de serviços públicos, para compras coletivas ou ainda para a elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento econômico e territorial.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A NOVA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

Para que a reconstrução e transformação do Brasil atendam às necessidades de trabalho, renda e bem-estar da maioria da população e revertam o colapso climático e ambiental em curso, são urgentes medidas que freiem as dinâmicas de desenvolvimento predatórias, por um lado, e por outro promovam alternativas compatíveis e realizadoras dos objetivos da transição para uma nova sociedade, especialmente voltada para a sustentabilidade. Mais do que isso: entendemos o desenvolvimento sustentável como um imperativo para o próprio desenvolvimento econômico.

É vital apontar um caminho de Transição Justa para os trabalhadores, em que, nos processos de mudança de uma economia de alto

índice de emissão de carbono e outros poluentes para uma economia chamada de “baixo carbono”, haja preocupação precípua de: proteger os empregos existentes e gerar novos empregos através de políticas de qualificação e requalificação dos trabalhadores envolvidos em cadeias produtivas, por exemplo, as indústrias de alta emissão; e garantir a manutenção e ampliação dos direitos fundamentais do Trabalho, o diálogo social, a proteção social, a saúde e segurança dos trabalhadores e outros, plasmados nas convenções fundamentais da OIT e em outros instrumentos nacionais e internacionais, que conformam o arcabouço jurídico de proteção ao trabalhador no mundo. Também deve ser incorporada a dimensão trabalhista aos planos e programas de mitigação, adaptação e meios de implementação que derivarão do Acordo de Paris.

De caráter estruturante e estratégico, a transição ecológica deve permear e orientar todas as políticas setoriais, induzindo transformações no atual padrão de produção e consumo, na base técnica da sociedade e nos arranjos institucionais de propriedade que assegurem a apropriação justa e coletiva da riqueza gerada. Trata-se de um processo profundo e sistêmico já iniciado em vários setores da economia, mais ainda sob forte hegemonia dos interesses privados do capital.

No entanto, são necessárias medidas também para mudar, no longo prazo, a economia, o processo produtivo, o uso de energia, as relações com a natureza, o provimento de bens essenciais e a criação de uma sociedade mais harmoniosa com o planeta e com menos desigualdades.

Um plano de reconstrução e transformação do Brasil deve vislumbrar os espaços rurais com toda a sua diversidade e complexidade, como alternativa real de combate estrutural à pobreza e à miséria nas áreas rurais e urbanas, e como via rápida para a redinamização da economia brasileira.

CAMPO MAIS SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

A agricultura brasileira precisa ser repensada dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável. Experiências mundo afora mostram que isto não só é possível como é necessário, e que pode ainda ampliar nossa produção gerando segurança alimentar para os brasileiros e para consumidores dos nossos produtos em outros países.

Para impulsionar um novo padrão de desenvolvimento da agricultura, em especial para a agricultura familiar, vamos incentivar o cooperativismo e a economia circular, privilegiando o uso de insumos locais e buscando reduzir gradativamente o uso e a dependência de insumos externos.

Buscaremos o aumento da produção e da produtividade, com respeito ao meio ambiente e ao trabalho decente, recuperando áreas degradadas e zerando novos desmatamentos, em especial na Região Amazônica.

A Embrapa deve ser fortalecida e reformulada, com investimentos em P&D, desenvolvimento comercial dos recursos da biodiversidade, parcerias com comunidades indígenas e tradicionais e novas linhas e prioridades de pesquisa que dialoguem com o desenvolvimento sustentável e agroecológico.

POLÍTICA E REFORMA AGRÁRIA

A retomada e ampliação da reforma agrária, com o assentamento de famílias acampadas e de trabalhadores sem-terra desempregados, o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, a garantia do direito ao território para os povos e populações tradicionais, quilombolas e indígenas, são medidas essenciais para a retomada do crescimento econômico ambientalmente sustentável. Constitui ação estratégica para a geração de ocupações e renda, com diminuição das

desigualdades, e para garantir a produção e fornecimento de alimentos saudáveis por preços justos à população das cidades.

Para além da busca de redução das assimetrias na posse e uso da terra, a reforma agrária deve assumir papel relevante para a orientação do zoneamento agrohidroecológico do espaço rural e da fixação de territórios da segurança alimentar.

São propostas as seguintes medidas: implementar um programa imediato de assentamento de todas famílias de trabalhadores rurais que estão vivendo em situação de acampamento, utilizando-se de todos os instrumentos legais disponíveis, como a destinação de terras públicas, a desapropriação por descumprimento da função social, a compra de terras e a adjudicação de imóveis de grandes devedores da União, atuando de imediato para evitar o despejo de famílias acampadas.

Retomar os programas expansivos de assentamentos que estavam em curso até 2014 e que praticamente ficaram fora das ações do governo federal a partir de então, destacando-se que nos últimos quatro anos (2016-2019) foram assentadas menos de dez mil famílias.

Retomar o pagamento do crédito instalação aos assentados da reforma agrária ao nível pré-crise em todas as modalidades, fomentando a produção de alimentos e financiando a construção de moradias.

É preciso reequipar os órgãos técnicos responsáveis por esses programas que foram sucateados nos últimos anos.

Garantir o acesso à terra e território, respeitando as afetações determinadas pela Constituição de 1988, é condição imprescindível para o restabelecimento da democracia e a retomada do desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, com a interrupção da tendência de aumento das desigualdades, e o cumprimento da função social da propriedade rural.

Nesse sentido, e em caráter emergencial, o PT propõe adotar as seguintes medidas de enfrentamento e superação da crise vivenciada no Brasil:

Cessar qualquer forma de ameaça e apropriação irregular das terras públicas federais e estaduais (grilagem), inclusive nas unidades de conservação e terras indígenas, que são uma das principais causas do desmatamento, da violência e da pobreza no campo.

Promover a regularização fundiária das pequenas e médias ocupações de terras da União;

Implementar uma agenda de fiscalização tributária para o ITR com foco nos imóveis acima de 2.500 hectares, combatendo a sonegação e aumentando a arrecadação.

O Imposto Territorial Rural deve ser reformado e transformado em tributo regulatório de caráter progressivo no tempo. O novo ITR virá acompanhado de novos mecanismos voltados para os usos da terra para desestimular o processo especulativo, as práticas predatórias ao meio ambiente e a aquisição de terras por estrangeiros.

Concluir os processos de demarcação e desintrusão dos territórios indígenas instaurados na Funai e os processos de regularização dos territórios quilombolas existentes no Incra, com a desapropriação e entrega dos títulos às comunidades.

Restabelecer o Programa Nacional de Habitação Rural para a agricultura familiar, povos e populações tradicionais.

Restabelecer o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), executado em parceria com as universidades e institutos federais, assegurando a continuidade e formação das turmas já iniciadas e a abertura de novas.

Observância do Protocolo de Consulta Prévia dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

Em relação à pequena produção agrícola, de imediato, devem ser incluídos nas políticas agrícolas os mais de dois milhões de agricultores

familiares atualmente excluídos, e proceder à ampla revisão dessas políticas com vistas à transição agroecológica.

Em termos de estrutura fundiária, esse é o segmento majoritário no país. Portanto, torna-se necessária uma política de continuidade do processo de inclusão produtiva e social desse segmento, que teve guarida no Pronaf. Para tanto, são necessárias as seguintes medidas:

Retomar a formulação dos Planos Safra da Agricultura Familiar, destinando recursos de forma separada, visando manter o atendimento dos mais de dois milhões de agricultores familiares que anualmente recorrem aos mecanismos de crédito do Programa, tanto na modalidade de custeio como de investimento.

Ampliar a rubrica destinada ao microcrédito visando atender a uma parcela expressiva desse segmento de agricultores que não consegue acessar outras formas de financiamento, mas que precisa de apoio para manutenção de suas atividades.

Reativar e fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destinando a ele parcelas de recursos que viabilizem a comercialização de parte da produção oriunda da agricultura familiar.

Reativar os programas de assistência técnica e agroindustrialização da produção por meio de crédito especial do Pronaf e do Fundo Social do BNDES às cooperativas e associações da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais.

Retomar a prioridade ao Programa de Cisternas, na modalidade do projeto uma terra e duas águas, com o orçamento adequado.

Em relação à juventude rural, é necessário ampliar as escolas rurais e implementar projetos-pedagógicos que assegurem uma educação contextualizada.

Recriar o Plano Safra da agricultura familiar orientado para viabilizar a transição agroecológica.

É preciso estabelecer condições de encargos, prazos e outros estímulos no crédito rural para a produção orgânica e agroecológica de ali-

mentos básicos. A agricultura familiar deve contar com mais políticas e um sistema vigoroso de crédito para os produtores.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Além de sujeita a riscos permanentes no abastecimento alimentar, hoje concretizados na carestia e no criminoso desabastecimento de produtos básicos, como o arroz, a população brasileira está exposta ao consumo de alimentos (incluindo a água) com elevados níveis de resíduos de agrotóxicos e contaminantes. Não obstante, para as populações de baixa renda, restam poucas alternativas de consumo alimentar além dos produtos ultraprocessados, e assim ampliando a predisposição dessa população a doenças crônicas, como a obesidade e câncer. Nesse contexto as políticas públicas para a agricultura familiar devem ser fortalecidas e os estoques públicos devem ser recompostos.

Ante esse quadro, impõe-se a necessidade de repensar o padrão de produção e consumo e a matriz produtiva nacional com vistas a oferecer alimentação saudável para a população, obtida com parâmetros de sustentabilidade, de respeito aos territórios, e de simetria na posse e uso da terra. Nessa direção, propomos:

Criação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA) para o país, em articulação com a retomada e fortalecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo).

No âmbito da PNAA, ampliar as compras institucionais, incluindo outros mecanismos nos quais o Estado não adquire a alimentação, restabelecendo os estoques públicos de forma articulada com Estados e municípios de forma a promover um sistema nacional de abastecimento popular.

Priorizar a articulação em rede, de forma a promover o fortalecimento dos circuitos curtos de abastecimento (feiras livres, PAA e

PNAE); o aumento da escala das experiências agroecológicas; e a ampliação da participação das organizações e redes vinculadas à agricultura familiar e camponesa no abastecimento das famílias que vivem nas periferias das cidades.

De forma complementar, é importante estimular o estabelecimento de experiências de agricultura urbana de base agroecológica.

Assegurar ações específicas para as mulheres agricultoras, indígenas e de povos e comunidades tradicionais.

Fortalecer os circuitos locais de comercialização e promover a (re) territorialização dos sistemas agroalimentares por meio do fortalecimento das redes de agroecologia.

Promover reformulação no sistema de vigilância sanitária, de forma a valorizar a produção artesanal e de pequena escala, descriminalizando essa produção.

Implantar o Programa Nacional para a Redução do Uso de Agrotóxicos (PNaRA), com financiamento e incentivos para a produção e a pesquisa de bioinsumos para a agricultura, bem como criar um programa para que as bases industriais nacionais avancem no sentido de substituir as importações de matérias-primas de fertilizantes químicos.

É preciso, também, implementar equipamentos públicos de abastecimento alimentar.

AGRONEGÓCIO

A agricultura é vital para nosso país. Ela é decisiva não somente para a nossa segurança alimentar, mas também para a economia brasileira. Na atualidade, trata-se do único grande setor econômico no qual temos alta competitividade mundial, o que nos assegura avultados superávits comerciais, que permitem acumular reservas expressivas e superar a antiga vulnerabilidade externa da nossa economia.

O Brasil já é a segunda maior potência agrícola mundial, ficando atrás somente dos EUA.

Projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apontam que o Brasil assumirá a liderança absoluta das exportações mundiais do setor agrícola já em 2024, consolidando, dessa maneira, os avanços que o setor registrou no país nos últimos anos.

Estudos feitos pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos mostram que o Brasil é um dos países em que a produtividade de mais cresce. De 2006 a 2010, o rendimento da agropecuária aumentou 4,28% ao ano no Brasil, seguido pela China (3,25%), Chile (3,08%), Japão (2,86%), Argentina (2,7%), Indonésia (2,62%), Estados Unidos (1,93%) e México (1,46%). Portanto, somos campeões internacionais em produtividade agrícola.

O crescimento dos rendimentos físicos da agropecuária brasileira é fruto, em grande parte, de um esforço de décadas de investimentos públicos em novas técnicas agrícolas e de desenvolvimento de cultivos adaptados aos nossos ecossistemas. Porém, esse processo refletiu, também, as incursões das grandes explorações nas áreas de fronteira agrícola. Com custos fundiários e socioambientais que não podem ser ignorados, os ganhos de rendimento têm sido possíveis mediante aplicações intensivas de fertilizantes químicos e agrotóxicos em solos que respondem produtivamente em que pese se tratar de solos pobres que no médio prazo tendem a ampliar a área gigantesca de terras degradadas no Brasil, estimada em 40 milhões hectares.

A Embrapa teve papel fundamental na trajetória expansiva da agropecuária brasileira. Todavia, impõem-se uma ampla revisão do papel atual dessa empresa pública.

De todo modo, a Embrapa é hoje referência mundial em pesquisa e tecnologia agrícolas, notadamente em agricultura tropical. Assim como a Petrobras é líder mundial em tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, a Embrapa é líder internacional em agricultura tropical.

Queremos uma agricultura comprometida com a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social. Sem isso, não teremos competitividade no mercado mundial. Ademais, consideramos imprescindível agregar valor à produção agrícola, com a constituição de uma agroindústria de primeira linha, de grande competitividade mundial.

Para tanto, desejamos manter e aprofundar os investimentos na agricultura e preservar a Embrapa e outras empresas de apoio tecnológico aos produtores.

Propomos mudanças na Lei Kandir para incentivar a agregação de valor internamente aos produtos exportados, e para fazer cessar automaticamente tais incentivos para os alimentos cujos estoques internos estejam muito ameaçados.

Revisão das desonerações para os produtos agrotóxicos e fertilizantes químicos, redirecionando os recursos para o incentivo tributário a empreendedores nacionais privados, e para investimentos públicos em pesquisas sobre os bioinsumos.

Reformulação da Embrapa para qualificá-la ao suporte da soberania alimentar do Brasil; fortalecer investimentos em P&D nas áreas da fronteira tecnológica; o desenvolvimento comercial dos recursos da biodiversidade em parceria com as comunidades indígenas e tradicionais, em geral; o desenvolvimento de variedades melhoradas, com tolerância ao calor, à seca e outros estresses abióticos; manejo integrado da fertilidade dos solos; desenvolvimento e otimização produtiva de sistemas agrícolas sustentáveis; dar prioridade às pesquisas de sistemas agroecológicos para a produção de alimentos básicos pela agricultura familiar e camponesa; e intensificar as pesquisas em MIP.

Estabelecimento de condições de encargos, prazos e outros estímulos no crédito rural para a produção orgânica e agroecológica de alimentos básicos.

Vinculação dos instrumentos de política agrícola à efetivação do zoneamento agrohidroecológico.

Constituição de uma agroindústria bem mais robusta, capaz de competir em nível mundial, de forma a agregar valor à produção, aumentar nossos superávits e estimular a nova industrialização do país.

Moratória total de 3 anos no desmatamento na Amazônia, tendo como meta estratégica o desmatamento zero, com incentivos creditícios e fiscais para a ocupação das pastagens degradadas por sistemas agroflorestais referendados pelos órgãos do sistema nacional de pesquisa agropecuária.

Ampla reformulação da política de incentivos fiscais para a Amazônia, no caso da agropecuária, para estimular, entre outras práticas sustentáveis, a expansão dos sistemas agroflorestais, com a ampliação dos incentivos para esses empreendimentos quando localizados nos municípios com IDH baixo.

Fomento da industrialização e do cooperativismo do setor, via crédito e política fiscal.

Manutenção da natureza extrafiscal e o caráter híbrido do ITR (legislação federal, cobrança municípios) com ajustes na legislação para que o tributo seja, de fato, progressivo com relação à área do imóvel e regressivo no Grau de Utilização, admitindo-se a isenção do ITR para os imóveis que cumpram plenamente os graus e critérios fixados pela Constituição para a função social da propriedade.

Estabelecimento da obrigatoriedade do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) nas políticas de fomento produtivo.

Fortalecimento da Anater para liderar a estratégia nacional de qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural em agroecologia e agricultura orgânica.

Em suma, a produção e a exportação agropecuária são importantes para a economia real brasileira. A agricultura do futuro (pequena, média e grande) deve ser ambientalmente sustentável e socialmente responsável. O grande agronegócio deve ser objeto de regulação para mitigar danos socioambientais, impedir o avanço do

desmatamento, preservar biomas como o da Amazônia e o do Cerrado, assegurar o ordenamento da expansão territorial da agricultura de escala, corrigir as permissividades normativas, impedir excessos das subvenções públicas e subordinar sua dinâmica aos interesses da soberania alimentar do país. O crédito rural precisa sofrer mudanças. Além de não financiar práticas produtivas ofensivas ao meio ambiente e aos direitos trabalhistas, deve valorizar as boas práticas ambientais na agricultura. Um novo marco legal do Plano Safra deve conter diretrizes para que o financiamento esteja voltado para a agricultura de baixo carbono. Além disso, por meio de políticas fiscais, serão estimuladas as exportações de produtos de maior valor agregado para reduzir a primarização da pauta exportadora.

A DEFESA DOS TERRITÓRIOS E BENS COMUNS

A antipolítica ambiental do governo Bolsonaro tem sido devastadora das conquistas ambientais do país, porém incide de forma mais perversa sobre os territórios e os bens comuns dos povos indígenas, dos quilombolas, das populações tradicionais, dos camponeses assentados da Reforma Agrária e das Unidades de Conservação.

A degradação ambiental é outra realidade que ameaça o bem viver desses povos, e a destruição das florestas, dos rios, da biodiversidade segue acelerada na Amazônia.

Em relação aos povos tradicionais, é indispensável a tomada de ações imediatas em defesa dos direitos das populações indígenas, quilombolas, extrativistas e comunidades tradicionais, em geral, além de políticas efetivas para as mulheres trabalhadoras rurais.

É preciso estimular a restauração dos ecossistemas, como medida para proteção da biodiversidade, enfrentamento das mudanças climáticas e garantindo o bem estar das populações tradicionais e indígenas.

Por deficiência de fiscalização e controle, e mais recentemente pelo discurso permissivo do governo Bolsonaro, os grupos que defendem a caça conseguiram flexibilizar a legislação de porte de armas e as regras para a caça esportiva. Essas brechas servem de pretexto e encobrem a caça da fauna silvestre, sendo mais um vetor de pressão sobre espécies ameaçadas de extinção. Propomos a reversão de todas as regras flexibilizadas pelo governo Bolsonaro.

Para a viabilização da restauração, o poder público deve atuar na desapropriação de áreas particulares de vegetação nativa para o estabelecimento de novas unidades de conservação, estimular a reconversão de áreas agrícolas em ecossistemas nativos para obtenção de benefícios comerciais e consolidar o Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (SNUC).

No médio prazo, devemos defender e apoiar as formas associativas, cooperadas e coletivas de autogestão dos territórios e bens comuns, como via alternativa para outras economias emancipadas do poder do Estado e da subordinação à lógica do mercado. Para tal, o PT irá propor no parlamento medidas que ampliem o marco legal de proteção dos territórios e bens comuns, assegurando sobre eles direitos coletivos de gestão, posse e usufruto.

A área oceânica ampliada do país, um bem comum, têm uma abundante biodiversidade e realiza inúmeros serviços ecossistêmicos essenciais ao Brasil e ao mundo, que faz desse bioma uma nova fronteira para o desenvolvimento do país. Por essa razão, o PT irá se empenhar para aprovar o PL 6969/2013, que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar).

POLÍTICAS PARA A ÁGUA

A segurança hídrica deve integrar procedimentos de qualidade, uso racional, gestão democrática, obras de infraestrutura sustentáveis,

soluções baseadas na natureza e o reconhecimento científico das alterações do ciclo hidrológico provocadas pelo aquecimento global, onde a circulação atmosférica global tem nos oceanos e nas florestas dois componentes importantes.

A política para as águas deve atender as seguintes diretrizes:

Reconhecimento do direito universal do acesso à água e saneamento.

Medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas devem ser estratégicas e baseadas na gestão da água e do solo, considerando o viés territorial, com instrumentos de manejo de soluções integrais, que influenciam a dinâmica territorial e a mobilidade demográfica.

A fixação das populações urbanas e rurais nas áreas de influência do fenômeno climático recorrente de estiagem deverá considerar a sua vocação e capacidade de suporte. Portanto, a implantação da Política Nacional de Ordenamento Territorial é fundamental.

É preciso retomar o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, construído de forma participativa e transversal e propondo medidas adequadas ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca em seu território.

O ambiente natural deve ser reconhecido como usuário legítimo de água.

Interligação de bacias hidrográficas devem ser evitadas e as existentes ter gestão estratégica, garantindo os direitos das bacias doadoras.

A gestão dos recursos hídricos deve ter abordagem urbana e rural integrada; integração do planejamento urbano com os planos de recursos hídricos.

Gestão diferenciada para rios intermitentes e efêmeros no Semiárido e proteção de recursos hídricos especiais.

A restauração de ecossistemas (terrestres e aquáticos/marinhos) favorece o fornecimento de serviços ambientais essenciais para ga-

rantir a alimentação das populações humanas, o fornecimento de água, a manutenção e a proteção da biodiversidade ali existente. Do ponto de vista social e econômico, é fundamental para conter riscos de inundações, gerar renda para populações humanas e minimizar os efeitos climáticos.

A gestão dos recursos hídricos deve dar especial atenção às bacias transfronteiriças, promovendo-se iniciativas de cooperação internacional e de coordenação com países vizinhos.

Fortalecimento técnico e político dos órgãos colegiados de gestão de recursos hídricos, como os comitês de bacia hidrográfica e efetiva interlocução e articulação com organizações da sociedade civil.

POLÍTICAS PARA O SANEAMENTO

A Lei 14.026/2020, recentemente aprovada e que está em processo de apreciação de vetos, desarticula o marco regulatório vigente, escancara o saneamento ambiental, hoje um serviço público, ao mercado internacional e ao capital especulativo.

Cria mecanismos de inviabilização das empresas estaduais, através de restrições aos contratos de programa entre municípios, detentores da titularidade constitucional, além de produzir um emaranhado legal, dezenas de inconstitucionalidades, que levará à judicialização e riscos contratuais por anos.

O modelo privatizante da nova lei está fadado a produzir a elevação contínua das tarifas que penalizará a classe média urbana e, especialmente, as camadas mais pobres da população. Sem falar da porta aberta à privatização da produção de água bruta.

A nova lei já nasce obsoleta ao não introduzir instrumentos econômicos e regulatórios no enfrentamento de crises sanitárias, sejam surtos ou epidemias; ao não orientar sobre investimentos em segurança hídrica, ignorando as crises por escassez de água; entre muitas outras omissões.

É preciso oferecer à sociedade informações adequadas sobre estas consequências, contribuindo para uma reação democrática dos setores progressistas de nosso país a mais esse ataque privatista dos bens comuns do povo, o que inclui a revogação do novo marco regulatório do saneamento básico.

Deve-se constituir uma governança territorial democrática, que mobilize a capacidade de construção do desenvolvimento regional sustentável.

AMAZÔNIA, BEM COMUM BRASILEIRO

A Amazônia é um patrimônio brasileiro e a combinação danosa de desmatamento e aquecimento global colocam em risco esse bioma, ameaçando a floresta de se transformar em uma savana degradada. Se esse cenário permanecer, nos aproximamos de um ponto de não retorno muito rapidamente. Esse desequilíbrio ecológico, ao destruir o ecossistema e retirar violentamente plantas e animais de seus lugares, faz com que alguns deles se aproximem dos seres humanos trazendo microrganismos, vírus, bactérias e protozoários que podem desencadear novas pandemias. Além disso, o regime de chuvas e temperaturas pode ser alterado nas demais regiões do país e do planeta, aprofundando períodos de seca e outras instabilidades climáticas.

A Amazônia é palco de intensa disputa geopolítica na qual o subalterno governo brasileiro cria uma falsa polarização de soberania nacional contra as questões climáticas. Ao mesmo tempo em que estimula o desmatamento e a entrada de interesses internacionais na área, encobre sua real política de escancarar as fronteiras da maior floresta tropical do mundo à expansão da fronteira agrícola, do extrativismo predatório e de alinhamento subordinado aos Estados Unidos.

Há de se destacar a Região Amazônica, pela complexidade e especificidade desse território, como bioma, como patrimônio da sociobio-

diversidade, como fator de soberania nacional e como lugar atual da intensa devastação promovida pelo governo Bolsonaro, que destrói os marcos de proteção legal dos povos da região e do seu meio ambiente.

Graças ao modo de vida tradicional e ao manejo eficaz dos solos, as terras indígenas e as áreas de proteção ambiental nos oito países amazônicos são reconhecidas como “soluções climáticas naturais”. Porém, as ameaças de degradação a esse fantástico ecossistema são permanentes. Entre elas enfatizamos o desmatamento, as atividades madeireiras e queimadas, a expansão da pecuária e da monocultura da soja, a concentração fundiária, a implantação de grandes projetos minerais, energéticos e viários e outros que implicam em graves consequências para a territorialidade, a cultura e a sobrevivência dos povos amazônidas.

A Amazônia deve ser o palco prioritário para a implantação de propostas ousadas, factíveis e necessárias. Nesse sentido, propomos:

Expansão às áreas rurais dos sistemas de infraestrutura viária, rodoviária, aeroportuária, informacional e energética; tornar o transporte de cargas e passageiros mais eficiente, barato e adequado às condições locais, viabilizando as relações entre zonas produtoras e consumidoras e abrindo novas possibilidades comerciais entre regiões da Amazônia e regiões\cidades do mundo.

Substituição prioritária, em termos regionais, da matriz de transportes terrestres por veículos elétricos e de toda a infraestrutura e logística necessária para esta transição.

Desenvolvimento de tecnologia específica para a substituição da matriz elétrica (óleo diesel) para comunidades isoladas por fontes alternativas de energia (eólica, solar e centrais geradoras de energia que aproveitem o fluxo da água).

A matriz elétrica da Amazônia deve ser revista, garantido a segurança energética requerida para o adequado desenvolvimento social, econômico e ambiental dessa região. A implantação de grandes hidre-

létricas tem como uma de suas características principais a exportação dessa energia para outras regiões do país, produzindo localmente a degradação de extensas áreas, a desafetação de territórios e conflitos permanentes com as comunidades indígenas e tradicionais dessa região.

Governança Ambiental e Territorial – manutenção dos territórios de uso coletivo – Resexs e outras unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral; uso do Zoneamento Econômico e Ecológico da Amazônia (ZEE) para orientar o planejamento regional, explicitando as especificidades dos ecossistemas e dinâmicas socioeconômicas

Fortalecimento da Atenção Básica e toda a cadeia de serviços do SUS, em especial com a ampliação do atendimento por meio das unidades fluviais.

Fortalecimento da Educação nos níveis fundamental, médio, tecnológico e superior – nas capitais e, principalmente, nas cidades do interior como política de redução de desigualdades regionais; manutenção das capacidades instaladas das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes); retomada do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) e adequação das modalidades de ensino aos povos indígenas e populações tradicionais.

Mutirão de projetos de saneamento urbano, prevenção de enchentes e eliminação do depósito de resíduos sólidos e tóxicos na rede hídrica, garantindo a qualidade ambiental nas cidades.

Adequação da política de fomento ao desenvolvimento sustentável, adotando o planejamento em bases territoriais como método para uma nova fase de investimentos industriais diversificados; aprimoramento das políticas de renúncia fiscal e de investimentos industriais, ampliando mecanismos de bonificação de boas práticas socioambientais.

Envolvimento da sociedade para planejar o desenvolvimento de seus territórios, a partir das capacidades locais e de parcerias externas, que gerem novas opções econômicas, culturais e de relações com mercados, aproveitando as potencialidades das diferentes regiões da Amazônia.

Incentivos ao desenvolvimento industrial sustentável – fortalecer as capacidades locais e inovativas para a agregação de valor às matérias-primas da biodiversidade, dos recursos aquáticos, dos solos e subsolos, criando ambiente favorável a parcerias para o desenvolvimento de novos ramos industriais. Parques de Ciência e Tecnologia regionais envolvidos no desenvolvimento de produtos e mercados. Incorporação da produção de insumos locais, especialmente na integração com a biotecnologia e indústria farmacêutica, habilitando o desenvolvimento de vacinas e fármacos por meio de Arranjos Produtivos Locais.

Incentivo à modernização das atividades agropecuárias com ampliação do acesso a tecnologias de manejo de solos, florestas, pastagens e de recursos aquáticos; incentivos à elevação da rentabilidade da pecuária eliminando a necessidade de novos desmatamentos.

Incentivos à estruturação de cadeias produtivas de origem socio-cultural e ambiental, ampliando os produtos ofertados por agentes locais, com destaque para os produtos turísticos.

Implementação dos Distritos Florestais Sustentáveis, nas regiões de concessões florestais, com ações de infraestrutura, pesquisa e assessoria técnica para a formação de cadeias de produção florestal com vistas ao aproveitamento de produtos madeireiros e não madeireiros, oriundos do manejo empresarial e comunitário, e fomento ao reflorestamento de Áreas de Proteção Ambiental (APPs) e indução à industrialização de florestas plantadas nas regiões de origem, gerando novas oportunidades de trabalho e renda; instituição da Política de Pagamento de Serviços Ambientais.

PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS

Em que pese a Constituição Federal vedar práticas que submetam os animais à crueldade e a Lei de Crimes Ambientais criminalizar os

atos de abuso e maus tratos de animais nativos ou exóticos, a realidade é bem distinta. Devemos inserir a proteção e defesa dos animais na ação de todos os níveis de governo, especialmente no plano municipal.

Este processo deve manter o respeito às tradições culturais e religiosas, reconhecendo as especificidades das tradições ancestrais africanas e indígenas.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NOVO PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS SOCIAL, PRODUTIVA E AMBIENTAL

O desenvolvimento econômico deve ser compreendido a partir de uma visão integrada, na qual se articulem a busca por uma estrutura social igualitária, uma estrutura produtiva inovadora e uma estrutura ambiental sustentável. Tal desenvolvimento só é real quando melhora a vida das pessoas. Nesse sentido, o projeto de desenvolvimento econômico que propomos está orientado pelas missões sociais e ambientais que temos pela frente. É a partir do enfrentamento de nossas carências, transformadas em metas e missões, que iremos articular crescimento, distribuição de renda, fortalecimento da cidadania, transição digital e transição ecológica.

Ficou demonstrado nos governos do PT que, quando se implementam políticas econômicas e sociais corretas, a economia brasileira responde com forte expansão do investimento e do consumo, e pode ser reorientada para um novo estilo de desenvolvimento, com melhorias distributivas e franco progresso social. As quatro frentes de expansão que deram dinamismo à economia brasileira nos governos do PT, ou seja, investimento em bens e serviços para consumo de massa;

investimento em infraestrutura econômica (energia elétrica, transporte etc.); investimento em infraestrutura social (habitação, saneamento, escolas, hospitais etc.); e investimento em petróleo e agricultura, com atenção especial à agricultura familiar e camponesa, se encontram em estado latente, aguardando apenas as políticas necessárias para que voltem a operar com vigor

Por certo, a recuperação e sustentação dessa trajetória virtuosa de crescimento com redistribuição de renda deverá incluir o fortalecimento das cadeias produtivas domésticas, especialmente no setor industrial, assim como o fortalecimento da inovação e do sistema de ciência e tecnologia e das políticas garantidoras da sustentabilidade ambiental. Uma verdadeira estratégia de desenvolvimento não pode depender apenas de nossos pontos fortes. É preciso transformar nossas carências em desafios e oportunidades.

Dois vetores de demanda induzida são especialmente relevantes: o primeiro, orientado por “missões”, com a demanda de bens industriais e serviços das cadeias produtivas sendo induzida por investimentos em infraestruturas, investimentos na superação de gargalos tecnológicos e investimentos indutores do desenvolvimento regional; o segundo, orientado pelas potencialidades das compras governamentais e grandes empresas públicas.

O efeito demanda das infraestruturas sociais é particularmente relevante, pois, além de ser uma grande alavanca para o investimento, é um instrumento altamente eficiente para a redução da desigualdade, ao prover acesso a bens públicos essenciais à população, como a pandemia evidenciou no caso da saúde e do saneamento. A escolha das infraestruturas sociais também contempla o enfrentamento das desigualdades regionais do país, em função do acesso altamente limitado das populações locais a esses serviços.

Para viabilizar este projeto, o Estado precisará se capacitar para tornar-se um agente coordenador e indutor do desenvolvimento, ca-

paz de incentivar a renovação da nossa matriz produtiva ao mesmo tempo em que é responsável por distribuir renda e garantir os direitos sociais do povo brasileiro. É preciso reformar profundamente algumas estruturas que bloqueiam nosso desenvolvimento, como nossa atual estrutura tributária complexa e concentradora, o sistema bancário incapaz de financiar famílias e empresas e o conjunto de regras fiscais que promovem a desestruturação do Estado e aprofundam a desigualdade.

Nesse sentido, com esse conjunto de propostas é possível estruturar um novo modelo de desenvolvimento, mais justo e solidário, e que promova a transformação do Brasil.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E ENERGÉTICA

Para que a reconstrução e transformação do Brasil atendam às necessidades de trabalho, renda e bem estar da maioria da população, e revertam o colapso climático e ambiental em curso, são urgentes medidas que freiem as dinâmicas de desenvolvimento predatórias, por um lado, e por outro promovam alternativas compatíveis e realizadoras dos objetivos da transição para uma nova sociedade.

Entendemos por medidas de transição aquelas que possibilitam a saída mais rápida, sustentável e com menos impactos sobre os mais pobres, das crises sanitária, ecológica e socioeconômica em que estamos metidos. Isso implica disputas imediatas com as ações predatórias do atual governo, mesmo que seus efeitos se desdobrem por mais tempo do que o curto prazo.

No entanto, são também necessárias medidas para mudar no longo prazo a economia, o processo produtivo, o uso de energia, as relações com a natureza, o provimento de bens essenciais, em resumo, a criação de uma sociedade mais harmoniosa com o planeta e com menos desigualdades, criando condições para um Grande Impulso Ambiental.

Entendemos por medidas de médio e longo prazo aquelas que demandam mudanças de correlação de forças no controle do governo e precisam de mais tempo para sua implementação, além das questões imediatas da saída da crise.

A inclusão energética, o acesso à eletricidade de forma sustentável e acessível às condições dos orçamentos familiares, especialmente das famílias mais pobres, deve orientar a nova política de investimentos e as ações regulatórias no que se refere à energia.

Mas energia também é mobilidade. Pessoas e cargas vão continuar se deslocando, e a energia que move os veículos, aviões, trens e embarcações não pode ser vista como uma oposição à redução do aquecimento global. É preciso reduzir as emissões dos gases de efeito estufa e, para isto, a produção e o consumo de combustíveis fósseis precisam ser contidos. As mudanças climáticas são fenômenos com desafios mundiais, nacionais e locais, cujas consequências são hoje incomensuráveis e exigirão novos arranjos políticos de gestão dos bens comuns para alcançar um bem viver numa sociedade inclusiva, que tem na gestão popular do ambiente um dos seus pilares.

Temos de fazer, em conjunto com a sociedade brasileira, algumas escolhas difíceis nessa fase de transição. Descobrimos o pré-sal, que é a maior descoberta de novas reservas de petróleo do mundo das últimas décadas. Não podemos deixar que essa gigantesca riqueza seja apropriada por algumas empresas internacionais e nacionais. Como a história ensinou, a renda petroleira está em eterna disputa entre grupos da sociedade. Atualmente a privatização da BR e o leilão das refinarias retirará parcela importante da governança do Estado brasileiro sobre as decisões no setor. Hoje há uma capacidade ociosa enorme nas refinarias da Petrobras, enquanto o Brasil importa derivados principalmente dos Estados Unidos, a preços internacionais, onerando o consumo nacional.

Agora, com a destruição do modelo de desenvolvimento centrado na construção de uma cadeia nacional de suprimento de equipamentos

e serviços para o setor de petróleo e gás, com o desmonte da Petrobras e com as concessões já feitas para novas áreas exploratórias do pré-sal, é preciso definir um outro modelo para o setor buscando fortalecer o papel da Petrobras, garantir a expansão de uma cadeia de fornecedores no Brasil, para internalizar uma parte maior da renda petroleira. Há também necessidade de revisão da política de aceleração dos leilões das áreas exploratórias no pré-sal, ampliando os mecanismos de expansão da parte governamental nas receitas geradas pela atividade e seu direcionamento para o financiamento da educação, além de alternativas tributárias e regulatórias para que parte dessa riqueza ajude a construção dessa nova sociedade.

Rever o marco regulatório nessa direção, ao mesmo tempo em que se estimulam setores mais passíveis de crescimento na cadeia de suprimento, pode indicar os caminhos de um novo modelo.

Um dos elementos importantes na mudança da matriz energética em direção a uma economia de baixo carbono é a mudança no uso final da energia, favorecendo maior eficiência energética e menor uso de combustíveis fósseis. O Brasil tem uma participação de energia renovável muito maior do que a média mundial e do que os países desenvolvidos devido ao uso da hidroeleticidade, do etanol e do biodiesel, tendo a geração de energia eólica crescido muito nos governos do PT.

Um dos elementos para isto é o estímulo à diferença de preços entre as fontes renováveis e não renováveis; o subsídio ao diesel que estimula o transporte coletivo e uma política de ampliação do uso do GLP, como gás de cozinha, para substituir a lenha e melhorar as condições orçamentárias das famílias de baixa renda. O gás natural deve também ser estimulado neste período de transição energética.

Não será o mercado que fará isto. O papel do Estado como regulador e diretamente na produção e distribuição é indispensável.

Mas também temos que caminhar para a ampliação das fontes primárias de energias renováveis, em especial a energia eólica, onde

já avançamos parcialmente, e a solar, onde há grandes avanços para se fazer. Hoje estes projetos são objetos de desejo de muitos fundos de investimento e de investidores especulativos, que esperam o fluxo de renda fixo garantido pelo governo para enriquecer suas rendas financeiras. Queremos um programa de expansão do setor de forma sustentável, com forte presença do Estado, com ênfase na integração entre a geração e as linhas de transmissão, para que a oferta adicional de eletricidade amplie o acesso das populações mais necessitadas, como feito no programa Luz para Todos nos governos do PT.

Os biocombustíveis precisam também combinar o atendimento da substituição de partes da gasolina e diesel com a utilização para mudar as práticas de precarização das relações de trabalho, concentração da propriedade da terra e impactos negativos ao meio ambiente, que a expansão da produção de cana-de-açúcar, e mesmo da soja e outras oleaginosas provocam. Biocombustíveis social e ambientalmente responsáveis é o que queremos.

Portanto, a nova sociedade precisará de um modelo energético que terá como diretrizes:

A retomada do controle público, interrompendo as privatizações.

A promoção de uma inflexão na matriz elétrica, ampliando os investimentos para expandir a geração com fontes renováveis (solar, eólica e biomassa).

Forte ênfase na expansão da transmissão e distribuição para inclusão de pessoas de baixa renda.

Tarifas pelos custos, que remunerem os custos operacionais e de manutenção dos serviços energéticos e os investimentos necessários para o atendimento à expansão sustentável das fontes energéticas, da transmissão e distribuição.

Regulação para apropriação pela sociedade de parcela maior da renda petroleira.

E, finalmente, prioridade para o acesso de populações marginalizadas ao sistema energético do país.

UMA NOVA INDÚSTRIA PARA UMA NOVA SOCIEDADE

O mundo inteiro tem voltado a discutir a necessidade da indústria como centro dinâmico da economia. Dos Estados Unidos à China, passando pela União Europeia e Reino Unido, os programas de saída da crise decorrente da pandemia têm se focado no avanço da nova indústria e na expansão de infraestruturas modernas.

A retomada do desenvolvimento deve almejar o aumento da densidade tecnológica e da complexidade da matriz industrial existente, simultaneamente ao seu avanço em direção ao novo paradigma digital, não apenas como consumidores mas garantindo uma inserção autônoma e soberana do Brasil.

Além disso, é fundamental garantir a soberania e privacidade dos dados e informações estratégicas do país, evitando que novas tecnologias como inteligência artificial e *big data* possam ser utilizadas de maneira a capturar informações estratégicas, sobretudo ao evitar armazenamento em centros de dados em nuvem localizados fora do Brasil e que reconhecidamente têm colaboração com serviços de inteligência estrangeiros.

A indústria que está sendo projetada é diferente da que existia no passado. Ela tem mais complexidade, automação inteligente, relações em redes, digitalização abrangente, baixo carbono e novos processos, com menos trabalho repetitivo e menos poluição.

Programas de financiamento e apoio técnico podem promover a digitalização das pequenas e médias empresas e também das grandes que estejam defasadas. Mas sem a participação das PMEs o avanço industrial ficará comprometido.

Felizmente, isto é possível e acessível mediante a atualização (*retrofit*) das fábricas existentes pela sensorização, automação e inte-

gração *online* dos respectivos parques de máquinas sem necessidade de seu sucateamento. Empresas de *software* e engenharia industrial devem ser apoiadas para expandir esses serviços. Esse reposicionamento deve buscar a progressão setorial nas cadeias globais de valor e a reconquista de espaços perdidos na produção manufatureira global. Deve também consolidar espaços já ocupados e penetrar em novos nichos de mercado.

Portanto, o desenvolvimento da estrutura industrial existente é possível por meio de avanços na digitalização empresarial, pela reabilitação e acúmulo de competências fabris e pela utilização competitiva de recursos naturais estratégicos.

Um dos elementos iniciais para pensar uma nova política de transformação da indústria para o século XXI é considerar o desmonte, nos últimos anos, dos instrumentos de política pública e de governança da política industrial. A Petrobras, o BNDES, a Embraer, a Embrapa, o Finep, além dos sistemas de metrologia, patentes e padronizações estão sendo desmontados. O sistema produtivo estatal e o sistema de bancos públicos abandonaram qualquer preocupação com as políticas de conteúdo nacional e os mecanismos de indução das compras públicas. A reconstrução das capacidades estatais é indispensável para o reposicionamento de uma nova indústria digital.

Os desafios de uma nova indústria não podem ser enfrentados por uma proposta de política industrial baseada na oferta tradicional de incentivos fiscais e creditícios. Com exceção dos incentivos à P&D, que têm sido preservados nos países ricos, o caminho alternativo é concentrar os esforços em demandas reais da sociedade e do governo, de tal forma que os programas da política industrial sejam direcionados para desobstruir gargalos ou para atender prioridades sociais e econômicas do país.

Os gargalos tecnológicos relevantes para o país deveriam ser priorizados pelos instrumentos institucionais de governança de CT&I já

estabelecidos e maturados. Os candidatos naturais seriam aqueles relacionados com o sistema de saúde (como vacinas contra a Covid-19 e dengue e produção de equipamentos hospitalares críticos), o sistema urbano-industrial (como veículos de transporte híbridos com etanol e elétricos e sua rede urbana de serviços digitais), o sistema de exploração sustentável (como sequenciamento de genomas para o desenvolvimento da bioindústria e sistemas integrados de manejo lavoura-pecuária-floresta para exploração sustentável do “arco desmatado” da Amazônia Legal), além de cadeias de distribuição (baseadas em IA e 5G) e governo digital (digitalização do setor público brasileiro). Os polos industriais e tecnológicos emergentes merecem fomento e reforço competitivo, por meio de infraestruturas mais eficientes, inclusive as novas infraestruturas digitais.

O segundo vetor seria baseado nas potencialidades de programas âncoras de compras públicas e investimentos estatais com elevado empuxe para as cadeias produtivas locais, mediante a revitalização dos investimentos da Petrobras acompanhado do desenvolvimento de sua cadeia de fornecedores, aumento de participação no pré-sal e efetivação de uma política para o gás natural. O pré-sal é uma das maiores descobertas petrolíferas das últimas décadas. Essa riqueza não deve ser apropriada prioritariamente por empresas estrangeiras, mas sim por interesses brasileiros. Em um cenário de desmonte da Petrobras e do conteúdo local se impõe mudanças regulatórias e a identificação de subsetores estratégicos que possam ser estimulados de modo a favorecer a apropriação nacional da renda petroleira.

É fundamental a reativação da Política de Desenvolvimento Produtivo do complexo de saúde, pelo uso do poder de compra do SUS e o fomento ao complexo industrial da defesa, por meio do reaparelhamento das Forças Armadas na Estratégia Nacional de Defesa, especialmente através das compras de alta complexidade tecnológica (como caças e submarinos de propulsão nuclear).

A incorporação de novas tecnologias digitais da indústria 4.0 (IOT, IA, *big data*, robótica e manufatura aditiva) é especialmente relevante para a transformação do atual parque industrial, em grande parte baseado no padrão tecnológico do século XX. É possível acelerar os processos de digitalização da indústria sem necessidade de sucatear os parques fabris existentes. Sob um cenário com rearranjos locais em cadeias globais de valor, a geopolítica multipolar pode favorecer o Brasil, desde que a política industrial seja secundada pela criação de externalidades e mantidas condições macroeconômicas de competitividade.

Os maiores desafios dos setores competitivos com posições já firmadas nas cadeias globais estão relacionados à conformidade ambiental e social. O selo de sustentabilidade e conformidade laboral vêm se tornando requisitos indispensáveis de acesso aos mercados dos países ricos. No caso dos produtos de setores da alta complexidade tecnológica, a posição mais desafiadora é a da indústria aeronáutica, dada a situação da Embraer frente à consolidação da indústria mundial, que envolve tanto a aviação civil como a aviação militar, diante da geopolítica da indústria mundial de defesa.

Nesse âmbito de uma nova industrialização, teremos a promoção e impulsionamento das economias criativa e do conhecimento, com tecnologia da Informação e *software*, cinema e audiovisual, moda, arquitetura, música, indústria cultural e políticas dos polos de cultura, internet, comunicação, economia ligada à saúde e à educação, biotecnologia, inteligência artificial e automação e robótica.

Por fim, a ocupação de novos nichos de mercado precisa ser qualificada sob o novo paradigma tecnológico emergente e a economia mundial pós-pandemia. O encolhimento do mercado mundial e o aumento de custos unitários pela realocação industrial tende a acirrar a competição por novas posições nas cadeias globais.

Uma rota da modernização industrial é a da difusão de tecnologias verdes nos processos fabris, relacionadas às reduções de emissão de

carbono e de consumo de energia, considerando especialmente nossas vantagens comparativas em geração de energia limpa.

Atenção especial precisa ser dada ao Complexo Econômico da Saúde e da Defesa. É fundamental a reativação da Política de Desenvolvimento Produtivo do complexo de saúde, pelo uso do poder de compra do SUS, e fomento ao complexo industrial da defesa, por meio do reaparelhamento das forças armadas na Estratégia Nacional de Defesa, especialmente através das compras de alta complexidade tecnológica (como caças e submarinos de propulsão nuclear).

A construção das novas infraestruturas energéticas, com a ampliação da energia solar e eólica, além da ampliação da inclusão digital, abre também novas possibilidades de crescimento industrial.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO PARA A NOVA
SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação é fundamental para o avanço da reindustrialização, do desenvolvimento social, da busca da sustentabilidade ambiental, redução das vulnerabilidades e defesa da soberania nacional. No Brasil e no mundo inteiro, o Estado desempenha um papel fundamental no funcionamento desses sistemas. O conhecimento é um bem comum, cabe ao Estado induzir a pesquisa científica e compartilhar o risco e os benefícios das descobertas com o setor privado.

A despeito dos cortes orçamentários e da degradação institucional sofridos desde 2016, em meio à atual pandemia, instituições públicas de pesquisa e empresas brasileiras de equipamentos e fármacos têm dado respostas, ainda que insuficientes, no desenvolvimento de respiradores e de testes e na busca de vacinas e remédios. Isso é possível porque o SUS tem sido uma fonte estável de demanda para o sistema industrial da saúde. Pesquisadores brasileiros participam ativamente de

redes internacionais que procuram entender as características do vírus e desenvolver alternativas para combatê-lo.

É indispensável dotar o Sistema de bases de financiamento e reestruturá-lo, através da recomposição integral do FNDCT, inclusive com a recuperação do Fundo Social do pré-sal.

É fundamental que se interrompa a atual política de privatização das empresas estatais de TI.

O SNCTI que o Brasil construiu com enorme esforço já provou que é capaz de gerar conhecimentos e formar recursos humanos qualificados, com fortes contribuições para as transformações sociais e produtivas. Porém, deve ser potencializado mediante melhor articulação e divisão de funções entre seus componentes. Infraestruturas científicas de grande porte devem ser de uso compartilhado, assim como projetos de grande escala focados na resolução dos principais entraves ao desenvolvimento brasileiro devem mobilizar instituições e grupos com competências complementares. Nesse sentido, deve-se focar no apoio às universidades e centros de pesquisa por meio do fomento a projetos individuais e coletivos, incluindo as redes temáticas formadas por grupos de pesquisa de diversas instituições e os Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Brasil deve fazer parte das redes internacionais de pesquisa em projetos de grande alcance. É fundamental renovar constantemente o corpo de pesquisadores, incorporando jovens e enraizando competências em todo o território nacional.

A política de CTI deve estabelecer prioridades com políticas definidas por missões, com programas e orçamentos robustos. Atividades de pesquisa devem estar associadas à formação de recursos humanos e ampliação de infraestrutura laboratorial, e para tanto, torna-se imprescindível o fortalecimento institucional e de fomento da Capes e CNPq, assim como, a importante articulação Finep com BNDES, evitando o retrocesso verificado nos últimos anos.

O perfil dos atores no sistema empresarial é diversificado, com presença de filiais de empresas globais e de algumas empresas brasileiras globalizadas, com acesso a fontes internacionais de conhecimento e em alguns casos, com desenvolvimento de atividades de P&D. Nesse sentido, é imperioso rever o papel da CTI e da produção nacional nas cadeias de fornecimento globais para assegurar a produção local de bens e serviços considerados estratégicos para o país. O Conselho interministerial de C&T deve voltar a ser o fórum de articulação com as outras políticas, inclusive com as Secretarias e Fundações de CT&I dos estados da Federação.

A construção da inovação deve mobilizar as tecnologias e a criatividade de múltiplos agentes sociais, dos saberes científicos da comunidade acadêmica aos saberes populares das comunidades tradicionais periféricas.

É preciso ampliar e transformar a ação do Estado para fazer da ciência e tecnologia e da indústria eixos centrais do desenvolvimento. Será preciso refazer uma parte do caminho já percorrido para voltar ao ponto onde já estivemos e continuar avançando.

O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e o Projeto Sirius compõem a mais complexa infraestrutura de pesquisa já construída no país e não podem ser sucateados.

TRANSIÇÃO DIGITAL E TELECOMUNICAÇÕES

Nas últimas quatro décadas, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm sido uma das principais fontes propulsoras da transformação nas relações sociais e econômicas em todo o mundo. Em breve síntese, essas tecnologias vêm acelerando as descobertas científicas, modificando processos produtivos, facilitando o surgimento de outras inovações e rearranjando relações profissionais. Por suas características e seus imensos potenciais de transformação, as TICs são

reconhecidas como tecnologias de uso geral, desempenhando neste século um papel semelhante ao da eletricidade e das comunicações por radiofrequência (rádio e TV) no século passado.

As TICs deixaram de ser apenas uma atividade de suporte às demais atividades econômicas e passaram a ser, por si só, a principal força motriz para o desenvolvimento global.

Em síntese, as empresas de TICs geram produtos e serviços de alto valor agregado, participam de ecossistemas e cadeias globais, aumentam a produtividade sistêmica da economia e induzem a criação de empregos de alta qualificação.

O uso estratégico dessas novas tecnologias cria um processo vertiginoso de mudança das relações sociais, políticas, financeiras, industriais, de informação, de educação e saúde, de cultura e disputas nas relações internacionais.

Há uma explícita tendência no sentido de que essa dinâmica econômica se acelere e se fortaleça ainda mais com a implantação das redes móveis de 5ª geração (5G) e de todas as tecnologias que serão viabilizadas por meio dessa nova plataforma de comunicação.

Por esses motivos, um plano de desenvolvimento econômico para o Brasil precisa incluir a ampliação da conectividade, considerando, no mínimo, os seguintes aspectos:

Expansão da infraestrutura de fibra óptica e da rede de acessos em radiofrequência, para melhorar a competitividade sistêmica do país.

Ampliação das políticas de inclusão digital, com o objetivo de proporcionar melhorias nas áreas de educação, saúde e emprego.

Por fim, a promoção do desenvolvimento tecnológico no país, como forma de assegurar a soberania nacional e um posicionamento estratégico na economia mundial.

Para que essa inclusão aconteça em grande escala e em todas as regiões do país é fundamental promover a transformação digital da nossa economia.

Os quatro pilares da transformação digital são: acesso à internet (infraestrutura de redes de comunicação), custo do serviço, produção de conteúdo e ambiente (leis e educação digital das pessoas). É necessária uma política que ataque esses quatro pilares, pois a desigualdade nesse campo é muito grande entre regiões, entre bairros de uma cidade, entre membros de uma família, seja por gênero, seja por idade. Os serviços públicos e governos também vão precisar se atualizar digitalmente.

Para a construção de uma sociedade do conhecimento inclusiva é fundamental a ampliação do investimento para garantir a universalização da banda larga barata e acessível para todos e todas, com a universalização do serviço de acesso à internet fixa e diminuição do preço da internet no celular.

Para alcançar isso, devemos garantir o uso dos recursos dos Fundos Fust e Fistel, ligados às telecomunicações, que juntos perfazem mais de 150 bilhões de reais. O governo atual procura destruir esses fundos; devemos reivindicar o seu uso previsto no momento de sua criação, que era a universalização do acesso à comunicação e à telefonia, que hoje envolve a internet.

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

As medidas abaixo visam recolocar a infraestrutura como setor fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico. As bases dessa retomada serão norteadas pelo fortalecimento da capacidade do Estado em investir, planejar, gerir e regular o setor.

Esse esforço tem como foco o bem-estar social e o emprego. Além da melhoria da qualidade de vida e do aumento da competitividade do país, o setor deve liderar uma política por relações de trabalho mais justas.

Definição de critérios de interesse público para renovações e para novas concessões:

O programa de concessões de logística elaborado durante os nossos governos andou muito pouco após o golpe de 2016, tendo sido realizados leilões que tínhamos deixado prontos.

O programa de concessões de logística precisa prosseguir, mas é indispensável cuidar das regras que o regem para garantir que o objetivo de ampliar a infraestrutura do país com a modicidade tarifária esteja garantida. Deve prevalecer o interesse público, e não os interesses oligopolistas dos concessionários.

A renovação antecipada de concessões de ferrovias precisa garantir os investimentos necessários à infraestrutura nacional e a adequação de regras contratuais que ampliem o uso da infraestrutura por mais de um operador.

Em relação a esse ponto, o governo Bolsonaro tem conduzido o processo “passando a boiada”. A prorrogação antecipada da ferrovia da Malha Paulista por mais trinta anos foi aprovada em maio de 2020 com a redução e alteração dos investimentos, contabilização errônea dos ativos e a duplicidade da contabilização dos gastos com manutenção.

Por essa razão, é necessário criar uma Comissão de Acompanhamento dos Assuntos relacionados às Concessões no Congresso Nacional para garantir que o interesse nacional seja respeitado.

Apoio às concessões existentes:

A pandemia atingiu de forma diversa os concessionários dos diferentes modais de transporte. O setor aeroportuário foi o mais afetado e precisará de medidas específicas de apoio. É indispensável garantir crédito e capital de giro às empresas de todos os modais.

Os bancos privados continuam resistindo a financiar as empresas executoras de obras concedidas ou contratadas. As debêntures incentivadas, regulamentadas em 2011, contribuirão para a capitalização de empresas, especialmente nas fases operacionais dos projetos,

mas é necessário que a medida contemple as fases de construção e instalação. O governo pode e deve simplificar os regulamentos que fortaleçam o mercado de capitais, com a ampliação do mercado secundário de títulos privados.

Medidas institucionais:

A retomada dos investimentos deve contar com medidas de gestão, financiamento e regulação do setor.

Aprimorar a capacidade de regulação das agências, assim como a competição e a eficiência no uso da infraestrutura existente. Nas ferrovias, é fundamental a permissão de compartilhamento dos trilhos por mais de um operador.

Inovar em modelos mais eficientes de contratação de obras e concessão administrativa, visando à manutenção da infraestrutura existente em rodovias e dragagem dos portos.

Aprofundar o Regime Diferenciado de Compras (RDC) para agilizar os processos de contratação de obras públicas por produto, com a inclusão do seguro de obras.

Criar um Fundo Garantidor Federal para viabilizar iniciativas de PPP já estruturadas em Estados e municípios e sem condições de efetivação pelos limites de recursos daqueles entes. O Fundo deverá permitir a utilização das transferências federais como garantia a ser executada também pelos bancos privados.

Avançar no debate público sobre a necessidade de repactuação do sistema de controle e transparência, que privilegie o bem-estar social e garanta o bom uso do recurso público. Ao mesmo tempo, o controle deve permitir a criatividade e o potencial inovador dos entes públicos e empresas privadas. O indicador de eficiência de atuação dos órgãos de controle não pode ser obra parada.

O Estado precisa fortalecer as empresas do setor como parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Não pode se repetir,

como nos processos investigativos recentes, o desmonte provocado em empresas com reconhecida condição técnica de executar projetos de engenharia de alta complexidade. Os eventuais desvios apurados devem poupar as empresas e seus respectivos investimentos e focar na punição dos responsáveis pelos atos praticados.

PEQUENOS NEGÓCIOS NO NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

Com razão fala-se muito da excessiva concentração de renda no Brasil, mas é curioso que exista um outro tipo de concentração de renda e poder que, apesar de muito grave, não tem merecido a devida atenção. Trata-se da concentração de poder e riqueza que hoje existe em mãos de pouquíssimas empresas, em que a maioria atua ou de forma monopolista ou em oligopólios e responde pelos principais setores da economia brasileira.

Segundo o Sebrae, do universo de mais de nove milhões de empresas existentes no Brasil cerca de 99% são pequenas e micro, mas participam de apenas 29% do PIB do país. Enquanto apenas 90 mil empresas – as grandes e médias – representam 71% do PIB.

A estrutura concentrada e oligopolizada é uma das razões que explica o fato de 60% das pequenas empresas brasileiras morrerem antes de completar o quinto aniversário.

Para reverter estas tendências seria preciso que tivéssemos políticas públicas de proteção e apoio a esse segmento. Nossa meta é construir um conjunto de políticas públicas articuladas e complementares que permitam dobrar a participação das pequenas e microempresas no PIB do país em um prazo máximo de oito anos, atingindo o patamar de uma parcela importante das economias da União Europeia.

Uma alternativa para o país conseguir gerar um número expressivo de empregos, nesse cenário de devastação do mercado de

trabalho, é por meio do apoio à pequena empresa, transformando boa parte da massa de desempregados e trabalhadores informais em pequenos empreendedores.

No Brasil, existem inúmeros entraves e obstáculos que prejudicam e comprometem à expansão das micro e pequenas empresas; o sistema tributário regressivo, que faz com que o peso dos impostos seja muito maior na pequena empresa do que na grande; as graves restrições de acesso ao crédito, onde os bancos privados se negam a emprestar para as pequenas empresas e a ausência de políticas públicas adequadas.

Para reverter esse cenário e projetar as micro e pequenas empresas como um novo pilar do crescimento sustentado e comprometido com a reversão do padrão de desigualdade no país, pretendemos implantar um forte estímulo aos consórcios de micro e pequenas empresas, que passariam a ter uma personalidade jurídica própria, com um conjunto de estímulos governamentais. Para além do benefício das isenções fiscais, o processo da organização do consórcio traz em si a geração de massa crítica, fundamental para que elas possam debater, encontrar e encaminhar soluções para seus problemas comuns.

Outra iniciativa importante seria restringir as grandes de atuarem em determinados setores/regiões. Por exemplo, na França os supermercados estão proibidos de ter suas mega lojas em Paris e em todas as grandes cidades francesas. Eles só podem atuar fora dos grandes centros, em geral nas rodovias. Na Itália, as farmácias não podem se organizar em redes, como forma de fomento das pequenas drogeries. Estes são exemplos de política pública do governo francês e italiano para favorecer o pequeno comércio e a geração de empregos.

Seria relevante que a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), criada no governo Dilma, voltada para a inovação industrial e fomento às empresas de base tecnológicas, passasse a ter como uma de suas prioridades o fomento a esse setor.

Centrais de compras voltadas para microempresas e segmentadas por tipos de negócios: padarias, manicures, alfaiates, também seria um instrumento necessário.

Outra diretriz importante seria priorizar contratação de micro e pequenas empresas nas compras do setor público, a exemplo do PAA na agricultura, fortalecendo algumas experiências já existentes em alguns municípios brasileiros.

Nossa avaliação é de que essas medidas, impulsionadas de forma coordenada e complementar podem elevar a participação das micro e pequenas empresas no PIB do Brasil para 60% no prazo de oito anos.

É fundamental manter o tratamento diferenciado aos pequenos negócios, como determina a Constituição, conquistado em 2006 com a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequenas Empresa e do Simples Nacional, ambas conquistas do governo do presidente Lula.

O Simples representa desburocratização e sobrevivência no mercado. Ele pode e deverá ser aperfeiçoado.

A pandemia do Covid-19 revelou as dificuldades de acesso dos pequenos negócios ao crédito, por isso, é necessária uma forte política de crédito que atenda às necessidades dos pequenos negócios. Sem desconsiderar a importância do microcrédito e do cooperativismo de crédito, que precisam voltar a ser incentivados.

Atuar junto às gestões estaduais e municipais com o objetivo de incentivar a melhoria do ambiente de negócios para as micro e pequenas empresas, desburocratizando e agilizando o processo de abertura e fechamento de empresas, por meio da integração de órgãos de registro e licenciamento, ajudando a facilitar a vida de quem deseja empreender.

Incentivar a capacitação técnica dos micro e pequenos empresários, para que eles possam ter uma gestão profissional e inovadora em seus negócios, contribuindo assim para o fortalecimento e o aumento do tempo de sobrevivência das empresas brasileiras.

O ambiente das *startups* crescerá no Brasil se a cultura empreendedora for trabalhada desde o Ensino Fundamental, passando pelas

universidades e cursos profissionalizantes. Jovens das periferias e mulheres principalmente são os que mais crescem entre os donos de pequenos negócios e precisam se preparar para desenvolver suas empresas e transformar suas vidas e suas comunidades.

Fortalecer o empreendedorismo de pequeno porte é um grande mecanismo de combate às desigualdades, com inclusão socioeconômica. Para tanto, é primordial criar o Banco do Empreendedor, como um serviço de cada banco público, para atendimento exclusivo aos micro e pequenos negócios e aos empreendimentos de economia solidária. O Banco oferecerá procedimentos simplificados, linhas de créditos com prazos e condições mais favoráveis e, principalmente, apoio técnico para a estruturação dos pequenos negócios novos ou já existentes.

Reforçar o compromisso com os pequenos negócios deste país, geridos por comerciantes, produtores rurais, prestadores de serviços e pequenos industriais, empreendedores da cultura, da economia digital e todos aqueles que dão a sua contribuição para o fortalecimento da economia local é fundamental que a roda da economia volte a girar, gerando emprego e renda, nos grandes e pequenos municípios, em cada comunidade, em cada bairro.

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

A Economia Solidária deve ser fortemente impulsionada – organizada por meio de cooperativas, arranjos produtivos locais, gestão comunitária do bem comum ou outras formas de organização social – precisa ser elevada a um novo patamar entre as políticas públicas. É preciso estimular as práticas e desenvolver políticas públicas para fortalecer o modelo associativo e de economia solidária, modelos horizontais que promovam o desenvolvimento local; seja com processos de formação e qualificação, de geração de trabalho e renda, de agroecologia ou de pro-

moção do crédito nas vilas, favelas, bairros e cidades, com os bancos comunitários de desenvolvimento. O microcrédito socialmente orientado e o cooperativismo devem receber um forte estímulo. As experiências de empresas de autogestão podem ser ampliadas e fortalecidas. O Brasil, a exemplo de outros países como o México, precisa constituir um Instituto Nacional de Economia Social e Solidária, que faça um inventário nacional das experiências já existentes e coordene todas as novas iniciativas nesse campo para impulsionar o desenvolvimento endógeno do país e fomentar a economia local.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

As políticas para o Desenvolvimento Regional e Territorial (DRT) possuem o potencial intrínseco de correlacionar diferentes interesses e compromissos, contribuindo para o avanço e consolidação da democracia, assim como para a legitimação dos projetos nacionais de desenvolvimento e garantia de sua implementação e continuidade.

A questão regional e territorial não pode ser encarada como um problema a demandar soluções compensatórias, mas como um componente estratégico fundamental de uma nova etapa de desenvolvimento, com capacidade de mobilizar os recursos de todo o território do país, e não apenas de uma pequena parte dele.

É estratégico que as novas políticas alterem o papel das regiões brasileiras na divisão do trabalho, incorporando-as em um projeto de desenvolvimento coeso na diversidade, orientando-o para novas formas intensivas em conhecimento, cooperação e com visão de longo prazo.

As políticas de recuperação do crescimento a partir da ação dos governos são possíveis de implementação no curto prazo, como os governadores articulados no Consórcio do Nordeste estão fazendo com, por exemplo, o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PR-DNE), um plano para 12 anos, resgatando o planejamento de Estado

de médio e longo prazo na região; a conjunção de esforços para atração de investimentos; a articulação das políticas públicas e o compartilhamento de boas práticas, entre outras atividades.

As ações para o desenvolvimento regional devem se relacionar com as políticas de integração do Mercosul para que a integração comercial existente seja estendida à integração produtiva e da infraestrutura, que contribuam para o desenvolvimento das regiões fronteiriças do Brasil.

As cidades médias e centros locais constituem um campo privilegiado para distribuição de investimentos produtivos e serviços que possam atender, num raio geográfico adequado, os mercados das suas áreas de influência.

Olhar os fluxos entre essas cidades e suas áreas de influência é um instrumento de planejamento estratégico para organizar mais adequadamente o suprimento, deslocamentos, interiorizações e adensamentos, fortalecendo a infraestrutura básica e de conhecimentos e estimulando a criação e reforço de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Principais medidas para promover o desenvolvimento regional:

Unificar os recursos de fundos regionais hoje fragmentados e mal articulados com políticas regionais e territoriais em um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, funcionando com três diretrizes norteadoras: propostas que dialoguem com os planos de desenvolvimento territoriais/regionais; financiamentos de projetos coletivos (consórcios, cooperativas, APLs, PPCs etc.); e direcionamento de recursos a projetos de regiões e atores econômicos locais com maior potencial de reduzir a pobreza e a falta de acesso a produtos e serviços. Avançar na utilização de instrumentos modernos de constituição de *funding*, identificando ativos precificáveis para lastrear operações de longo prazo, sejam aqueles da sociobiodiversidade, sejam as da economia digital e TICs, colocando a informação a serviço do desenvolvimento e sob controle social.

Desenvolver novos mecanismos e formatos criativos de financiamento e de crédito para atores coletivos como APLs, Consórcios, dentre outros.

Premiar com melhores condições de financiamento as atividades e projetos que resultem de cooperação e integração de políticas ou níveis federados.

Garantir recursos para o planejamento, organização e cooperação local e regional nos territórios, como nos casos dos consórcios.

Promover reforma universitária para estimular a contribuição das instituições de ensino e pesquisa nos seus territórios e regiões para provisão de pessoal qualificado e de soluções intensivas em conhecimento para atender às necessidades locais.

Implantar programa dedicado à infraestrutura integradora, própria de espaços de menor desenvolvimento, por exemplo: redes territoriais de abastecimento hídrico, de esgotamento sanitário e resíduos sólidos; estradas vicinais, vias de conexão microrregional e mesorregional; portos de baixo calado; aeroportos regionais; geração de energia eólica e solar de pequeno e médio porte e distribuída em domicílios rurais/urbanos; além de redes de transmissão de pequeno e médio portes; portos-secos e armazéns para logística, dentre outros.

REFORMA TRIBUTÁRIA JUSTA, SOLIDÁRIA E ECOLÓGICA

A estrutura tributária do Brasil é ineficiente, injusta e inadequada aos objetivos de um projeto de desenvolvimento social e ambientalmente sustentáveis. É urgente que o país enfrente o tema da Reforma Tributária não apenas para acelerar o crescimento econômico, mas principalmente fortalecer os mecanismos de distribuição de renda e riqueza.

A reforma aqui proposta é pensada na perspectiva do desenvolvimento, “simplifica” a tributação do consumo, corrige a injustiça tributária, preserva o financiamento do Estado de bem-estar social, restaura

o equilíbrio federativo, contempla a questão ambiental, aperfeiçoa a tributação sobre o comércio internacional e corrige dois mecanismos que historicamente transferem renda, das camadas mais pobres para as camadas de maior renda da sociedade: as isenções fiscais e a sonegação.

Os partidos de oposição e o Consórcio do Nordeste já avançaram na discussão dessa reforma tributária justa, que tramita na Câmara (PEC 45/19) e pode ser utilizada como ponto de partida para essa mudança.

Uma Reforma Tributária Solidária, Justa e Sustentável que isenta de tributação do IRPF as camadas mais pobres e taxa mais quem tem rendimentos mais elevados, como quem ganha acima de quarenta salários mínimos mensais, cerca de 700 mil pessoas, 2,3% do total de contribuintes e 0,33% da população total. Com relação à tributação do patrimônio e da riqueza, a maior taxação deveria recair em cerca de apenas 60 mil pessoas (0,2% dos contribuintes e 0,03% da população) com patrimônio superior a dez milhões de reais que, em conjunto, possuem quase dois trilhões de reais em bens e direitos declarados.

A necessidade de taxação das grandes fortunas e grandes heranças é uma exigência histórica. Igualmente imprescindível é a taxação dos ganhos financeiros e a revisão de múltiplas formas de desoneração, como lucros e dividendos e lucro sobre capital próprio. E, ainda, as medidas tributárias que impulsionem a transição para uma economia ecologicamente sustentável.

Pretendemos também contribuir na articulação de um pacto tributário global, que tem como base as contribuições de renomados economistas, que envolveria, dentre outras coisas: o fim dos paraísos fiscais; um registro único global de toda a riqueza, rendas e capitais financeiros que circulam na economia mundial; além da exigência de transparência nas isenções e subsídios fiscais em todos os países e do pagamento de impostos pela atividade das grandes empresas globais, especialmente no campo digital, proporcional às suas atividades e retornos em cada país e não de forma centralizada; tributação das empresas mais beneficiadas na crise, especialmente as gigantes digitais e farmacêuticas.

REFORMA BANCÁRIA

No capitalismo, não há desenvolvimento possível sem um sistema de crédito sólido e funcional que financie os investimentos produtivos. Historicamente, o sistema bancário e financeiro brasileiro é pouco funcional ao desenvolvimento, acumulando ganhos extraordinários sem se mostrar capaz de financiar adequadamente o investimento e o consumo.

Nesse sentido, qualquer projeto de desenvolvimento envolverá necessariamente uma profunda transformação do sistema financeiro e de crédito do Brasil, por meio de uma reforma bancária que, se valendo das novas tecnologias disruptivas que promovem a concorrência e repensando a regulação e a tributação do sistema financeiro nacional, revalorizando o papel dos bancos públicos na promoção do desenvolvimento.

É preciso enfrentar no Brasil o alto custo do crédito e a especulação financeira. Será prioridade baixar os altíssimos *spreads* bancários, as altas taxas de juros pagas diretamente pelo consumidor e pelo produtor para o sistema financeiro e permitir que esses recursos sejam canalizados para reativar a economia, pelo consumo e pelos investimentos produtivos.

Em consonância com o fortalecimento dos bancos públicos, esta é a única forma de eliminar os juros e *spreads* extorsivos que sufocam e economia real, garantindo crédito barato e acessível às pessoas e aos setores produtivos da sociedade, permitir que recursos sejam canalizados para reativar a economia, pelo consumo e pelos investimentos produtivos.

REVISÃO DAS REGRAS FISCAIS E NOVAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Diante da recessão profunda que assola o país, os gastos e investimentos públicos são fundamentais para a reativação da produção, o incremento da renda e a ampliação da arrecadação.

Sendo assim, a construção das condições adequadas para o financiamento de um novo projeto de país que seja capaz de combater desigualdades e promover investimentos, com equilíbrio fiscal, passa também pela revisão do arcabouço de regras fiscais, sobretudo com a revogação da EC 95, que impôs uma ortodoxia fiscal permanente com um teto declinante nos gastos públicos por vinte anos; mas também com a modulação do resultado primário e da regra de ouro. É preciso substituir o atual arcabouço fiscal ultrapassado, rígido e complexo, por uma regra simples, flexível, que permita ao Estado investir e garantir direitos ao mesmo tempo em que cria um horizonte de estabilidade fiscal no médio e longo prazo.

Em um cenário de contração da produção, da renda e do emprego, agravado pela crise sanitária, mitigar os efeitos da pandemia é responsabilidade pública do Estado. Momentos fora da normalidade exigem respostas excepcionais. Nesse caso, isso significa não apenas a flexibilização de metas fiscais, mas a adoção de medidas como o financiamento e o uso dos recursos da conta de equalização cambial e os ganhos patrimoniais das reservas internacionais para viabilizar o financiamento dos gastos necessários ao enfrentamento dos efeitos da Covid-19.

Diferente do que sempre defenderam os neoliberais, o Brasil não está quebrado. Graças ao patamar de cerca de 380 bilhões de dólares de reservas cambiais acumuladas nos governos do PT, não há risco de insolvência da dívida externa, como ocorreu em vários momentos de nosso passado. Com reservas sólidas, apesar do esforço de Guedes e Bolsonaro de vendê-las e enfraquecer o Brasil, nosso país tem totais condições de financiar os gastos necessários para enfrentar a pandemia. A desvalorização cambial recente aumenta o valor em reais de nossas reservas em dólar, gerando um ganho patrimonial superior a quinhentos bilhões de reais, que podem ser transferidos para a Conta do Tesouro e serem usados no enfrentamento da pandemia. Com esses recursos,

é plenamente possível garantir a expansão do auxílio emergencial e financiar, por exemplo, os gastos em saúde.

Além disso, dada à situação de emergência e excepcionalidade em que a economia opera com um nível relevante de capacidade ociosa e os volumes significativos de reserva internacional, torna-se aceitável algum nível de emissão de moedas e dívidas. Não se trata de uma autorização para a emissão monetária desregrada e sem limites, mas sim de mobilizar um expediente que, dadas as características da conjuntura, pode aumentar o nível de atividade produtiva sem gerar inflação. Nesse caso, uma PEC permitindo o financiamento monetário do déficit público desobstruiria os limites financeiros para o enfrentamento da crise sanitária e econômica.

POLÍTICA MACROECONÔMICA E FINANCIAMENTO

Não há como sustentar o desenvolvimento sem estabilidade macroeconômica. Por isso, a política macroeconômica precisará ser aperfeiçoada para dar suporte a estratégia de desenvolvimento, combinando uma trajetória fiscal de longo prazo sustentável com juros baixos e taxa de câmbio competitiva.

A reforma da política macroeconômica é hoje um caminho possível e necessário para o Brasil voltar a crescer e recriar a indústria. Sem a base material do crescimento, o compromisso de redução da desigualdade vai se tornar uma agenda perdida.

Devido à profunda depressão econômica que o Brasil atravessou nos últimos anos, vivemos hoje uma situação poucas vezes vista na história brasileira, de juros nominais baixos e taxas de câmbio nominais elevadas, condições ideais para o estímulo ao investimento privado. Mas essas condições necessárias não são suficientes para promover a retomada do crescimento. Sem a reativação dos investimentos públicos

autônomos, o país permanecerá em um cenário de depressão com alto desemprego e agravamento das condições sociais.

É preciso criar condições para a ampliação do investimento público direto e indireto, através do orçamento fiscal, das empresas estatais, dos bancos públicos e de parcerias com o setor privado. Uma política fiscal que permita esse tipo de investimento ao mesmo tempo em que possua metas fiscais factíveis, que sinalizem um compromisso de longo prazo com a estabilização da dívida, é indispensável para a retomada do crescimento, o controle da inflação e a ancoragem da taxa de juros.

Nesse mesmo sentido, o Banco Central precisará de instrumentos adequados para cumprir seu papel institucional, que deve ser ampliado para incluir a preocupação com o nível de emprego e com a estabilidade monetária e econômica. Desta forma, será preciso consumir mudanças que promovam a devida separação entre operações de política monetária e de política fiscal (por exemplo, com a adoção dos depósitos voluntários remunerados em substituição das operações compromissadas), assim como uma revisão dos marcos institucionais do regime de metas de inflação (por exemplo, a maior importância das medidas de núcleo de inflação).

O Banco Central não pode ser alheio ao grave problema das múltiplas dimensões da desigualdade no Brasil (raça, gênero e renda). Sendo assim, com base em propostas análogas de outros países, defendemos a possibilidade de o BC assumir o compromisso com o emprego, o salário e a redução da desigualdade no acesso ao crédito, além do controle inflacionário. Deve se construir, de forma transparente, um novo indicador para a meta de inflação, que oriente a definição da taxa básica de juros (Selic). Ademais, se deve estimular o aumento da concorrência no setor bancário, contemplando novos mecanismos de incremento da produtividade, ampliando a desindexação da economia.

Por outro lado, a experiência dos últimos 30 anos nos ensinou que a sobrevalorização cambial torna a desindustrialização um processo inevitável.

Para retomar o desenvolvimento será imprescindível desarmar as armadilhas do passado que sustentaram longos períodos de juros altos e câmbio sobrevalorizado, adotando regulação inteligente sobre os fluxos de entrada e saída de capital e sobre as posições especulativas nos mercados futuros.

O financiamento dos investimentos em infraestrutura, transformação industrial e superação dos gargalos tecnológicos precisam contar com um financiamento estruturado para projetos de longo prazo. O fato de o Brasil possuir um banco de desenvolvimento da estatura do BNDES facilita essa construção institucional financeira, além da possibilidade do uso do Banco dos Brics para projetos industriais e de infraestrutura com os parceiros dessa iniciativa, em especial a China.

★ SOBERANIA NACIONAL E NOVA INSERÇÃO DO BRASIL NO MUNDO

POLÍTICA EXTERNA

O atual governo do Brasil adotou uma política externa passiva e submissa, servilmente alinhada à extrema direita norte-americana e caracterizada por desconstrução da integração regional; desinvestimento na vertente geoestratégica Sul-Sul; abandono da aposta em um mundo multipolar e da postura equilibrada e negociadora em conflitos regionais; destruição dos núcleos estratégicos da indústria de defesa; submissão da política de defesa aos interesses norte-americanos; e alienação do patrimônio público estratégico a empresas estrangeiras.

Essa política externa, que traz embutido o risco de celebração de acordos comerciais assimétricos de “nova geração” com países desen-

volvidos, cria obstáculos para que governos nacionais e progressistas pratiquem políticas autônomas de desenvolvimento.

Além disso, ela isolou o Brasil no cenário mundial, ao promover retrocessos inaceitáveis na questão ambiental, no campo dos direitos humanos e na área sanitária, que tornaram nosso país um grande epicentro da pandemia.

Por outro lado, as mudanças no cenário internacional, especialmente nos Estados Unidos sob governo Trump, apontam no sentido de esvaziamento dos organismos multilaterais, menor peso para aspectos normativos e maior ênfase à velha política de poder de ações unilaterais. Isso apresenta grandes riscos, como exacerbação de conflitos e ações militares unilaterais, mas também cria aberturas para um mundo mais multipolar, menos submetido à influência hegemônica de um polo de poder.

Com efeito, a crise mundial exacerbada pela pandemia deverá acelerar mudanças geopolíticas e geoeconômicas que estavam em curso. A ascensão da China à condição de grande potência mundial deverá se consolidar em prazo mais curto, reordenando o quadro de poder internacional e acirrando a disputa atual com os Estados Unidos. Na esteira desse reordenamento, poderão ser abertos espaços geopolíticos para a maior projeção dos interesses nacionais do Brasil no exterior. Ao mesmo tempo, a fratura das cadeias internacionais de produção poderá criar oportunidades para que o Brasil invista na construção de cadeias produtivas regionais que deem mais competitividade a sua indústria.

Nesse cenário, o Brasil deve retomar e aprofundar a política externa de integração latino-americana e a cooperação Sul-Sul, de modo a apoiar, ao mesmo tempo, o multilateralismo, a busca de soluções pelo diálogo e o repúdio à intervenção e a soluções de força.

A política externa deve abrir novos mercados e parcerias estratégicas com países em desenvolvimento, e promover a expansão dos interesses nacionais em áreas geográficas hoje praticamente abandonadas.

das pela diplomacia neoliberal vigente, como Oriente Médio e o sul da Ásia.

A América Latina e Caribe, especialmente, a América do Sul, se tornaram aptos para resolver os próprios conflitos e, portanto, menos propensos a sofrer intervenções indevidas de potências externas. Para tanto, foi de relevo especial a criação do Conselho de Defesa, no âmbito da Unasul. É necessário recuperar os avanços na integração, promovendo a integração das cadeias produtivas regionais, o desenvolvimento da infraestrutura e o fortalecimento de instrumentos de financiamento do desenvolvimento, como Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e o Banco do Sul. Nesse contexto, devem ser priorizados os esforços para fortalecer o Mercosul e a União das Nações Sul-americanas (Unasul) e consolidar a construção da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Para além da integração sul e latino-americana, é necessária a retomada de uma atitude proativa no plano internacional. Serão fortalecidas as iniciativas como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) e os Brics, que levaram à mudança de padrão nas negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) e à transformação do G-8 no G-20. Isso é essencial para criar um mundo mais equilibrado e menos dependente de um único polo de poder, de modo a superar a hegemonia norte-americana. É fundamental o empenho também em promover a reforma da ONU, em particular do Conselho de Segurança, assim como dos instrumentos de proteção aos Direitos Humanos no plano internacional e regional. É imprescindível fortalecer as relações de amizade e parceria com a África, continente-mãe da nação brasileira.

De especial relevo, será voltar a empenhar-nos em compromissos ambientais internacionais, estratégicos para nossa inserção no cenário mundial e para o bom desempenho de nossas exportações. Do mesmo modo, teremos de voltar a investir na defesa dos direitos humanos no plano mundial, com ênfase nos direitos reprodutivos das mulheres.

POLÍTICA DE DEFESA

A plena projeção dos interesses estratégicos do Brasil no cenário internacional não pode prescindir de uma política de defesa sólida. Com os governos Lula e Dilma, inaugurou-se uma efetiva Política Nacional de Defesa (PND) que forneceu o quadro conceitual para programas de grande importância. Todo esse esforço está sendo sistematicamente destruído pelo governo Bolsonaro. Assiste-se, também, a um progressivo desvirtuamento do papel das Forças Armadas de resguardar nossa soberania. É preciso recuperar a PND como pilar do novo modelo desenvolvimento nacional, implementando ações estratégicas de curto, médio e longo prazo de modernização da estrutura nacional de defesa, conformando a Base Industrial e Tecnológica da Defesa (BITD).

Além disso, é importante considerar a reorganização da Base Industrial de Defesa, para assegurar o atendimento às necessidades de aparelhamento das Forças Armadas apoiado em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente as de emprego dual (militar e civil). Será retomada a política de defesa de nosso território e mares, “a defesa da Pátria” preconizada para as Forças Armadas por nossa Constituição, por meio de projetos para o resguardo de nossa soberania. O empenho na diplomacia e na cooperação e integração regional latino-americana continua sendo a mais eficiente política de dissuasão militar.

RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E REFUNDAÇÃO DO ESTADO

A soberania popular pressupõe mais do que o livre exercício do voto e o respeito das instituições ao resultado das urnas. É preciso nova qualidade da democracia no Brasil, combinar de forma eficaz a demo-

cracia representativa e novas formas de exercício da democracia participativa, e enfrentar o processo devastador de desqualificação da política e de deslegitimação das instituições, sob pena de agravamento da crise de representação política e do avanço de forças fascistas e autoritárias.

É fundamental tornar mais cidadã e mais igual a representação eleita. Ela deve representar proporcionalmente, de forma plural e sem privilégios a nossa população. Significa abrir caminho para reverter a exclusão política dos pobres, das mulheres e da comunidade negra.

É fundamental que a informação e o debate de ideias não sejam excluídos por controles impostos por meios arbitrários ou econômicos. A diferença na condição de exercício da liberdade de expressão é uma das desigualdades centrais e uma ameaça efetiva à democracia na sociedade brasileira. Todas as democracias consolidadas do mundo estabelecem mecanismos de regulação democrática como forma de apoiar o amplo exercício do direito humano à comunicação. As comunicações devem ser livres da ação de controle das autoridades e governantes, impedindo toda e qualquer tipo de censura, mas também da dominação de alguns poucos grupos econômicos ou pelos grandes conglomerados multinacionais das novas plataformas digitais. A liberdade de imprensa é fundamental; o pluralismo e o acesso a fontes diversificadas e independentes de informação também são essenciais em uma sociedade verdadeiramente democrática.

Nesse capitalismo de vigilância, crescentemente baseado em dados pessoais, devemos cuidar de nossa soberania digital, mantendo independência e controle democrático ante plataformas e inteligência artificial estrangeiras. O episódio de disseminação de *fake news* nas eleições de 2018 é um exemplo do que pode ser feito contra nossa democracia. A hiperconectividade tem sido utilizada para propiciar a fragilização das instituições de mediação democrática, como os sindicatos, partidos, imprensa e empoderando os grandes conglomerados multinacionais das novas plataformas digitais. A regulação democrática do uso destas tecnologias,

incluindo a possibilidade legal de responsabilização das plataformas, é um debate que deve ser cada vez mais aprofundado, sempre associado a garantia da mais ampla liberdade de expressão.

SOBERANIA POPULAR E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Os conhecidos limites da democracia representativa e sua crise de legitimidade política e de burocratização produziram crescente divórcio entre a população e seus representantes no executivo e no parlamento. Os governos neoliberais agravaram o processo de exclusão social e política. Ao mesmo tempo, as elites conservadoras desenvolveram o perverso mecanismo de demonização da política, estimulando o absentismo e o afastamento do povo da esfera pública. Assim, abrem o caminho para privatizar o espaço público. As lutas contra a exclusão social e o esvaziamento da democracia exigem um modelo alternativo de vida em sociedade com políticas públicas que modifiquem a distribuição da renda e do poder, que exigem formas de participação cada vez mais efetivas da população nas decisões públicas.

Nesse sentido, se coloca na ordem do dia, o aprofundamento da democracia com a prática da democracia participativa em todas as esferas públicas: municipal, estadual, federal. Ao mesmo tempo, se reforçam as condições para implementar uma ampla reforma política que nosso país tanto necessita, modificando as estruturas que tornam o sistema político vigente obsoleto e dominado por oligarquias e elites econômicas, combatendo, assim, uma das principais causas da corrupção.

Defendemos a implantação do Orçamento Participativo, em todos os níveis, complementado por conferências setoriais e temáticas, como um espaço público estratégico, inclusive com matérias e pautas pactuadas e deliberativas com os governos democraticamente eleitos. As decisões do Orçamento Participativo devem estar asseguradas por total transparência nas prestações de contas dos governos. Esta inicia-

tiva permite uma participação inovadora para a cidadania e controle social e democrático sobre o orçamento e demais políticas públicas.

A participação cidadã deve fazer parte do modelo de gestão por meio da ampliação dos canais e formas de participação para a elaboração e monitoramento das políticas e serviços públicos, como o Orçamento Participativo; assim como na cogestão de espaços e equipamentos públicos. A utilização dos recursos digitais e aplicativos devem ser incorporados a esses processos para favorecer essa participação, democratizar o acesso à informação e empoderar a sociedade civil.

SOBERANIA POPULAR E SISTEMA ECONÔMICO

Defendemos o restabelecimento dos serviços e bens públicos como elemento essencial do Estado democrático e social. Nos casos em que é necessária a iniciativa privada, isso deve ocorrer através do regime de concessão de serviço público, o que inclui as concessões comuns, as Parcerias Público-Privadas e as concessões administrativas. Nos referidos modelos, a propriedade dos bens e a titularidade dos serviços continua estatal, cabendo a iniciativa privada apenas a execução da atividade delegada. Os marcos legais desta relação devem ser revistos e atualizados para fortalecer o poder concedente em suas prerrogativas clássicas.

REFORMA POLÍTICA

É urgente uma profunda reforma política, que fortaleça as instituições da democracia representativa e ao mesmo tempo amplie os instrumentos da democracia participativa.

Nesta perspectiva se inserem o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, a fidelidade partidária, o sistema eleitoral proporcional e a adoção do voto em lista préordenada como medida para

fortalecer os partidos, reduzir os custos das campanhas e enfrentar a sub-representação da classe trabalhadora, de mulheres, negros e negras e indígenas no Congresso.

O amplo debate sobre medidas complementares, como a definição de regras transparentes e democráticas de composição de listas pelos partidos poderá produzir um sistema representativo de maior qualidade e efetividade.

A ampliação da possibilidade de convocação de plebiscitos e referendos pelo presidente da República e por iniciativa popular se coloca para vitalizar os instrumentos de democracia direta.

Os mecanismos criados basicamente pelos governos Lula e Dilma de participação, como Conselhos, Conferências, Consultas Públicas, audiências públicas, mesas de negociação ou de diálogo, serão valorizados em busca de uma maior efetividade da participação social. Será qualificada a participação social na elaboração e monitoramento do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Além disso, é fundamental aprofundar a efetividade dessa participação por meio de novos mecanismos deliberativos e de processos que contribuam para a elevação de consciência cidadã, inclusive utilizando as novas tecnologias digitais. Para tanto, serão valorizadas as experiências inovadoras de deliberação nos processos participativos. Vamos expandir para o presidente da República e para a iniciativa popular a prerrogativa de propor a convocação de plebiscitos e referendos, que não poderão dispor sobre temas protegidos pelas cláusulas pétreas da Constituição de 1988. Ademais, será ampliada e potencializada a participação cidadã por meio da internet.

DEMOCRACIA E REFORMA DO ESTADO

É preciso instituir medidas para estimular a participação e fiscalização social em todos os poderes da União (Executivo, Legislativo,

Judiciário) e no Ministério Público, condição fundamental para a transparência, o reequilíbrio entre Poderes e a valorização da esfera pública no país.

O Estado deve ser essencialmente democrático, republicano, ter o tamanho necessário para promover a justa regulação da economia e para a prestação de serviços públicos eficientes e de qualidade para o povo, de modo a alterar estruturas burocráticas que, embora aparentemente neutras, atuam no sentido de preservar e reforçar as profundas desigualdades sociais.

É necessário um processo acelerado de inovação administrativa, que se desdobre em três eixos de atuação: reconstrução da capacidade institucional de governabilidade e de gestão; entrega de serviços à população e às empresas com maior rapidez e qualidade; e maior transparência e eficiência do gasto público. Nesse contexto, a introdução massiva de novas tecnologias digitais de informação, associadas às redes em 5G e à Inteligência Artificial, poderão se constituir em poderoso instrumento para o provimento de serviços públicos, de forma ágil, barata e eficiente, sem abrir mão da autonomia do Estado brasileiro por meio do fortalecimento das empresas estatais de tecnologia.

A partir de marcos estratégicos de desenvolvimento bem definidos, se pretende racionalizar a atividade estatal e incrementar a cultura de avaliação da própria Administração. É preciso direcionar a ação estatal aos que mais precisam, estabelecendo como critérios centrais de análise de suas políticas o impacto distributivo e o socioambiental, bem como recortes regionais, etários, de gênero e raciais.

É fundamental a profissionalização e valorização do serviço público. Propõe-se uma política de recursos humanos que leve em consideração, de modo articulado e orgânico, as etapas de seleção, capacitação, alocação, remuneração, progressão e aposentadoria. É crucial associar a gestão das atividades profissionais e funções no setor público à ampliação da capacidade de prestar serviços de forma cada vez mais simples, ágil e efetiva.

Os órgãos de fiscalização e controle, cujo papel de combater o mau uso do dinheiro público é fundamental, passaram a extrapolar

suas funções, impondo aos órgãos do Executivo suas preferências de políticas públicas e formas de implementá-las. Os tribunais de contas devem voltar a atuar como órgãos de assessoramento do Legislativo na fiscalização, tal como previsto originalmente na Constituição.

A reforma dos tribunais de contas deve visar à estabilidade das decisões e incluir alteração nos critérios de nomeação, instituição de tempo de mandatos e outros mecanismos de participação e controle social. Tais mudanças devem ter como pano de fundo a gradativa construção de uma gestão pública que não seja regida exclusivamente por uma cultura de controles burocráticos que interdite decisões estatais e bloqueie a criatividade necessária para melhorar a ação pública.

COMBATE À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA

A transparências nas ações de governo e o combate permanente à corrupção são essenciais à democracia, à promoção da justiça, da cidadania, da atividade econômica e à própria credibilidade das instituições republicanas. O PT tem um compromisso de origem com a transparência e o enfrentamento da corrupção e nossos governos foram responsáveis por alguns dos maiores avanços administrativos e legislativos neste sentido.

A criação da nova CGU pelo governo Lula, em 2003, foi uma verdadeira revolução no controle da aplicação de recursos públicos federais, instituindo fiscalizações regulares e efetivas, definidas por sorteio, critério impessoal e apartidário, em milhares de municípios, como nunca havia ocorrido no país.

O Portal da Transparência, criado pela CGU em 2004, garantiu à sociedade acesso a todas as despesas, contratos, convênios e pagamentos do governo federal a servidores e fornecedores, com uma simples consulta à internet. O caráter democrático e a funcionalidade do Por-

tal levaram a ONU a colocar o Brasil no topo entre os governos com melhores práticas de transparência.

Os governos do PT romperam com a prática de governos anteriores de aparelhar e fragilizar os órgãos de controle da lei e combate ao crime. O PGR do governo FHC se notabilizou por ter arquivado 242 denúncias e arquivado outras 241 contra 194 agentes públicos em oito anos, enquanto a Polícia Federal era sucateada e chefiada por políticos tucanos.

Lula e Dilma fortaleceram a PF, respeitaram o Ministério Público e promoveram no Congresso um novo acervo de leis Anticorrupção. O arcabouço político, institucional, legislativo e administrativo legado pelos governos petistas neste campo é reconhecido até por seus detratores e pelos que manipularam o sistema judicial para perseguir o PT.

A partir deste legado, que deve ser permanentemente atualizado e aperfeiçoado, propomos diretrizes para fortalecer o combate a corrupção, dentre as quais destacamos:

- | Fortalecer e recuperar a atuação apartidária da CGU, que vem sendo minada pelo atual governo;

- | Fortalecer e garantir o fornecimento correto e atualizado das informações do Portal da Transparência, que não vem sendo observada pelo atual governo;

- | Atualizar a Lei de Acesso à Informação (LAI) para torná-la mais efetiva e revogar as medidas em contrário tomadas pelo atual governo;

- | Atuar com maior ênfase no combate à sonegação e evasão fiscal e outros subterfúgios ilegais utilizados para ocultação de riqueza;

- | Atuar com firmeza numa articulação internacional para combater a ocultação de fortunas ilícitas em paraísos fiscais;

- | Propor ao Congresso legislação para responsabilizar as instituições financeiras que colaborem com a ocultação e evasão de fortunas obtidas por meio da corrupção;

- | Assegurar que a cooperação judiciária com outros países obedea às normas constantes nos acordos e se submeta aos controles das

autoridades centrais brasileiras, de forma a evitar não só o comprometimento da soberania como também eventuais desvios e acobertamentos de crimes.

| Apoiar as iniciativas que defendem um arquivo centralizado internacional de toda a riqueza financeira internacional e propugnar por uma taxação sobre movimentações financeiras internacionais, à semelhança da Taxa Tobin, de modo a melhor controlar o capital financeiro, evitar desvios e arrecadar fundos para investir no combate à pobreza, à desigualdade e aos desequilíbrios ambientais.

A mesma sociedade que repudia a corrupção também repudia a manipulação do sistema judicial e das instituições de defesa da lei para a prática de perseguição política e difamação de pessoas. Basta olhar a história do Brasil e constatar que essa prática execrável, por corromper a própria democracia, é utilizada sistematicamente contra partidos e líderes que defendem o povo contra interesses poderosos.

Foi assim com Getúlio Vargas, com Juscelino Kubitschek e contra o governo constitucional de João Goulart, dando pretexto a 20 anos de ditadura. Foi assim para articular, em 2016, o impeachment de uma presidenta reconhecidamente honesta, Dilma Rousseff, e para cassar, em 2018, a candidatura do ex-presidente Lula em 2018, condenado e preso ilegalmente sem ter cometido crime algum, numa farsa judicial a cada dia mais evidente.

São também escandalosas as evidências de que a chamada Operação Lava Jato atuou sob orientação direta, ilegal e clandestina do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, em ação coordenada para prejudicar a Petrobrás (que pagou quatro vezes mais em multas e acordos com autoridades estadunidenses do que supostamente teria sido “recuperado” pela Lava Jato no Brasil) e empresas brasileiras que faziam concorrência intrenacional a empresas daquele país.

O caso Lula expôs ao mundo a corrosão da credibilidade do sistema judicial brasileiro, tantos foram os abusos e crimes cometidos

por agentes do estado: condução coercitiva ilegal, espionagem contra seus advogados, cerceamento de defesa, conluio entre promotores e juiz, grampos e vazamentos ilegais e seletivos de conversas até com a presidenta da República, espetacularização de denúncia frívola, disseminação de mentiras pela mídia, condenação sem prova e ignorando as provas de inocência, desacato a uma decisão da ONU com base em tratados internacionais assinados pelo Brasil.

Tudo conformando a atuação parcial e com motivação política de um ex-juiz em favor do candidato a presidente que ele ajudou decisivamente a eleger e de quem viria a ser ministro... da Justiça.

Não se combate a corrupção premiando corruptos confessos, como fez a Lava Jato com praticamente 90% dos réus que ela mesma condenou, perdoando penas e liberando fortunas no balcão das delações premiadas, para obter acusações falsas contra seus alvos políticos.

Não se combate a corrupção sem aperfeiçoar a legislação, de forma a responsabilizar os defensores da lei que atuam contra a lei e, nas leis de combate ao crime, corrigir as brechas que favorecem bandidos e deixam os cidadãos expostos a abusos e ao arbítrio de agentes do estado. Neste sentido, propomos uma comissão de especialistas, estudiosos e juristas de alto nível para abrir um amplo debate que permita aprimorar, complementar, regulamentar com mais objetividade ou modificar o que for necessário, especialmente na Lei Antidrogas nº 11.343/2006; na Lei da Ficha Limpa nº 135/2010; na Lei da Lavagem de Dinheiro 12.683/2012; na Lei Anticorrupção nº 12.846/2013; na Lei das Organizações Criminosas nº 12.850/2013, na Lei Antiterrorismo nº 13.260/2016, para mencionar as mais relevantes.

O efetivo combate à corrupção no Brasil exige, fundamentalmente, o resgate da credibilidade do sistema judicial do país, com a anulação da sentença ilegal e arbitrária contra Lula, por meio do julgamento dos habeas corpus impetrados no Supremo Tribunal Federal contra a suspeição de Sérgio Moro e dos procuradores da Lava Jato de Curitiba.

DEMOCRACIA, SOBERANIA POPULAR E SISTEMA DE JUSTIÇA

Os méritos que existem na Constituição em sede de direitos e garantias fundamentais não estão devidamente espelhados na estrutura de Estado. A estrutura do Estado brasileiro é absolutamente atípica quando comparada com outras democracias ocidentais e mesmo democracias latino-americanas. No Brasil, o Judiciário tem assumido uma posição de ativismo diante dos outros Poderes do Estado, o que é negativo para o funcionamento regular da República e da democracia, posto que compromete o princípio essencial ao estado democrático de direito que é a da harmonia e independência entre os Poderes.

É importante lembrar que embora o Sistema de Justiça exerça função precipuamente técnica, também exerce função política. Não obstante, essa função política, em que pese seja reconhecida pela doutrina, é ocultada na hora de se estabelecer critérios pretensamente técnicos – e “neutros” – de seleção de pessoal e de ascensão funcional. Portanto, é importante se pensar em reformas democratizantes do Sistema de Justiça em etapas de curto, médio e longo prazo, o que é essencial para a governabilidade democrática e para o restabelecimento da harmonia entre os Poderes na República brasileira.

Nesse campo, é muito preocupante o atual nível de concentração de poder nas mãos dos dirigentes dos órgãos do Sistema de Justiça. Fundamental, portanto, fazer a dissociação entre processos de seleção para o ingresso e promoção nas carreiras e a gestão dos tribunais (presidência e corregedoria), tendo em vista a necessidade de maior participação da cidadania nesses processos internos.

Nesse sentido, é necessário atualizar a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) com amplo debate e participação democrática e social, para que se discuta o estabelecimento do sufrágio para a eleição dos gestores

da máquina judicial (Presidência e órgãos de direção e corregedoria), com a plena participação da magistratura de primeira instância, servidores da justiça e das funções essenciais ao funcionamento da justiça.

É necessário, a curto prazo, realizar reformas na legislação ordinária nas carreiras dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público com o propósito de democratizar o acesso aos cargos iniciais, eliminar distorções remuneratórias incompatíveis com o regime de subsídio, bem como rever pretensas prerrogativas funcionais e benefícios indevidos que não são conciliáveis com os valores republicanos.

Num horizonte mais longo, é necessário debater uma Reforma Constitucional, que preserve a integridade dos direitos fundamentais e sociais, mas que promova uma alteração na estrutura de Estado.

É igualmente relevante, no âmbito de uma Reforma do Estado, que as carreiras do Judiciário, do Ministério Público e dos órgãos do Sistema de Justiça e Segurança Pública possam refletir a soberania democrática e popular nas suas composições e estruturas de comando e controle. O atual modelo de carreira nessas estruturas de Estado tem levado o Sistema de Justiça a se traduzir num verdadeiro Estado autárquico, com uma atuação dissociada da sociedade e dos interesses nacionais, portanto, com baixa incidência da soberania democrática e popular na sua composição, diretrizes e controle.

Diante desse quadro, devem ser avaliados a adoção de critérios como compromisso com os direitos humanos e quarentena para agentes com ligação e vínculo com o poder político e exercício em cargos de governo. É também preciso promover expansão das cotas e outras políticas de ação afirmativa para o ingresso, ascensão nas carreiras e acesso ao comando dos órgãos integrantes do Sistema de Justiça.

Por fim, quanto ao reconhecimento da ausência de controle democrático e social efetivo sobre a atividade dos órgãos do Sistema de Justiça, é preciso revisitar o modelo de controle interno – e que se revelou corporativo – instituído pelo CNJ (onde a presidência e nove

dos 15 integrantes são membros do Judiciário) e CNMP (onde a presidência e mais sete dos conselheiros são membros do MP), bem como avaliar a implementação de mecanismos de participação e controle democrático e social no desenho institucional, como a constituição de Conselhos de Controle Externo da Justiça com efetiva e majoritária participação da sociedade civil.

No mesmo sentido, caberia a discussão acerca da implementação de ouvidorias externas em todas as instituições do sistema, ocupadas por membros externos à respectiva carreira, com poderes de escuta e assento nos órgãos de gestão das instituições do sistema de justiça.



ANEXO

13 ANOS MUDANDO
O BRASIL
O PT E CONSTRUÇÃO
DE UMA NAÇÃO INCLUSIVA
E SOBERANA

ANEXO

★ 13 ANOS MUDANDO O BRASIL O PT E CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO INCLUSIVA E SOBERANA

O PT MOSTROU QUE TEM COMPROMISSO COM O POVO BRASILEIRO e projeto para o Brasil quando esteve à frente do governo federal. O PT nasceu de uma necessidade histórica de auto-organização e de representação política da classe trabalhadora no Brasil no período final da ditadura militar, em um país herdeiro de uma cultura colonial e oligárquica enraizada em centenas de anos de exploração do trabalho escravo. Ao possibilitar que setores populares organizassem sua histórica luta pela superação da exclusão social e política, o PT impactou de forma profunda e positiva a trajetória do país no final do século passado e na atualidade. Ao assumir a defesa e o protagonismo dos trabalhadores, colocaram-se também ao PT os desafios pendentes de superação da herança colonial e oligárquica – a construção da democracia, dos direitos e da formação e independência nacionais.

Nossos governos conseguiram combinar, de forma inédita na história nacional, crescimento sustentado com distribuição significativa da renda, redução da desigualdade, diminuição substancial da pobreza, superação da pobreza extrema e da fome, combate ao racismo e à

violência contra as mulheres, ampliação das oportunidades educacionais, expansão e melhoria da qualidade do sistema de saúde pública, enorme crescimento do atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda, criação de programas voltados à diversidade e cidadania cultural, afirmação da soberania, ampliação do protagonismo internacional do país, redução substancial do desmatamento, principalmente na Amazônia, ampliação dos espaços democráticos e de participação popular, promoção de ações efetivas em prol da ampliação de direitos.

Sobram exemplos de políticas transformadoras implantadas pelo PT.

Para enfrentar a fome e a pobreza, foi criado o Bolsa Família, maior e mais bem sucedido programa de transferência de renda do mundo. Assegurando renda básica para os mais pobres, atendeu 13,9 milhões de famílias, garantindo recursos para sua segurança alimentar e, ao mesmo tempo, dando-lhes acesso a direitos básicos. Dois números sintetizam o impacto dessa estratégia: 36 milhões de pessoas saíram da pobreza e, em apenas uma década, reduzimos a população subalimentada em 82%, permitindo ao Brasil sair do Mapa da Fome da ONU. Para isso, o PT enfrentou o necessário desafio de estruturar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e de integrar programas e políticas de atenção, proteção e inclusão produtiva dos mais pobres, objetivo que justificou a estruturação do CadÚnico.

Pela primeira vez na história, um governo agiu para assegurar acesso a serviços básicos para todos. O Luz para Todos garantiu a 3,3 milhões de famílias rurais o acesso à energia elétrica, um direito até então negado a 15,9 milhões de pessoas. O Programa Cisternas permitiu acesso à água para famílias de baixa renda, em especial no Nordeste, entregando 1,26 milhões de cisternas para consumo e 169,5 mil cisternas para produção.

O aumento das oportunidades de trabalho protegido foi um objetivo central dos governos do PT. As políticas de estímulo ao cresci-

mento e ao investimento permitiram a criação de 19,4 milhões de empregos formais. Para ampliar a renda do trabalho e diminuir a histórica desigualdade de nossa estrutura de renda, adotamos uma política de valorização do salário mínimo, que resultou em um aumento de 77% acima da inflação para o mínimo. Fizemos história na ampliação de direitos do trabalho, do que são exemplos a PEC das domésticas, a adoção da lista suja do trabalho escravo, e a criação do MEI.

Educação sempre foi prioridade para o PT, por sua importância para reduzir as desigualdades e para o desenvolvimento do país. Por isso, o investimento em educação foi priorizado – o orçamento do MEC foi triplicado, criamos o Fundeb, extinguímos a desvinculação de recursos para a área e destinamos 75% dos *royalties* do pré-sal para educação. Para democratizar o acesso ao ensino superior, foram criadas 18 universidades federais e 178 novos *campi*; foi implantado o ProUni, que concedeu 1,9 milhão de bolsas para estudantes de baixa renda; e adotado o Fies, que concedeu financiamento estudantil subsidiado a 2,71 milhões de estudantes. Para fortalecer o ensino técnico e a formação profissional, foram criadas 422 escolas técnicas, fazendo a rede federal chegar a 596 municípios, e implantado o Pronatec, que ofereceu cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos e de qualidade a 9,49 milhões de jovens e trabalhadores.

A educação básica, atribuição de Estados e municípios, também recebeu atenção dos governos do PT. Por meio do Caminho da Escola, 30,5 mil ônibus escolares foram adquiridos para assegurar transporte seguro para estudantes em escolas rurais e estudantes com deficiência nas cidades. Mais de 60 mil escolas receberam recursos para adotar a educação em tempo integral; R\$ 14 bilhões foram repassados pelo Programa Dinheiro Direto na Escola para realização de pequenas obras e compra de material pedagógico; e o número de estudantes atendidos pelo programa de merenda escolar cresceu para 41,3 milhões. O PT criou o Ideb para aprimorar o monitoramento da qualidade do ensino

no país, e investiu na valorização e formação dos docentes, instituindo o piso nacional dos professores e programas que facilitaram o acesso à capacitação, como o Pibid e o Parfor.

O fortalecimento do SUS, patrimônio das brasileiras e dos brasileiros, foi uma marca dos governos do PT. Ampliamos os recursos federais alocados no SUS de R\$ 64,8 bilhões para R\$ 120,4 bilhões, 78% acima da inflação, além de termos regulamentado a Emenda Constitucional 29. Com o Mais Médicos, demos solução à histórica escassez de profissionais no interior e nas áreas vulneráveis dos grandes centros urbanos, levando 18.240 médicos para 4.058 municípios e 34 distritos de saúde indígena, e assegurando atendimento adequado para 63 milhões de cidadãos. Fortalecemos a atenção básica, investindo R\$ 6 bilhões na ampliação da rede de Unidades Básicas de Saúde, que chegou a 4.557 unidades; e aumentando a cobertura do programa Saúde da Família, que chegou a 98% dos municípios, atendendo a 61% da população. Foi o PT que enfrentou a lacuna de oferta de tratamento odontológico no SUS, criando o programa Brasil Sorridente, que foi implantado em 90% dos municípios, por meio da atuação de 24.467 equipes de saúde bucal.

A rede de atendimento às urgências e emergências também foi priorizada, com a criação do Samu, continuamente expandido, até chegar, em 2015, a 2.525 ambulâncias básicas, 583 UTIs móveis e 185 centrais de regulação, cobrindo 3.385 municípios; e com a implantação de 449 UPAs, cobrindo 47% da população e desafogando o atendimento hospitalar. O acesso a medicamentos foi ampliado e facilitado por meio do programa Saúde Não Tem Preço, que distribuiu remédios gratuitos para diabetes, hipertensão e asma para mais de 30 milhões de brasileiras e brasileiros, apoiado na rede de 35 mil farmácias do Aqui Tem Farmácia Popular.

A previdência social foi fortalecida. Com a política de valorização do salário mínimo, o poder de compra da maioria das aposentadorias e

ensões cresceu. Com a ampliação do emprego formal, mais pessoas passaram a contar com a proteção previdenciária. Criamos vários regimes especiais para ampliar a cobertura previdenciária – para trabalhadoras domésticas, o MEL, autônomos, donas de casa e estudantes. A reforma no sistema de previdência do setor público foi realizada sem retirar direitos, mas assegurando que, ao longo do tempo, o sistema se tornará mais justo e similar ao sistema do setor privado. Investimos muito na melhoria do atendimento, para diminuir filas e assegurar direitos – criamos a Central 135, para agendar atendimento; automatizamos a comprovação dos vínculos e passamos a avisar sobre o direito à aposentadoria por carta; e criamos mais 379 unidades de atendimento da Previdência Social.

Em simultâneo ao fortalecimento das políticas que garantem direitos universais, houve um esforço continuado valorizar e fortalecer a diversidade da população e para reduzir a desigualdade estrutural que marca nosso país. Além de assegurar às mulheres titularidade em vários programas, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, para ampliar sua autonomia, e de garantir seu acesso às oportunidades na educação, o combate à violência de gênero foi um eixo central nos governos do PT. Fortalecemos a legislação, com a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, e buscamos estruturar uma rede de atendimento às vítimas, de que são exemplo o Ligue 180 e a Casa da Mulher Brasileira. Instituímos o Estatuto da Igualdade Racial, a política de cotas nas universidades federais e em concursos públicos, orientados pelo compromisso de enfrentar a desigualdade racial. A agenda LGBT foi inserida nas políticas de Estado, por meio do Programa Brasil sem Homofobia, da adoção do uso do nome social, do reconhecimento dos direitos de casais do mesmo sexo. O Plano Viver sem Limites, o estímulo à educação inclusiva, os 102 Centros Especializados de Reabilitação, e a ampliação dos beneficiários do BPC são exemplos de políticas que adotamos para garantir direitos e igualdade de oportunidades e combater a discriminação contra as pessoas com deficiência.

As comunidades indígenas tiveram voz e direitos respeitados nos governos do PT. Foram homologados 22 milhões de hectares em 108 terras indígenas; levamos o Mais Médicos a todos os distritos de saúde indígenas; o Luz para Todos e o Bolsa Família foram assegurados aos que deles precisavam; mais de 3 mil escolas indígenas foram entregues.

Com o PT no governo, as demandas da juventude foram incorporadas na agenda das políticas públicas. Além de mais oportunidades de acesso à educação de qualidade, o Estatuto da Juventude, o Plano Juventude Viva, o direito à meia entrada e à meia passagem interestadual foram conquistas importantes. A população idosa também conquistou o Estatuto do Idoso, além de ser beneficiária de políticas como o Farmácia Popular e o crédito consignado.

Um projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil deve ter a cultura como um de seus eixos. Por isso, nos governos do PT, o orçamento para a área de cultura foi multiplicado por cinco. Com o Programa Cultura Viva, foram implantados 4.500 Pontos de Cultura por todo o Brasil. A adoção do Vale Cultura, para trabalhadores com renda até cinco salários mínimos, permitiu, ao mesmo tempo, ampliar o acesso à cultura e dinamizar a produção do setor. O PAC Cidades Históricas disponibilizou R\$ 1,6 bilhão para preservação de nosso patrimônio cultural. A cadeia do audiovisual foi estimulada de forma inédita, resultado da combinação de programas de estímulo à produção, como o Brasil de Todas as Telas, com medidas regulatórias, como a inclusão, na Lei da TV Paga, da obrigatoriedade de inserção de um mínimo de horas semanais de programação produzida no Brasil.

Para o PT, o Estado deve atuar em favor do desenvolvimento, diretamente ou por meio de suas empresas, realizando ou financiando investimentos transformadores da realidade social e econômica.

Por isso, na área de infraestrutura urbana, nos 13 anos do PT, o governo federal foi parceiro de Estados e municípios na retomada de investimentos para melhorar a qualidade de vida nas cidades. Foram

R\$ 200 bilhões em investimentos em saneamento básico, distribuídos no território com base no déficit de cada região, atuação orientada pelo marco regulatório para o saneamento básico, aprovado nos governos do PT. Os impactos desses investimentos foram imensos: 41 milhões de pessoas passaram a contar com água de qualidade, 93% dos quais negros e negras; 48 milhões de brasileiros passaram a ter acesso a escoamento sanitário adequado, 79% dos quais negros/negras.

Entendendo a mobilidade urbana como um direito das pessoas e reconhecendo a necessidade de apoiar os governos locais, nossos governos investiram R\$ 197 bilhões para melhorar as condições de transporte coletivo urbano, que deveriam viabilizar a implantação de 658 quilômetros de transporte sobre trilhos, 3.204 quilômetros de BRTs e corredores de ônibus e 21 quilômetros de transporte fluvial.

Dar concretude à habitação como direito exigiu parceria com Estados e municípios na urbanização de favelas, área que recebeu R\$ 33,5 bilhões em investimentos, que beneficiaram 7 milhões de pessoas nas maiores metrópoles brasileiras. Envolveu também a parceria com governos locais e o setor privado na implantação do maior programa de habitação popular da história do Brasil, o Minha Casa Minha Vida, que contratou a construção de 4,2 milhões de moradias em 96% dos municípios, das quais 2,7 milhões foram entregues, beneficiando 10 milhões de pessoas.

O PT teve a coragem e a ousadia de voltar a investir em infraestrutura para o desenvolvimento, conjugando recursos públicos com investimentos privados. Sob o manto do Programa de Aceleração do Investimento (PAC) e do Programa de Investimento em Logística (PIL), foram retomados investimentos paralisados, realizados investimentos estruturantes e priorizadas áreas que há anos não recebiam recursos.

Os resultados são extraordinários. Em rodovias, foram construídos ou duplicados 12,2 mil quilômetros de estradas e concedidos 8,66

mil quilômetros à gestão da iniciativa privada. Em ferrovias, foram concluídos 2,16 mil quilômetros de novas vias e concedidos 745 quilômetros do trecho norte da Ferrovia Norte-Sul. Na área portuária, foram concluídos 55 empreendimentos, além de aprovada uma nova Lei dos Portos, que permitiu ampliar o processo de arrendamento de terminais em portos públicos e de autorização para portos privados. Os aeroportos brasileiros passaram por uma revolução – foram concluídas 57 obras no âmbito do PAC e seis aeroportos foram concedidos à iniciativa privada.

Os investimentos em infraestrutura hídrica receberam atenção especial nos governos do PT. Para enfrentar a escassez de água, em especial no Nordeste, foram construídos grandes canais, adutoras, barragens e perímetros de irrigação. Entre as obras, estavam o Eixão das Águas (CE), Canal da Vertente Litorânea (PB) e Canal do Sertão Alagoano (AL) e a tão esperada Integração do São Francisco que, em maio de 2016, quando houve o golpe, já tinha 88% do projeto concluído.

Para que o Brasil não vivesse outro racionamento, os governos do PT priorizaram os investimentos em energia. Foi adotado um novo marco regulatório, realizados leilões de energia e a capacidade do sistema foi ampliada em 70%, com a entrada em operação de 57,8 mil MW, incluindo grandes usinas como Belo Monte, Santo Antônio, Jirau e Teles Pires. Foram construídos trinta mil quilômetros de linhas de transmissão, além da implantação de programas para fomentar fontes alternativas de energia, permitindo ao Brasil dispor, hoje, de capacidade de energia eólica suficiente para abastecer 25 milhões de residências por mês, por exemplo.

Investimos para manter nossa matriz energética limpa, mas sem descuidar da oferta de petróleo e gás, decisivos para o nosso desenvolvimento. A Petrobras foi protagonista de um esforço de investimento sem precedentes, que resultou em crescimento da produção de petróleo cinco vezes maior que a média mundial e, de gás, três vezes mais rápido

que a média mundial. O pré-sal foi descoberto e sua exploração iniciada durante os governos do PT, riqueza que hoje já responde por 60% da produção do país. A política de compra da Petrobrás, com base na obrigatoriedade de um mínimo de conteúdo nacional, tornou-se fundamental para o renascimento e fortalecimento da indústria naval no Brasil, que saiu de sete mil empregos em 2002 para 82 mil em 2014.

Os governos do PT buscaram, todo o tempo, assegurar os instrumentos de apoio à atuação do setor produtivo no país, fundamental para a geração de riqueza e de empregos. Houve um grande esforço para ampliar a oferta de crédito, para o que os bancos públicos tiveram papel central, para assegurar recursos em condições adequadas ao investimento setorial, e garantir a necessária inclusão bancária da população.

O fomento à competitividade da indústria nacional foi feito por meio de vários instrumentos. Para reduzir o custo de produção, houve a desoneração da folha de pagamentos de 56 setores; a criação do Simples Nacional; a desoneração do investimento fixo; e oferta de crédito barato para investimento por meio do BNDES. Para estimular a inovação, foram aprovadas a Lei da Inovação e a Lei do Bem, criada a Embrapii, e investidos R\$ 51 bilhões por meio do Plano Inova Empresa. Para estimular as exportações, o regime ex-tarifário foi aperfeiçoado, o Reintegra foi aprimorado e foi criado o Portal Único de Comércio Exterior.

A utilização do poder de compra do Estado para fomentar a produção nacional foi um importante instrumento nos governos do PT. Adotamos as margens de preferência nas aquisições de máquinas, equipamentos e bens nas áreas de Defesa, Saúde, Educação, entre outras. Implantamos a política de conteúdo nacional em investimentos com recursos de fundos públicos. Fizemos encomendas tecnológicas para que empresas brasileiras desenvolvessem novas tecnologias e novos produtos, como cargueiro KC-390, parceria da FAB com a Embraer, o blindado Guarani, parceria do Exército com 125 empresas, e as par-

cerias para o desenvolvimento produtivo na área de saúde, para desenvolver medicamentos e equipamentos para o SUS.

A agricultura familiar foi apoiada com políticas adequadas a sua forma de organização e a sua importância para a produção de alimentos no Brasil. O Pronaf tornou-se um programa de alcance nacional e seus recursos foram multiplicados por sete, passando de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 30 bilhões. Foram criadas linhas de crédito específicas para compra de máquinas e equipamentos (Mais Alimentos), para apoiar a transição agroecológica (Pronaf Agroecologia) e para empoderamento de jovens e mulheres (Pronaf Jovem e Pronaf Mulher). Para reduzir o risco associado à produção agrícola, criamos o Seguro da Agricultura Familiar, o Garantia Safra e o PGPAF. Para assegurar canais de comercialização, instituímos o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Cuidamos de assegurar o direito à terra – do total de famílias assentadas pela reforma agrária em toda a história do país, 54% conquistaram este direito nos 13 anos de governo do PT.

O agronegócio recebeu apoio à sua expansão. O volume de crédito para financiar a produção cresceu 302% acima da inflação. Os limites de crédito por agricultor foram ampliados e os custos do financiamento foram mantidos em nível adequado à competitividade do setor. Foram criadas linhas para apoiar médios produtores (Pronamp), estimular investimentos em máquinas e equipamentos (Moderfrota e Inovagro) e apoiar a adoção de práticas mais sustentáveis de produção (Programa ABC). Ressalte-se ainda forte atuação de universidades e institutos de pesquisa, como a Embrapa, na geração de novas tecnologias, e o apoio da política externa brasileira para abertura de novos mercados para o agronegócio.

Estimulamos o desenvolvimento produtivo sem descuidar da preservação de nossa biodiversidade. Implantamos, já em 2004, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), que resultou na redução do desmatamento para o

menor nível da história, em 2012, e sua manutenção, nos três anos subsequentes, nos menores níveis registrados. Aprovamos a Política Nacional sobre Mudança do Clima; criamos 90 unidades de conservação, 27% do total hoje existente; e avançamos na implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Foram várias medidas para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais: o Bolsa Verde, pagamento financeiro para famílias pobres que vivem em e ajudam a preservar reservas extrativistas e florestas nacionais; a lei que regula o acesso a recursos genéticos, o Plano Nacional de Agroecologia e o Programa Nacional de Gestão Ambiental em Áreas Indígenas, todos eles contribuindo para a exploração sustentável de nossa biodiversidade; e o novo Código Florestal, que instituiu novas bases para conciliar a atividade produtiva e a preservação da biodiversidade.

Na política de segurança nacional, aumentamos os investimentos e mudamos o foco, que passou para a prevenção ao crime. Os anos do PT foram de expansão dos efetivos da Polícia Federal (em 55%) e da Polícia Rodoviária Federal (em 47%), além do reaparelhamento de ambas. Foi esse o período de expansão das operações da Polícia Federal, com ênfase no combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado e à corrupção. Foi o PT que adotou o Plano Estratégico de Fronteiras, criou a Força Nacional de Segurança e o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e construiu os presídios federais de segurança máxima.

Na defesa do território e na soberania nacional, o período do PT à frente do governo federal assistiu a um aumento do orçamento da defesa de 60% acima da inflação e à implantação da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa. O reaparelhamento das Forças Armadas foi prioritário, sempre orientado pela diretriz de estimular o desenvolvimento da indústria de defesa nacional, e seus principais frutos são o projeto para desenvolver e produzir helicópteros no Brasil; o projeto do satélite geostacionário de defesa e comunicação

estratégica; o programa de desenvolvimento de submarinos (Prosub); o sistema integrado de monitoramento de fronteiras (Sisfron); o programa Guarani, para equipar o Exército com blindados sobre rodas; o projeto F-X2, para reequipar a Força Aérea com caças; e o projeto KC-390, para desenvolvimento de um cargueiro nacional.

Reposicionamos e fortalecemos o papel do Brasil no cenário internacional. Adotamos papel cada vez mais ativo em instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, a FAO e o G20 financeiro. Priorizamos a América do Sul em nossa política externa, expandindo horizontalmente o Mercosul e atuando firmemente na Unasul. Estabelecemos novas parcerias com a África e os países árabes. Fomos protagonistas na criação dos Brics e, junto com Rússia, Índia, China e África do Sul, instituímos novos instrumentos para o desenvolvimento de nossos países – o Arranjo Contingente de Reservas e o Novo Banco de Desenvolvimento. Colocamos o interesse nacional em primeiro lugar com uma política externa forte, sem pretensões hegemônicas e sem subordinação a qualquer país ou instituição.

Participação social e transparência foram práticas nos governos do PT. Para assegurar uma gestão mais democrática e participativa, foram criados 19 conselhos nacionais e reformulados outros 16; foram realizadas 103 Conferências Nacionais sobre quarenta temas diferentes; foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A criação da Comissão da Verdade foi um marco para a preservação da história e para o aprofundamento do processo de democratização. O Portal da Transparência, com informações detalhadas sobre pagamentos realizados pelo governo, foi criado em 2004. A Lei de Acesso à Informação foi sancionada em nossos governos, assim como a maioria das leis de enfrentamento à corrupção.

Tudo isto foi feito em simultâneo ao fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos do Brasil. Não, o PT não quebrou o Brasil. A economia cresceu em onze dos treze anos em que o PT governou

o país e o Brasil chegou a ser a 5º maior economia do mundo. Em doze dos treze anos, a meta de inflação foi cumprida. Investimos muito e ampliamos muito as políticas de proteção social sem abdicar de responsabilidade fiscal: em onze dos treze anos, houve superávit fiscal e a dívida líquida do setor público decresceu de 59,9% do PIB para 35,6%, entre 2001 e 2014. O Brasil tornou-se credor internacional e, além de pagar a dívida com o FMI, passou a emprestar recursos para aquela instituição. Os investimentos estrangeiros diretos no Brasil foram positivos em todos os treze anos e acumulamos reservas de mais de U\$ 350 bilhões, um verdadeiro colchão protetor de nossa economia.

Em 2002, o PT propôs à sociedade brasileira o desafio de transformar o Brasil. Agora, propõe um novo desafio – reconstruir a confiança e a esperança no futuro, necessárias a um novo Brasil.

